



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL –**  
**PPGHIS**

**PALOMA TEIXEIRA LOPES**

**GARIMPEIROS E LAVRADORES: EXPERIÊNCIAS E**  
**RELAÇÕES SOCIAIS EM LENÇÓIS-BA (1900-1930)**

Santo Antônio de Jesus  
2023

**PALOMA TEIXEIRA LOPES**

**GARIMPEIROS E LAVRADORES: EXPERIÊNCIAS E  
RELAÇÕES SOCIAIS EM LENÇÓIS-BA (1900-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Moreno Pinho.

Santo Antônio de Jesus  
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB

Dados fornecidos pelo autor

Lopes, Paloma Teixeira.

Garimpeiros e lavradores: experiências e relações sociais em Lençóis-Bahia (1900-1930)

/ Paloma Teixeira Lopes . – Santo Antônio de Jesus, 2023.

101 fls.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Moreno Pinho

Dissertação (Mestrado acadêmico - PPGHIST) Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – (PPGHIST), *Campus V*. 2023.

## FOLHA DE APROVAÇÃO

"GARIMPEIROS E LAVRADORES: EXPERIÊNCIAS E RELAÇÕES SOCIAIS EM LENÇÓIS-BA (1900-1930)"

**PALOMA TEIXEIRA LOPES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – PPGHIS, em 6 de fevereiro de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) JOSÉ RICARDO MORENO PINHO (UNEB)  
Doutor em história (UFF)

 JOANA MEDRADO NASCIMENTO  
Data: 31/03/2023 07:59:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) JOANA MEDRADO NASCIMENTO (UNEB)  
Doutora em História (UFF)

Documento assinado digitalmente  
 LAILA BRICHTA  
Data: 04/04/2023 11:44:50-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor(a) Dr.(a) LAILA BRICHTA (UESC)  
Doutora em História (UNICAMP)

## AGRADECIMENTOS

Quando iniciei essa trajetória muitos foram os obstáculos a serem superados, vários foram os momentos conflituosos e por vezes, solitários. Contudo, recebi muito o apoio e incentivo de pessoas que são importantes em minha vida e pessoas que se tornaram importantes. Estas páginas significam o término de um ciclo de minha formação intelectual e de minha história pessoal, assim, dedico esse espaço para agradecer e nomear aqueles que contribuíram nessa jornada, aos quais tenho os mais sinceros respeitos e admiração.

Primeiramente, agradeço à Deus, que concedeu forças para continuar e abriu os caminhos quando tudo parecia perdido.

A minha família que proporcionaram as condições necessária para minha permanência na universidade. À minha mãe, Anelice Teixeira, que com amor sempre confiou em meu potencial, aceitação e motivação dos projetos e sonhos. Ao meu pai, Wilson Lopes, pelo companheirismo e dedicação. Ao meu irmão, Pablo Lopes, pelo incentivo. Enfim, pelo apoio incondicional.

Aos colegas de mestrado pelas trocas valiosas, discussões, sugestões e debates que foram importantes no processo de pesquisa.

À Wesley Lima, amigo desde o período de graduação, pelo grande apoio e incentivo nos momentos de dificuldade, suas palavras foram de grande importância e serão sempre lembradas e apreciadas. Ao professor Flávio Dantas, orientador no período da graduação, muitos tópicos que debatemos na minha monografia teve continuidade neste trabalho.

À Universidade Estadual do Estado da Bahia (UNEB), professores, coordenação e servidores por oportunizarem um ambiente de aprendizagem e de socialização do conhecimento e reflexão crítica sobre a nossa sociedade, em tempos de cerceamento de direitos, o debate sobre autonomia e liberdade de expressão foi fundamental para meu processo formativo.

Meus agradecimentos mais que especial ao meu orientador, Prof. Dr. José Ricardo Moreno Pinho, pela paciência, todo suporte, sugestões e acompanhamento em cada etapa do trabalho, sem suas intervenções esse trabalho não se concluiria. Serei sempre grata por toda a sua ajuda.

Agradeço a Dr.<sup>a</sup> Laila Brichta e a professora Dr.<sup>a</sup> Joana Medrado, pelos valiosos apontamentos, principalmente por terem aceitado avaliar esse trabalho em um contexto adverso, meus mais sinceros agradecimentos.

À todas e todos que acreditaram e participaram dessa trajetória, os meus sinceros agradecimentos.

LOPES, Paloma Teixeira. **Garimpeiros e lavradores: relações sociais e conflitos políticos em Lençóis-Bahia (1900-1930)**. 2022. Orientador: José Ricardo Moreno Pinho. 2022. P. f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2022.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as relações e experiências dos sujeitos pertencentes aos grupos subalternizados que habitaram a cidade de Lençóis-BA na primeira metade do século XX. O processo de mineração estabeleceu o ritmo de formação das principais povoações na Chapada Diamantina, visto que tal processo foi responsável pela migração de grupos vindos de várias partes da província. Essa lógica migratória também foi determinante para a composição social em Lençóis. Dessa forma, a pesquisa se propôs a refletir sobre as experiências e as relações sociais de garimpeiros e lavradores em Lençóis entre os anos 1900 a 1930. Sendo assim, esforçou-se em conhecer algumas experiências e tramas dos homens e mulheres comuns, suas condições materiais de vida, o uso da violência como estratégia de resolução de tensões no trabalho e nas relações afetivas, assim como suas práticas culturais e sociais. Atentou-se ainda para contextualizar a pesquisa dentro do período republicano e para problematizar conceitos que são importantes para entendermos as estruturas de poder local que foram construídas ao longo da história da cidade e de seus habitantes. Compreendeu-se, ademais, que as mudanças advindas com o processo de abolição marcaram e redimensionaram as relações entre os sujeitos por várias décadas. Dessa forma, as sociabilidades e as relações de trabalho dos garimpeiros e lavradores no século XX foram influenciadas pelas transformações do pós-abolição. As fontes utilizadas na pesquisa foram: fontes cartoriais; processos criminais e cíveis; diversos exemplares de jornal; códigos de leis do período da Primeira República; relatórios técnicos; memórias e correspondências diversas.

**Palavras-chave:** Sociabilidade; Subalternizados; Lençóis; Primeira República; Mineração.

LOPES, Paloma Teixeira. **Garimpeiros and farmers: social relations and political conflicts in Lençóis-Bahia (1900-1930)**. 2022. Advisor: José Ricardo Moreno Pinho. 2022. p.f. Dissertation (Master in Regional and Local History) – Department of Human Sciences, State University of Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2022.

## **A B S T R A C T**

This study aims to analyze the relationships and experiences of subjects belonging to subaltern groups that inhabited the city of Lençóis-BA in the first half of the 20th century. The mining process set the pace for the formation of the main settlements in Chapada Diamantina, as this process was responsible for the migration of groups from various parts of the province. This migratory logic was also decisive for the social composition in Lençóis. In this way, the research proposed to reflect on the experiences and social relations of miners and farmers in Lençóis between the years 1900 to 1930. Therefore, it made an effort to know some narratives and plots of ordinary men and women, their material conditions of life, the use of violence as a strategy for resolving tensions at work and in affective relationships, as well as their cultural and social practices. Care was also taken to contextualize the research within the republican period and to problematize concepts that are important for us to understand the structures of local power that were built throughout the history of the city and its inhabitants. It was understood, moreover, that the changes resulting from the abolition process marked and re-dimensioned the relationships between subjects for several decades. Thus, the sociability and labor relations of miners and farmers in the 20th century were influenced by post-abolition transformations. The sources used in the research were: notary sources; criminal and civil proceedings; several copies of the newspaper; law codes from the First Republic period; technical reports; miscellaneous memoirs and correspondences.

**Keywords:** Sociability; Subalternized; Lençóis; First Republic; Mining.

## **LISTASDE FIGURAS, QUADROS, TABELAS E GÁFICOS**

### **FIGURAS**

<b>Figura 1</b> - Mapa de localização de Lençóis e dos municípios da Chapada Diamantina .....	23
<b>Figura 2</b> - Garimpeiros trabalhando na lavagem do cascalho, Lençóis-BA.....	55
<b>Figura 3</b> - População reunida na principal praça da cidade nas comemorações da Independência da Bahia.....	69
<b>Figura 4</b> - Picuás, objetos utilizados para guardar os diamantes .....	88
<b>Figura 5</b> - Reportagem sobre assassinato, Lençóis-BA.....	90

### **QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Origem da população de Lençóis.....	58
<b>Quadro 2</b> - Cor das vítimas e dos réus em processos criminais e cíveis de Lençóis.....	60

### **TABELAS**

<b>Tabela 1</b> - Réu segundo o sexo.....	61
<b>Tabela 2</b> - Vítimas segundo a profissão.....	64
<b>Tabela 3</b> - Réu segundo a profissão .....	65

### **GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> - Proporção dos crimes em Lençóis.....	62
<b>Gráfico 2</b> - Proporção de armas utilizadas nos crimes .....	63

## **SIGLAS**

FDCBV – Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros (Lençóis).

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I</b> .....	20
<b>OCUPAÇÃO, CONTEXTO POLÍTICO E ESTRUTURAS DE PODER.</b> .....	20
<b>1.1 A formação do cenário: processo de ocupação de Lençóis</b> .....	20
<b>1.2 Estruturas do poder local</b> .....	30
<b>1.3 Consolidação do poder local em Lençóis</b> .....	37
<b>CAPÍTULO II</b> .....	47
<b>CARACTERÍSTICAS E EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS SOCIAIS</b> .....	47
<b>2.1 O contexto do pós-abolição</b> .....	47
<b>2.2 Os grupos subalternizados em Lençóis</b> .....	53
<b>2.2.1 Garimpeiros e lavradores</b> .....	64
<b>2.4 Experiências e sociabilidades</b> .....	66
<b>2.5 Cotidiano e cultura</b> .....	68
<b>CAPÍTULO III</b> .....	73
<b>TRABALHO, DINÂMICA SOCIAL E VIOLÊNCIA</b> .....	73
<b>3.1 Relações de trabalho</b> .....	73
<b>3.2 Dinâmica social dos trabalhadores</b> .....	80
<b>3.3 Cotidiano e violência</b> .....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	95
<b>5. FONTES</b> .....	99
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	101

## INTRODUÇÃO

Durante o período da graduação foi iniciado o processo de estudos sobre a história da Chapada Diamantina, pesquisa que surgiu do interesse de aprofundar as vivências dos homens valentes e destemidos que habitam o imaginário popular. A partir das reflexões que foram sendo levantadas, foi identificada que as histórias eram concentradas em personagens importantes de outrora.

Desse modo, a memória coletiva sobre a região está intrinsicamente relacionada aos feitos realizados por personalidades ilustres e às riquezas que a terra possibilitava. Por muito tempo as produções se concentravam nesse eixo temático, o que foi e continua sendo muito importante para a história local. Contudo, observando-se algumas lacunas sobre a participação popular, esse trabalho é um esforço para se conhecer as experiências dos homens e mulheres comuns na construção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, as discussões que problematizam fenômenos históricos no interior baiano ganharam impulso nas últimas décadas, principalmente com o avanço dos estudos voltados à chamada história regional e local. Dessa forma, regiões do sertão baiano<sup>1</sup>, que outrora não tinham tanta visibilidade, passam a ter uma produção expressiva na historiografia<sup>2</sup>.

No século XIX a Chapada Diamantina teve destaque pela mineração de diamantes e outros minerais, tornando-se atrativa para milhares de pessoas que tinham sonhos de enriquecimento. As atividades de pecuária e policultura também estão presentes na região, ainda que em menor proporção. Desde o período colonial a região era conhecida por viajantes, colonos portugueses, jesuítas e bandeirantes, haja vista que “crônicas datadas do século XVII dão notícias da passagem pela Chapada, de bandeirantes e sertanistas a procura de ouro e pedras

---

<sup>1</sup> O conceito de sertão recebeu diferentes atribuições e significados no decorrer da história brasileira e na produção historiográfica. Segundo Erivaldo Fagundes Neves, durante o período colonial servia como referência da atuação dos colonizadores portugueses. Abriu também espaço para a romantização da natureza do espaço e de seus sujeitos, sendo, por muito tempo, atribuída ao termo uma “carga de sentidos negativos”. Em sua obscuridade etimológica, tanto na condição de categoria geográfica como na perspectiva socioantropológica, “sertão” revela-se polissêmico, carregado de novos e velhos sentidos. Mais que uma alteridade negativa de litoral, firma-se como referente do regional e se expressa como representação da cultura nacional”. NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (Orgs.). **Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Editora Arcádia, 2007, p. 22.

<sup>2</sup> Ver: LEITE, Jeedan Gomes. “**Terra do frio**”, **coronéis de “sangue quente”?** Política, poder e alianças no Morro do Chapéu (1919-1926). Dissertação de mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2009. IVO, Isnara Pereira. **Mandonismo e contextos históricos**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.313.pdf>. Acesso em: 5. set. 2017. CUNHA, Nayara Fernandes Almeida. **Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas em Feira de Santana (1907-1927)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana, UEFS, 2013.

preciosas”<sup>3</sup>. No século posterior (XVIII) é que inicia uma ocupação mais considerável, baseada na implementação da mineração, de propriedades de plantação de mandioca e de pequenos roçados.

Em 1833, Rio de Contas passa a ser comarca, figurando como importante centro minerador na Bahia, dividindo espaço, contudo, com outros núcleos populacionais que figuravam no cenário regional, também por causa dos minérios, como é o caso da Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê), elevada a essa categoria em 1848.

Neste contexto, o povoamento de Lençóis foi iniciado em 1845, após a descoberta de diamantes nas serras. O povoamento pertencia à Vila de Santa Isabel do Paraguaçu, mas foi desmembrada em 1856 com o nome de Vila de Lençóis. Em 1865, por fim, foi elevada à categoria de cidade. Dessa forma, a mineração foi a principal responsável pelo grande fluxo populacional para essas áreas diamantíferas.

No final do século XIX, a cidade de Lençóis já tinha passado pela fase de decadência da extração de diamantes, porque, mesmo que a atividade permanecesse, a intensidade e visibilidade no cenário estadual já não era a mesma dos tempos de prosperidade. No contexto social havia vários grupos de diferentes extratos sociais, mas esse trabalho busca evidenciar os homens subalternizados, mais especificamente os garimpeiros e lavradores, sujeitos que aparecerão com mais frequência na documentação.

A historiografia, por muito tempo e sistematicamente, invisibilizou a participação de muitos sujeitos ao longo da formação histórica brasileira. Surgiu, conseqüentemente, a inquietação de melhor compreender os outros sujeitos e as suas vivências, indo-se além dos limites da história oficial. Nesta perspectiva, a pesquisa atenta-se na análise das sociabilidades e nas tramas protagonizadas pelos subalternos. Para tanto, o olhar thompsoniano da escrita da história foi o norteador das reflexões realizadas.

A perspectiva teórica abordada por Edward P. Thompson prioriza as experiências e o protagonismo dos “indivíduos comuns”, partindo do pressuposto da “história vista de baixo”<sup>4</sup>, ou seja, das análises dos costumes e vivências históricas das populações marginalizadas.

---

<sup>3</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. Salvador, 1973. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, p. 18.

<sup>4</sup> Ver: THOMPSON, E. P. **A história vista de baixo**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 185-201. Sharpe considera que o primeiro estudo realizado sobre a História Vista de Baixo foi realizado por Edward Thompson com seu artigo “*The History from Bellow*”, publicado na revista *The Times Literary Supplement*, em 1966. “Daí em diante, o conceito da história vista de baixo entrou na linguagem comum dos historiadores”. Ver: SHARPE, Jim. A história vista por baixo. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 40-41. Outros estudos sobre a história vista de baixo tornaram-se referência e contribuíram para a campo de estudo, como *O Queijo e os Vermes* de Carlo Ginzburg, os trabalhos de Natalie Zemon Davis que buscava compreender o papel das massas na articulação da sociedade, *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*, *O Retorno de Martin Guerre*. HILL,

Thompson propôs uma historiografia que contemplasse as relações e as vivências de “indivíduos comuns”, especialmente as da classe operária inglesa, do trabalhador que não estava engajado explicitamente nas lutas de classe, analisando a dinâmica cultural dos trabalhadores do século XVIII e do início do século XIX, a abordagem do autor enfatiza para além da consciência de classe, visto que a partir de conceitos como: experiência. Costume e cultura como forma de interligar os sujeitos para além da ideologia e organizações institucionais. Trata-se, por conseguinte, de perceber “as potencialidades da história social do trabalho, uma vez desligada de seu caráter institucional mais antigo, e de parte da resistência intelectual e oficial”<sup>5</sup>. O artigo “*The History from Below*”, então, impulsionou os estudos relativos à importância de se desenvolver trabalhos a partir de uma nova perspectiva, sobre a história de grupos das camadas econômicas e sociais subalternizadas.

A abordagem de Thompson foi formulada a partir da constatação de que “até recentemente, a ‘história operária’ tem-se definido mais por seu antagonismo com a ortodoxia do que por qualquer outra coisa”<sup>6</sup>, visto que por muito tempo as experiências dos sujeitos simples estavam sendo omitidas para que a perspectiva de uma história oficial prevalecesse. Sendo assim, o inglês assume uma postura de apresentar em seus trabalhos as diferentes perspectivas da história e da sociedade inglesa. Essa abordagem incentivou o debate acerca da possibilidade de se estender os trabalhos historiográficos sobre comportamento e experiência de grupos sociais populares na Inglaterra.

Seguindo essa linha de estudo, Thompson publicou o livro *Costumes em Comum*, com uma série de artigos que abordaram importantes conceitos e ideias, como: “costume”, “experiência”, “hegemonia” e “cultural plebeia”, a partir das práticas vivenciadas pela plebe inglesa no século XVIII, além de apresentar as tensões na relação dos operários com a *gentry*.

No estudo desses casos, espero que a cultura plebeia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascarados pelos ritos do paternalismo e da deferência<sup>7</sup>.

---

Christopher. **O mundo de ponta-cabeça**: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>5</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.198.

<sup>6</sup> THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: Luigi Negro; Silva (Org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 185.

<sup>7</sup> THOMPSON, op. cit. p.17.

Nesta perspectiva, a partir do trabalho do historiador inglês é possível ampliar as abordagens de pesquisa para análises dos costumes e vivências históricas das populações marginalizadas, atentando-se para o fato de que essas experiências são múltiplas e diferentes. Partindo do pressuposto de que é a experiência que determina a consciência dos homens, e não a consciência que determina a sua existência, a categoria da experiência passa a ser vista como elemento importante para compreender as relações sociais.

É necessário ter cuidado ao utilizar a análise realizada por Thompson sobre a realidade inglesa do século XVIII para entender outros contextos, em espaços geográficos e temporalidades diferentes, pois as manifestações dos costumes e as experiências sociais da “gente comum” são vivenciadas de forma diferente, pois são influenciadas por contextos sociais, políticos e históricos específicos.

Nas elaborações de Thompson as experiências dos grupos populares não eram consideradas planejadas, eram distintas dos diversos elementos que compunham a sociedade. Nessa perspectiva, ao refletirmos sobre a realidade de Lençóis, inferimos que os grupos sociais, garimpeiros e trabalhadores rurais, se agrupavam a partir de experiências compartilhadas entre si. Constatamos ainda a variedade entre as categorias sociais, e que muitas destas estavam sujeitas à subalternidade. Desse modo, essas experiências eram transmitidas ao longo do tempo, e os garimpeiros e trabalhadores rurais possuíam histórias e saberes que eram partilhados entre seus pares, muitas vezes relacionados ao âmbito do trabalho, como aspectos ligados à extração de minérios e ao manejo com a terra.

Dessa forma, o presente trabalho se propõe a refletir sobre as experiências e as relações sociais de garimpeiros e lavradores na cidade de Lençóis-BA entre os anos 1900-1930. Buscando entender as vivências dos grupos subalternizados e o reflexo em suas condições materiais de vida, o uso da violência como estratégia de resolução de tensões no trabalho e nas relações afetivas, assim como, suas práticas culturais e sociais.

Essa dissertação se insere no contexto História Regional e Local. Nota-se, inclusive, que as pesquisas de âmbito regional ainda enfrentam obstáculos, principalmente aquelas que versam sobre a história de regiões interioranas, que estão afastadas dos centros econômicos. Desse modo, o silenciamento não é apenas uma questão social e econômica, mas também geográfica, pois nos centros urbanos e na faixa litorânea há historiografia consolidada, todavia, essa prática não se estende a todo o território brasileiro.

À vista disso, a História Regional e Local vem sendo importante, uma vez que, para além de ser uma delimitação de tempo e espaço nos quais os acontecimentos humanos ocorrem, confere visibilidade à historicidade de espaços antes marginalizados. Entendendo região como

categoria, “o mesmo modo que a de sertão, é portadora de sentidos históricos, geográficos, sociológicos, antropológicos e de outros campos do conhecimento, com desdobramentos interdisciplinares e transdisciplinares”<sup>8</sup>.

Como uma fração mais ampla da espacialidade historicamente construída por uma multiplicidade de fatores, uma região resulta sempre da interveniência das redes de poderes econômicos, políticos, militares, eclesiásticos ou de segmentos sociais. Nesta perspectiva, a ideia de região como parte ou parcela, orienta-se pela noção de totalidade (histórica, geográfica, econômica, social, política) à qual ela integra e, desse modo, fica a depender da totalidade tomada como referência e dos fatores intervenientes considerados na sua definição<sup>9</sup>.

É necessário ressaltar que há um importante crescimento nos estudos que buscam analisar fenômenos históricos nos diversos municípios, mas a produção historiográfica poderia ser ainda maior. Por isso, a história regional tenta quebrar com o padrão de marginalização, dando oportunidade para grupos sociais e lugares encontrarem espaço na história. Destarte, a problemática central desse trabalho refere-se em averiguar algumas das experiências cotidianas e os comportamentos sociais de garimpeiros e lavradores nas primeiras três décadas do século XX na sociedade lençoisense.

O marco temporal proposto se delimita no período da Primeira República, ou seja, um período que combinou rupturas, bem como, continuidades, devido à transição política e social. As mudanças advindas com o processo de abolição marcaram e redimensionaram as relações entre os sujeitos por várias décadas. Dessa forma, compreende-se que, para se entender as sociabilidades e as relações de trabalho dos garimpeiros e lavradores do século XX, é preciso compreender que estas foram influenciadas pelas transformações do pós-abolição.

A historiadora Edinelia Souza desenvolve reflexões sobre o contexto do pós-emancipação na Bahia, com o olhar voltado para a atuação ativa dos negros e mestiços. As análises realizadas pela autora, mesmo discorrendo sobre o Recôncavo Baiano, podem ser utilizadas como suporte à análise em outros contextos regionais, mantendo-se os devidos cuidados com as especificidades de cada contexto.

Ademais, a autora destaca em suas análises que uma das formas de participação dos recém-libertos nas estruturas sociais foi através do trabalho rural. Após o processo de emancipação, muitos negros e mestiços decidiram continuar com o trabalho nas fazendas. O

---

<sup>8</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja, da sesmaria ao minifúndio...** *op. cit.*, p. 28.

<sup>99</sup> *Ibidem.*, p. 28.

estudo dos movimentos desses sujeitos nas diversas propriedades rurais no Recôncavo Baiano foi fundamental para a compreensão das relações sociais e de trabalho desse período<sup>10</sup>.

O recorte temporal desta dissertação foi delimitado, também, a partir da disponibilidade e do melhor estado de conservação das fontes pesquisadas, visto que a documentação (processos criminais e cíveis) de anos anteriores não estava em bom estado de conservação. É importante salientar que a coleta das fontes foi comprometida pelo período de pandemia da COVID-19 enfrentado por todos os pesquisadores nos últimos anos, visto que no período de pesquisa o acesso a outras instituições e aos arquivos públicos foi restringido.

Tendo em vista que a produção do conhecimento histórico é vinculada diretamente às fontes e aos procedimentos metodológicos que utilizamos para problematizá-las, inicialmente busquei pelas fontes cartoriais no Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros (Lençóis). Esses processos judiciais podem ser utilizados como fonte histórica por possibilitarem uma diversificada análise sobre a sociedade, sobre os comportamentos e costumes dos grupos sociais subalternizados lençoesenses, visto que esses grupos não dispunham de instrumentos que possibilitassem o registro de suas experiências<sup>11</sup>.

Os processos crime e cíveis são fontes igualmente abundantes e dão voz a todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor [...] A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos dos crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos das populações do passado<sup>12</sup>.

Dessa forma, essas fontes acabam oferecendo uma via de acesso singular à história social da cidade, desvendando-se como se estabeleciam as relações de poder — importante para investigação e análise dos atos cotidianos, das tensões e dos conflitos dos grupos subalternizados.

Entre as fontes judiciais e cartoriais, foram consultados 30 processos criminais, 5 processos cíveis, além de exemplares do jornal “O Sertão” que acompanhavam diversos processos. No site da Biblioteca Nacional consultei diversos jornais do século XIX e XX, a saber: “O Guaycuru” (BA); “A Manhã: Propriedade da Sociedade Anonyma ‘Diário de Notícias’” (BA); “O Combate”. Além dessas fontes, foram utilizados os códigos de leis do

---

<sup>10</sup> SOUZA, Edineia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia**. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888\1930). Tese de Doutorado - UFRJ. Rio de Janeiro, 2012, p.117.

<sup>11</sup> Nas citações, foi conservada a ortografia original presente nos documentos originais.

<sup>12</sup> BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos**. In: *Fontes históricas*. Carla Bassanezi Pinsky org. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 37.

período da Primeira República; relatórios técnicos; memórias e correspondências diversas. Os resultados da pesquisa com tais fontes estão dispostos nos três capítulos que compõem esta dissertação.

No capítulo I, intitulado **Ocupação, Contexto Político e Estruturas de Poder**, é uma sessão introdutória, que propõe apresentar o processo histórico da formação da cidade de Lençóis - Chapada Diamantina, abordando-se os aspectos geográficos, naturais, a dinâmica social e política de ocupação do espaço, partindo-se do pressuposto de que a cidade foi um espaço construído a partir do desenvolvimento da extração do diamante. Buscou-se ainda trazer esta introdução para contextualizar a pesquisa dentro do período republicano e problematizar conceitos que são importantes para entendermos as estruturas de poder local que foram construídas ao longo da história da cidade e de seus habitantes.

Foi realizado um debate sobre os conceitos e as características do contexto temporal que esse trabalho abrange, assim, procurou-se apontar alguns elementos do período republicano que influenciou as relações sociais dos garimpeiros e lavradores na cidade de Lençóis no início da República.

É importante salientar que os processos históricos são complexos e não devem ser analisados através de uma visão reducionista, visto que envolve uma grande gama de sujeitos e interpretações históricas. Inicialmente, a apresentação da construção histórica de Lençóis foi realizada com o propósito de situar o leitor em relação ao espaço geográfico, realizou-se também uma apresentação do contexto geral republicano e do cenário político em que a Lençóis estava inserida, percebendo que nas primeiras décadas da República houve uma continuação do domínio político de antigas e novas oligarquias, que através de estruturas recém-configuradas se sustentavam como os Donos do Poder<sup>13</sup>. Nesse momento da escrita, foi importante a consulta e análise de trabalhos realizados por memorialistas e intelectuais produções acerca da formação da Chapada Diamantina, além de trabalhos clássicos e contemporâneos que discutem poder local.

O capítulo II, denominado **Características e Experiências dos Sujeitos Sociais**, propõe-se a construir um perfil dos grupos sociais subalternizados que viviam em Lençóis na primeira metade do século XX. Analisaram-se as experiências cotidianas de garimpeiros e lavradores, suas condições materiais de vida, suas práticas culturais e sociais. Para tanto, foram utilizados principalmente os processos-crimes e cíveis, os quais foram tratados como fonte histórica porque possibilitam uma diversificada análise sobre a sociedade, sobre os

---

<sup>13</sup> FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro: Globo, 1958.

comportamentos e sobre os costumes dos grupos sociais subalternizados lençoenses, dado que esses não dispunham de instrumentos que possibilitassem o registro de suas experiências.

Por último, o terceiro capítulo intitulado, **Trabalho, Dinâmica Social e Violência**, propõe a reflexão acerca das relações de trabalho estabelecidas entre os grupos subalternizados e o poder local, buscando-se verificar os reflexos dessa dinâmica na vida dos lavradores e garimpeiros. Foram utilizados como fontes os processos-crimes e cíveis.

No trabalho de resgatar vestígios do visível e do invisível do processo de desenvolvimento de uma cidade, foi necessário se aprofundar nos registros históricos encontrados sobre a cidade. Buscou-se conhecer um pouco do cotidiano local: algumas práticas sociais; o contexto político, econômico e cultural; os acontecimentos e os atores; além de conhecer como ocorreu o processo de ocupação do território e as experiências vividas pelos habitantes.

Desta feita, esta dissertação traz uma contribuição para a História da Bahia, em especial da região da Chapada Diamantina, município de Lençóis, e está inserida no campo da História Regional e Local, trazendo uma reflexão acerca das vivências e dos conflitos vividos pelos setores ditos “subalternos” daquela sociedade, portanto, dialoga, também, com a História social.

# CAPÍTULO I

## OCUPAÇÃO, CONTEXTO POLÍTICO E ESTRUTURAS DE PODER.

### 1.1 A formação do cenário: processo de ocupação de Lençóis

No processo de ocupação de Lençóis, a mineração foi fator importante, responsável pelo grande fluxo populacional e pela mobilização de garimpeiros para as áreas diamantíferas descobertas em meados do século XIX. Contudo, desde o período colonial, a região era conhecida por viajantes, colonos portugueses, jesuítas e bandeirantes, no século XVI. No século posterior, já se inicia uma ocupação mais considerável, baseada na efetivação de propriedades para plantação de mandioca, além de pequenos roçados.

A prática do sistema de sesmarias beneficiava famílias importantes, pois eram entregues grandes posses de terras para exploração e desenvolvimento das propriedades. No século XVII, por exemplo, o sertão da Bahia era basicamente dividido em duas grandes sesmarias: a da família de Francisco Dias Ávilla e a da família de Antônio Guedes de Brito. A Chapada Diamantina ficava dentro do território pertencente aos Guedes de Brito<sup>14</sup>, dado que em “1684 (...) é aquinhado com uma sesmaria que abrangeria toda a metade oriental do sertão baiano, perfazendo 160 léguas de terra entre o Morro do Chapéu e a nascente do rio das Velhas”<sup>15</sup>.

No processo de ocupação do sertão baiano, foram instituídos segmentos territoriais, como fazendas de criação de gado, arraiais e missões religiosas. A tomada desses espaços envolveu conflitos entre os colonos e os povos indígenas, uma vez que não se tratava de um território inabitado.

Ao escrever um capítulo de livro sobre as fronteiras do Alto Sertão Baiano, Márcio Santos refuta a ideia de que se tratava de um espaço despovoado, visto que o território do sertão baiano era habitado por povos tapuias não sedentários, que praticavam o extrativismo; aponta ainda que nas margens de importantes rios, como o São Francisco, grupos tópicos semisedentários já desenvolviam técnicas de agricultura<sup>16</sup>.

Com a expulsão dos povos indígenas e a conquista dos territórios, passou a ser praticada a pecuária extensiva. Todavia, parte das terras não foi ocupada, tampouco todos os núcleos de

---

<sup>14</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio**: um estudo de história regional e local. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

<sup>15</sup> SANTOS, Márcio. Notas sobre as fronteiras do sertão baiano entre 1650 e 1750. In: ADAN, Caio Figueiredo Fernandes; REIS, Adriana Dantas (Org.). **Estudos em história colonial**: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018, p. 278.

<sup>16</sup> *Ibidem.*, p. 278.

povoamento formados foram mantidos por muito tempo, já que apenas poucos conseguiam desenvolver uma mínima estrutura que lhes possibilitassem a continuação da sua dinâmica de vida.

Até meados do século XIX não havia registros consideráveis de centros de ocupação atribuídos à região de Lençóis, apenas foram se formando pequenos núcleos ao longo do leito dos rios da Chapada Diamantina. Data desse período também os primeiros relatos sobre a região, por meio das descrições feitas por Theodoro Sampaio e integrantes do Instituto Histórico da Bahia (IGHB).

O engenheiro baiano Theodoro Sampaio apresentou os relatos de sua viagem feita à região entre os anos de 1879 e 1880 na Comissão Hidráulica, destacando os aspectos geográficos e geológicos do território. Deve ser considerado que a viagem teve o propósito de desenvolver conhecimentos que possibilitassem a instauração de mecanismos de estruturação do interior baiano. No livro intitulado “O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina” ofereceu um panorama geral dessas duas regiões, expondo sobre a hidrografia, os conjuntos de serras, a localização espacial, além de uma análise sobre o povoamento e a produção mineral<sup>17</sup>.

Especificamente em relação às áreas de diamante da Chapada Diamantina, Sampaio aponta que se trata de uma região “muito vasta, e mal pôde ser assinalada pelos limites do que se chama commumente de *Chapada* (...) Se, porém, quizermos determinar com mais precisão a zona diamantífera, no interior da Bahia, teríamos de destacar, entre os 11° e os 14° de latitude sul”<sup>18</sup>. Compreende-se, dessa forma, que a localização dessas zonas se concentrava no centro da Chapada. No tocante aos aspectos geográficos, salientou que:

O aspecto da zona diamantina é o de uma região alta, com largos trechos planos nos intervalos de serranias ásperas, abundantemente irrigados na metade sul. Os rios e ribeiros são ahi numerosos, e os que são propriamente diamantinos trazem as suas águas escuras, ou amarelo-topasio quando tomadas em pouca quantidade<sup>19</sup>.

Na visão do geógrafo, tratava-se de uma região com clima diferenciado para o Alto Sertão da Bahia, com temperaturas amenas em virtudes da altitude e a formação serrana. Os rios possuíam espaço de destaque na narrativa de Sampaio, pois eles eram considerados elementos imponentes da paisagem natural e eram primordiais para o estabelecimento da vida

---

<sup>17</sup> SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina**: trechos de um diário de viagem (1879-80). 1. ed. São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas, 1905.

<sup>18</sup> *Ibidem.*, p. 130.

<sup>19</sup> *Ibidem.*, p. 133.

social neste território. Além disso, foi a partir deles que passou a ser realizada a produção mineral e as atividades para subsistência, como agricultura e pecuária.

Dessa forma, o cenário geográfico apontado por Sampaio foi certamente modificado pela extração mineral. Inicialmente a província baiana se destacou através do ouro extraído das jazidas em Jacobina entre os séculos XVII e XVIII. Foi o principal produto econômico das Lavras, responsável por proporcionar grande visibilidade para a região. Em 1833, a comarca de Rio de Contas figurava como o principal centro das Lavras Diamantinas, por causa da extração de minerais. Contudo, outros núcleos populacionais se sobressaíam no cenário regional, também por causa dos minérios, como é o caso da Vila de Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê) e de Andaraí. Theodoro Sampaio destacou o movimento migratório na região das Lavras e, conseqüentemente, o processo de formação de povoados ao longo da área aurífera.

Pelos anos de 1720 a 1721 iniciou-se no sertão de Rio de Contas a mineração de ouro por alguns paulistas recém-chegados de Minas Geraes, entre os quais o coronel Sabastião Raposo (...).

Desde este tempo, começaram a ser devassadas e exploradas pelos garimpeiros aquelas auríferas terras situadas ao longo das montanhas de Itubiara, do Guarda Mór, da Tromba e das suas ramificações ou prolongamentos ao noroeste para o lado do rio S. Francisco.

Foram então surgindo vários núcleos de população entre estas serras e se fundou o arraial do *Senhor do Bom Jesus* nas cabeceiras do rio de Contas, para cuja Capela João de Moraes Barros, estabelecido com mineração no lugar, fez em 1726 doação do terreno para o respectivo patrimônio, compreendendo as lavras e o sítio do *Ribeiro*. Foi nesse lugar onde provavelmente se assinalou a presença do diamante no cascalho aurífero, pela primeira vez nestes sertões, pois que aí, nas cabeceiras de Rio de Contas, a formação do terreno é tão aurífera como diamantina. Todavia, é tradição mais corrente que a primeira descoberta do diamante na chapada só se deu pelos anos de 1817 ou 1818, quando o capitão-mor Félix Ribeiro de Novaes, (...). Até 1844, a mineração de diamante, que desde alguns anos, se vinha fazendo na *Chapada Velha*, região mais central, situada nas cabeceiras do rio *Verde de Baixo* e equidistante cerca de trinta léguas de Macaúbas, Santo Inácio do Açuruá e Santa Isabel do Paraguaçu (Mucugê), não apresentava resultados dignos de menção (...).

Eram os diamantes de Mucugê de maior volume e mais belos que os da Chapada Velha, o que, despertando atenção dos aventureiros e excitando-lhes a cobiça, determinou uma grande invasão de garimpeiros para as margens do Mucugê<sup>20</sup>.

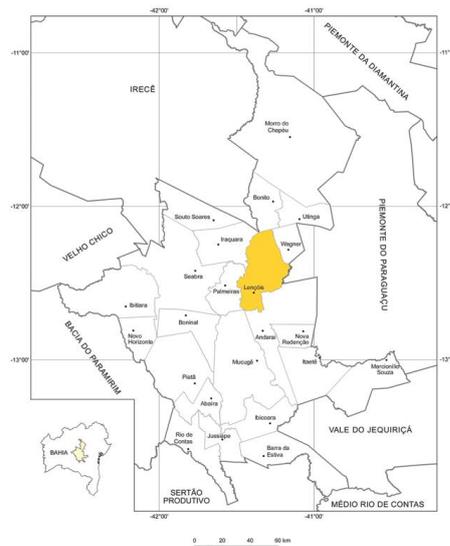
Nesse contexto regional, a partir de 1844, entre as serras do Sincorá, Assuruá e da Tromba foram descobertas zonas diamantíferas que impulsionaram e redimensionaram o mercado de pedras preciosas. No primeiro momento foram encontradas minas em Santa Isabel do Paraguaçu (atual Mucugê). Esse achado encorajou os garimpeiros a explorarem outras

<sup>20</sup> SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p.138-140.

serras, por caminhos já conhecidos e habitados por roceiros que cultivavam mandioca ao longo das estradas até Andaraí, pelo curso dos principais rios. As investidas dos garimpeiros deram resultado, as descobertas foram se multiplicando e esses sujeitos iniciaram um processo de colonização desse território, modificando a organização social. Os pequenos e espaçados povoamentos de roceiros e moradores que se estabeleceram ao longo do leito dos rios foram sendo substituído por aglomerados de indivíduos ávidos pela ideia de enriquecimento.

Nesse contexto, em 1845 garimpeiros descobriram potencial minerador entre os vales dos rios Lençóis e São José<sup>21</sup> e se fixaram no local, iniciando o povoamento de Lençóis, pertencente à Santa Isabel do Paraguaçu. Como assinala Sampaio, foi “no valle do rio S. José, próximo de cujas cabeceiras se formou a considerável cidade dos Lençoes, 10 leguas ao norte de Santa Izabel, a mineração dos diamantes tomou um impulso prodigioso (...) e dos Lençoes se fizera abundantíssimas lavras”<sup>22</sup>. No mapa (Figura 1) é possível localizar o povoamento de Lençóis e a região na qual se inseria.

**Figura 1 - Mapa de localização de Lençóis e dos municípios da Chapada Diamantina**



Fonte: Mapa elaborado por MANGILI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

Os rios sempre foram importantes, visto que ofereciam, os sujeitos que povoaram a região de Lençóis se beneficiaram dos rios, principalmente através da extração mineral dos diamantes e carbonato.

<sup>21</sup> Informações recuperadas de descrições memorialistas de Gonçalo de Athayde de 1910. PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)*. In ARAÚJO, D. A; NEVES, E. F; SENNA, R. S. **Bambúrrrios e quimeras: olhares sobre Lençoes: narrativas de garimpo e interpretações da cultura**. Feira de Santas: UEFS, 2002.

<sup>22</sup> SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 142.

Em consequência dessa descoberta, ocorreu uma transformação do cenário social, com uma grande mobilização populacional com intuito de enriquecimento rápido. Indivíduos de toda sorte e categoria social se deslocaram para a região da Chapada Diamantina, oriundas da Bahia, como do recôncavo baiano, e de outras províncias, a exemplo de Minas Gerais. Podemos constatar o exposto pela reportagem do *O Guaycuru*, jornal instalado em Salvador, que comunica em 1845:

He natural que, ou todo mundo hoje saiba na Bahia, ou pelo menos todos sejam habilitados a fazer uma idea mais ou menos aproximada desse tesouro imenso de riquezas, que nas entranhas da terra guardou a Providencia nos sertões desta província. Tamanha he a fama dessas minas que des de algum tempo estão sendo exploradas (...) A indústria mineira desenvolve-se em todos os sentidos, em todas as direcções, movida pelo amor do ganho, pelo aguilhão da cubiça, pelos stimulos da ambição (...) A Chapada Diamantina, e todas essas serras e rios e campos vastissims do Sincorá abrirão seos auríferos seios à exploração (...) como q' instictivamente, uma emigração numerosíssima se move desta capital, de varias comarcas da província, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de toda parte (...) e hoje talvez acima de quarenta mil almas habitão esses logares, e se empregão nos trabalhos de mineração.<sup>23</sup>

Como evidenciado pela reportagem, em pouco tempo a vila de Lençóis passou a abrigar uma grande quantidade de sujeitos atraídos pelo garimpo, e “a Chapada Diamantina viveu êxodos e diásporas, em consequência de fluxos e refluxos mineradores e de flutuações pluviométricas, com estiagens sazonais de dimensões catastróficas e a precariedade dos meios de transporte e comunicações”<sup>24</sup>.

As Lavras Diamantinas não despertaram interesse apenas de homens livres. Muitos escravizados observaram a oportunidade de conseguir algo maior que fortuna: a liberdade. Romulo de Oliveira Martins, em seu estudo sobre escravidão nas minas de Lençóis entre os anos de 1840 a 1888, constatou que muitos homens fugiam de senhores de escravos e se deslocavam para a recente região mineradora, em grupos ou mesmo em investidas individuais. Como exemplo, o autor citou alguns escravizados que evadiram da Vila do Urubu. Esses homens contavam a seu favor o fato de que, por ser o lugar, à época, um espaço recente, a área de garimpo não possuía controle ou fiscalização, o que tornava mais fácil a permanência desses

<sup>23</sup> Jornal O Guaycuru. Anno 3. Bahia, quarta-feira 18 de junho de 1845. edição número 101. p. 1- 2. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/709794/131>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

<sup>24</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Apogeu minerais: Chapada Diamantina, séculos XVIII e XIX. In: PINHO, José Ricardo Moreno; NUNES, Antonietta d'Aguiar. **Capítulos de História da Bahia Formação econômica**. Salvador: EDUNEB, 2020.

homens. Assim, no início da exploração, a localidade configurou-se como importante reduto na Bahia para os escravizados que fugiam<sup>25</sup>.

Segundo Glaybson da Silva<sup>26</sup> em sua dissertação de mestrado, o processo de povoamento observado na vila de Lençóis em alguns aspectos se aproxima com o ciclo migratório que ocorreu durante o período de extração em Minas Gerais. As últimas décadas do século XVII é um marco na descoberta e início da exploração da mineração no Brasil, tendo Minas Gerais como o primeiro e principal centro dessa atividade econômica. Os territórios do interior da colônia passaram a ter uma dinâmica de ocupação maximizada com a economia mineral. A título de exemplo, “de Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil”<sup>27</sup>. A utilização de mão-de-obra escrava foi, então, uma característica da mineração mineira, que também passou a ser empregada no garimpo em Lençóis.

Elemento igualmente a ser considerado é que a extração de ouro na Província de Minas Gerais permitiu que a Coroa Portuguesa saísse da crise financeira que enfrentava. Por isso, “o estado de prostração e pobreza em que se encontravam a Metrôpole e a colônia explica a extraordinária rapidez com que se desenvolveu a economia do ouro nos primeiros decênios do século XVIII”<sup>28</sup>. Apesar disso, outras atividades produtivas eram desenvolvidas, como a agricultura, o comércio e a pecuária, contudo sem grandes destaques, visto que a produção aurífera se tornou o centro da economia.

Como o processo de mineração em Minas Gerais, a produção aurífera em Lençóis transformou um território praticamente desconhecido em um dos principais centros mineradores e polo de trabalho da província baiana, proporcionando uma nova dinamização econômica das unidades territoriais circunvizinhas.

Além de fazer referência a Andaraí e Santa Isabel do Paraguaçu, a reportagem “Sertão diamantino” do jornal “O Guaycuru” aponta características do povoamento, expondo que:

[...] Há já ahi trez povoações notáveis, cheias de commercio, de commodidades e riquezas, que parecem surgir, como Herculanium e Pompea,

<sup>25</sup> MARTINS, Romulo de Oliveira. “**Vinha na fé de trabalhar em diamantes.**” Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013.

<sup>26</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870).** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

<sup>27</sup> FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 73.

<sup>28</sup> *Ibidem.*, p. 73.

das entranhas da terra (...) O arraial dos Lensóes, (...) he povoação menor – 5 a 6 mil habitantes – rica porem proporcionalmente em mineração e commercio. [...] Dos Lensoes para o Andarahy ha uma boa e commoda estrada na distancia de oito legoas, à expensas dos habitantes, por terrenos outr’ora intransitáveis, além destes trez logares principaes, ha por toda a extenção do terreno diversos *garimpos*; isto he, logares de mineração, aonde se ajunta e permanece o povo em grupos para extrahir o brilhante<sup>29</sup>.

A mineração na Chapada foi noticiada em vários jornais baianos e em outras províncias, pela forma com que se mobilizou e se modificou o cenário natural da região. Em destaque, o periódico *O Guaycuru* realizou uma importante cobertura da descoberta e da exploração da mineração na Chapada Diamantina. Segundo Romulo de Oliveira Martins, o jornal iniciou sua produção em outubro de 1843 com uma linha editorial marcadamente política e econômica, relacionada aos fatos que ocorreriam na província da Bahia e no Império do Brasil. Possuía um perfil crítico e constantemente abordava temas polêmicos. O jornal foi acusado inúmeras vezes de incitar protestos anárquicos e insurgentes contra os interesses da família imperial, motivos que levaram, por exemplo, aos seguintes fatos: “nos primeiros anos de sua fundação o editor do Guaycuru foi processado pelo menos três vezes. O primeiro processo ocorreu logo no primeiro mês”<sup>30</sup>. Esses motivos nos fazem refletir que o periódico pode ser considerado um instrumento que reivindicava uma ação efetiva das autoridades governamentais para a devida fiscalização da atividade do garimpo da Chapada Diamantina.

Nesse sentido, anos após a publicação do jornal, na Abertura da Assembleia Legislativa de 1847, o presidente da Província da Bahia, Antonio Ignacio d’Azevedo, apontou que a partir da atividade de extração de diamantes averiguou a necessidade de tomar medidas para a estruturação do povoamento de Lençóis, para possibilitar uma mínima organização social.

Estas considerações obrigão-me a lembrar a conveniencia que há em criar-se hum Termo na Chapada Diamantina a qual por ora pertence ao da villa de Minas de Rio de Contas. Tem o commercio dos diamantes chamado para esse lugar milhares d’individuos, que hoje formão huma consideravel povoação, a qual precisa de Authoridades territoriais em seo centro, não só para cuidar da prevenção e da repressão aos delitos, como para velar na salubridade publica, na commodidade dos habitantes, na regularidade da edificação e aformoseamento da referida povoação<sup>31</sup>.

<sup>29</sup> O Guaycuru. Anno 3. Bahia, segunda feira 29 de setembro de 1845. Número 128. Pag. 3. (Grifos do autor).

<sup>30</sup> MARTINS, Romulo de Oliveira. “**Vinha na fé de trabalhar em diamantes**”... *op. cit.*, p. 41.

<sup>31</sup> Falla que recitou o Presidente da Província o Conselheiro Antonio Ignacio d’Azevedo, dirigida a Assembleia Legislativa da Bahia, na abertura da sessão de 2 de fevereiro de 1847, p.9. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/130605/432>>. Acesso em 15 mai. 2020.

Fundamentado no discurso do presidente, percebe-se também a preocupação com a prevenção de ocorrência de crimes, visto que se tratava de uma região onde se comercializava importantes quantidades de pedras preciosas, tornando grande a probabilidade de acontecer delitos.

Nesse teor, o relato do geógrafo Theodoro Sampaio aponta que “(...) as luctas, os crimes horrorosos a que a ambição exaltada dos forasteiros teria dado lugar. Basta que se saiba que em dous annos de mineração deram-se para mais de cem assassinatos, pela maior parte impunes. A vida e a propriedade ficaram sem garantias”<sup>32</sup>. Como é destacado, havia a necessidade de ampliação do aparato policial, medida essencial devido ao crescimento acelerado da população e aos índices de criminalidade. No entanto, os destacamentos policiais enviados para a região eram mínimos, ou até inexistente, o que agravava a situação. A criminalidade estava relacionada com a circulação de grandes riquezas, com o grande fluxo populacional, com a falta de autoridades e de instituições suficientes para aquela organização social.

Outro aspecto que merece destaque é o comércio. Para atender às novas demandas da organização social, o comércio de primeira necessidade foi instalado. No início do povoamento eram negociados gêneros alimentícios, roupas e produtos relacionados com a extração mineral. As mercadorias eram transportadas pelas estradas, principal meio de comunicação no período.

Com o avanço da mineração, o comércio se fortaleceu. Lençóis tornou-se importante destino de produtos vindos de vários lugares do Alto Sertão baiano. Artigos como peixe seco e carne de sol, advindos de cidades banhadas pelo rio São Francisco, são destacados pelo memorialista Gonçalo Pereira.

As relações comerciais dos negociantes da vila de Lençóis eram estabelecidas com cidades como Andaraí e Santa Isabel do Paraguaçu, que se localizavam próximas umas das outras e até da capital, bem como de outras importantes cidades do Brasil. O mercado consumidor foi se modificando, inicialmente formado por garimpeiros e trabalhadores rurais, e rapidamente cresceu, com famílias ricas vindas de Minas Gerais e da Bahia e que passaram a ser proprietárias de fazendas e das terras do garimpo. As demandas dessas famílias transformaram o comércio em geral, que passou a negociar produtos importados, como destacado na fala do presidente da província da Bahia, João José Magalhães, em 1848:

Tambem podemos assignalar como causa si aumento do commercio o grande mercado da Chapada Diamantina, hoje estabelecido no centro da Provincia, e que muito tem contribuído para o consumo das mercadorias importadas (...) Antes da descoberta das lavras diamantina, em 1844, a exportação dos diamantes, que quase vinhão esclusivamente das Comarcas do Serro (...) hoje,

<sup>32</sup> SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 141.

porém, esta exportação, para Londres, e para o Rio de Janeiro, tem augmentado consideravelmente, como attestão pessoas versadas nesse gênero de transacções<sup>33</sup>.

Dessa forma, constata-se que a comercialização de artigos importados intensificou na Bahia a partir da descoberta de diamantes nas minas das Lavras Diamantinas e, posteriormente, com minas de Lençóis, percebe-se também que os diamantes extraídos eram negociados no Brasil e na Europa, impulsionando a economia da província.

Portanto, a Vila de Lençóis passou a ser considerada a mais importante das Lavras, tendo um pulsante centro de negociação e concentrando serviços essenciais, em que “uma grande affluencia de imigrantes atulhava a cidade e todos os demais pontos commerciaes espalhados no termo (...). O movimento, a atividade, a abastança, o luxo, a ostentação davam à cidade um grande merecimento comercial”<sup>34</sup>. Os senhores que não possuíam terras de garimpo ou imponentes fazendas se dedicavam ao crescente comércio. A população abastada se inspirava na moda parisiense, eram consumidores de vinhos exportados de Portugal e bacalhau produzido nos países nórdicos. Seguindo a ordem contrária do que a historiografia reiteradamente apresenta, o sertão baiano possuía uma rede de relações com diversos países, o que contesta a ideia de isolamento.

Seguindo um caminho de prosperidade, a Vila de Lençóis foi elevada à categoria de cidade em 1865. O comércio de Lençóis surgiu da extração de diamantes e se estendeu até a década de 1870, quando a pedra preciosa não era mais o principal produto econômico, sendo substituída pelo carbonato. Contudo, a partir de 1865 houve a descoberta de minas de diamantes na África do Sul, provocando saturação no mercado e desencadeando o processo de decadência da economia mineral em Lençóis, além da concorrência que provocou baixa nos preços do produto. Nesse mesmo período, as minas em Lençóis começaram a apresentar um esgotamento. Diante desse cenário, surge como forma de recuperar parte da economia local a extração do carbonato:

No Andaray, faziam-se ainda grandes explorações, parecendo reanimar-se a mineração no valle do rio Cajueiro, como no do Cotinguiba.  
Nos Lençoes, porem, a decadência das lavras era extrema, ressentindo-se disso o commercio local.

---

<sup>33</sup> Falla do Presidente da Provincia da Bahia, Dezebargador João José de Moura Magalhães na Assembleia Legislativa em 25 de março de 1848. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1823 a 1889, p. 45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/526>. Acesso em 15 mai. 2020.

<sup>34</sup> PEREIRA, Gonçalo de Athaide. Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas)... *op. cit.*, p.63.

Não consta terem-se encontrado jamais, nesta região, diamantes de mais de uma oitava, mas os carbonatos e as torras têm-se achado de grande volume, extrahindo-se mensalmente grandes partidas, que regulam por mil oitavas, á vista da grande procura que essas pedras, especialmente o carbonato, tem tido no mercado pela sua aplicação nas industrias.

Até hoje, só na Chapada Diamantina se tem encontrado o carbonato.

Há trinta anos não se pagava por oitava do carbonato mais que 1\$280 reis. Hoje, os preços subiram tanto, que se pode equiparar essa pedra escura e feia ao próprio diamante<sup>35</sup>.

Dessa forma, inicia-se uma nova etapa no desenvolvimento econômico em Lençóis. A utilização do carbonato na indústria e na perfuração de rochas valorizou o produto, o que evitou um colapso total da economia. Gonçalves Pereira apontou que em fins de 1885 a economia mostrava sinais animadores devido ao aumento do preço do carbonato.

No período de decadência da extração de diamantes, foi fortalecida a agricultura com o cultivo de café e outras lavouras, a partir de fazendas criadas por homens abastados vindos de outras regiões do país, principalmente de Minas Gerais e de cidades baianas<sup>36</sup> que inicialmente se apossaram das terras do garimpo e demarcaram-nas. Assim, toda exploração mineral passou a ser controlada pelos senhores. O mecanismo de autorização das terras, mediante entrega de parte da produção e concessão de recursos para os indivíduos que não dispunham dos aparatos necessários para desenvolver a atividade de garimpagem, proporcionou enriquecimento e controle social dos coronéis para com as camadas sociais mais pobres<sup>37</sup>.

As oligarquias em Lençóis possuíam o controle da produção mineral no período de apogeu do diamante, configurando seu domínio político e econômico. As classes mais pobres necessitavam do trabalho fornecido pelos chefes, por isso essa relação de dependência colocava os trabalhadores em uma posição de subordinação. As oligarquias consolidaram o seu poder e passaram a sistematizar e coordenar a vida política no meio rural. Para tanto, contava com ferramentas que facilitavam seu desempenho, como armamento, influência no poder legislativo e controle de empregos públicos.

Nesse novo contexto, a representação da região de Lençóis foi reinventada, agora sendo um dos principais redutos dos coronéis na Bahia e com uma política centralizada na figura dos chefes do poder local.

<sup>35</sup> SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 145.

<sup>36</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 20.

<sup>37</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870) ...** *op. cit.*, p. 43.

## 1.2 Estruturas do poder local

As relações políticas no interior do Brasil no período da Primeira República são historicamente marcadas por práticas de violência e pelo uso de guarda armada particular, instrumentos usados para o controle e a manutenção do poder por chefes locais, heranças do colonialismo. Essa cultura de poder é uma herança da colonização lusitana, que desde o processo de ocupação e povoamento assumiu um caráter bélico. As dinâmicas políticas entre o setor público, o Estado, e o poder privado, representado pelas oligarquias fundiárias, estabeleceram uma estrutura de domínio e influência mutuamente vantajosa. Ao longo da história, essa organização foi garantida através de grande aparato militar à disposição dos interesses da elite política e fundiária<sup>38</sup>.

Os portugueses no período colonial instituíram as tropas de primeira linha com o propósito de garantir a segurança externa, os chamados Serviços das Ordenanças. As tropas de segunda linha eram financiadas por senhores de terras e tinham o objetivo de manter a ordem social e a segurança interna. No decorrer da colonização, o poder dos proprietários de terras se consolidou dentro das corporações militares.

Nesse período surge “o termo ‘coronel’[,] originado das milícias coloniais do fim do século XVIII”<sup>39</sup>, mas que teve uma difusão maior com a criação da Guarda Nacional. No regime monárquico, as corporações militares mantiveram os elementos estruturais do período anterior, todavia ocorreram mudanças de nomenclaturas e a corporação de primeira linha passou a ser conhecida como Exército e Armada, e a de segunda linha como Guarda Nacional, com função auxiliar.

As nomeações para os cargos militares de alta patente sofriam a interferência dos interesses das oligarquias fundiárias. As disputas pelos cargos militares eram constantes entre a elite rural. A Guarda Nacional passou a configurar um elemento de manutenção do poder local no sistema estatal. Para as famílias abastadas, ter um membro exercendo cargos de liderança nas tropas representava grande prestígio e ascensão social dentro da dinâmica regional, pois “(...) a Guarda Nacional representava ‘o instrumento militar’ que o segmento social dos senhores de terra e de escravos necessitava ‘na intensa luta para manter-se no controle do aparelho do Estado’”<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> Sobre as ordenanças no período colonial depois da restauração portuguesa ver: KRAUSE, Thiago Nascimento. **Em busca da honra:** a remuneração dos serviços da guerra holandesa e o hábito da Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683). 2010. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

<sup>39</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943...** *op. cit.*, p. 19.

<sup>40</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja, da sesmaria ao minifúndio...** *op. cit.*, p. 238.

Dessa forma, muitos chefes locais passaram a ter a patente militar de coronel, e se utilizaram desse privilégio para fortalecer seu controle no interior do país. “Socialmente, coronel tornou-se sinônimo de chefe político”<sup>41</sup>. Com importante *status* dentro da comunidade, esse grupo hegemônico passa a ter uma legitimidade fornecida pelo Estado.

Em contrapartida, o serviço militar intimidava as camadas populares. Para a composição dos cargos inferiores dentro das tropas, principalmente no período de guerra, eram recrutados homens jovens, solteiros e sem ocupação, os ditos “vadios”. Todavia, por terem que assumir cargos que os colocariam em confronto direto com tropas hostis, muitos desertavam ou casavam para fugir da obrigatoriedade do alistamento<sup>42</sup>.

No período do Segundo Reinado, foi estabelecida uma estrutura de delegados e subdelegados, nomeados pelo Imperador, responsáveis pela administração dos conflitos internos. Esse novo arranjo não diminuiu o poder dos chefes locais e de seus exércitos particulares. Na prática, os agentes militares eram subordinados à autoridade dos proprietários de terras, que continuaram a comandar setores da vida pública.

Na passagem para a República houve mudanças importantes. No início, a Guarda Nacional perdeu prestígio. Entretanto, segundo Neves<sup>43</sup>, apenas a exclusividade foi abalada. A influência e o poder dos grandes donos de terras dentro das instituições públicas mantiveram-se, perpetuando a dinâmica de benefícios dos negócios privados em relação ao poder público. No período do governo de Getúlio Vargas, a centralização política, entre outras medidas, desarmou vários coronéis e aumentou o monopólio da violência nas mãos do Estado, mas os proprietários rurais continuaram no topo da pirâmide social dos municípios do interior.

A discussão sobre as relações entre o público e o privado é assunto tratado por Raimundo Faoro, que em seu livro “Os donos do poder”, propõe compreender o processo de desenvolvimento do patronato brasileiro. Para o autor, o Estado era peça central da sociedade, com seus líderes encarregados de gerir a máquina. Ao tratar da Primeira República, aponta que, com o federalismo, a estrutura estatal acabou enfraquecendo. Apesar disso, ainda estaria atuante em momentos de instabilidade econômica<sup>44</sup>.

As estruturas de mando regional e local utilizaram do sistema paramilitar para manter o controle sobre as regiões mais isoladas. O poder local constituía a força administrativa, política

<sup>41</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943...** *op. cit.*, p. 30.

<sup>42</sup> Sobre obrigatoriedade do alistamento, ver: REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil: a revolta dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Ver também: RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai** (a participação da Bahia no conflito). 2001. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Bahia, Salvador – Bahia, 2001.

<sup>43</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja, da sesmaria ao minifúndio...** *op. cit.*

<sup>44</sup> FAORO, Raimundo. **Os donos do poder...** *op. cit.*

e econômica nas áreas em que o Estado era ausente. Nessas regiões, a sociedade era fundamentada na agricultura e na pecuária, o que favorecia a centralização do poder dos donos de terras. Essa lógica agropecuarista é importante para compreendermos a complexidade do fenômeno do coronelismo, mandonismo e clientelismo, contudo não é determinante, visto que várias regiões eram controladas por coronéis, mas não tinha na agricultura ou na pecuária sua principal atividade econômica, como no caso das regiões mineradoras da Chapada Diamantina - BA. O que se observa no fenômeno do coronelismo é a continuidade de práticas tradicionais de exploração e de apropriação de terras, além de abuso de poder nos municípios do interior do país provenientes ainda do período colonial.

As visões sobre o fenômeno do coronelismo são diversas no que refere à utilização de conceitos e abordagens, havendo uma considerável produção historiográfica. Desde o trabalho de Victor Nunes Leal, publicado em 1948, referencial nas discussões sobre esse tema, o termo coronelismo vem sendo extensivamente debatido. Para o autor o coronelismo tem sua origem no encontro de uma situação política específica, o federalismo, com uma conjuntura econômica particular, o declínio dos proprietários de terras. Dessa forma, o coronelismo teria surgido da convergência do poder privado, em decadência, em contrapartida à ascensão do poder público.

O coronelismo seria, nesse caso, um complexo sistema político nacional, envolvendo a articulação de políticos de todas as esferas, sendo um processo histórico definido e com delimitação temporal, a Primeira República (1889-1930). Dessa forma, teria a sua base na organização de um sistema de clientela política, ou seja, são estabelecidos vínculos de dependência do homem do campo com o senhor de terras. Há uma continuidade do poder exercido por esses grupos de proprietários de terras na passagem do Império para a República, em virtude da importância do voto rural para o novo modelo político, o representativo, e pela ausência da atuação do Estado.

Como salienta Pinho (2018), a falta de um poder estatal mais eficiente e de instituições mais fortalecidas corroborou para que o poder privado conseguisse conquistar maior controle nas regiões. O historiador continua afirmando que:

A debilidade de um poder estatal, mediador e coercitivo das relações sociais, trouxe também a possibilidade de formação de campos especiais de negociação entre diferentes segmentos. A mesma ausência de controle público que favorecia a constituição de uma ordem privada gerou espaços a serem ocupados pelos grupos “subalternos” que, aliando-se aos poderes locais, contribuíram para a configuração de formações sociais originais em diferentes partes do interior brasileiro<sup>45</sup>.

---

<sup>45</sup> PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, quilombolas ou meeiros?** Escravidão e cultura política no Médio São Francisco. Salvador: EDUNEB, 2018, p. 22.

Isto posto, infere-se que a ausência estatal também tenha favorecido um cenário de fortalecimento da solidariedade entre os grupos sociais subalternizados, que em conjunto esses sujeitos poderiam alcançar alguns objetivos. É evidente que os ganhos que essas categorias poderiam conseguir não poderiam ultrapassar os interesses das lideranças locais.

Nesse contexto, compreender que o coronelismo não é um processo histórico homogêneo torna-se fundamental para entendermos o cenário político da época. No momento em que foi eliminado o voto censitário e o direito ao voto foi ampliado, os governantes republicanos necessitavam angariar um eleitorado fiel no meio rural, de modo que a rede de influência municipal que o coronel mantinha se tornasse conveniente. Então, passam a ser estabelecidas alianças entre as lideranças locais e os governantes. À vista disso, o que se observa é “uma adaptação em virtude da qual resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”<sup>46</sup>.

O poder local dos senhores de terras também pode ser analisado pelo fator econômico. O Brasil sempre teve sua base econômica fundamentada na agricultura e pecuária. Logicamente, os detentores desses setores almejavam comandar a política, que não deixa de ser um meio para retroalimentarem seu poder econômico. Contudo, a área de influência dos coronéis não se restringia a essas atividades econômicas, haja vista o poder exercido pelos chefes em Lençóis, onde a exploração mineral ainda era importante. Com a maior parte da produção econômica em mãos e com o aumento da zona de influência, os latifundiários foram ganhando notoriedade e conquistando espaço no cenário político.

Tanto na visão de Victor Nunes Leal como para José Murilo de Carvalho o “coronelismo” é um acordo entre os chefes rurais e os políticos nacionais, em resumo, é uma relação público-privada em que as trocas de benefícios são a regra. O esquema de articulação entre o município, o governo estadual e o governo federal colocaria o município em um estado de subordinação. A influência dos chefes locais não era suficiente para manter-se no poder. Para tanto, fazia-se necessário estabelecer redes de relações com políticos de importância nacional. Carvalho ratifica que:

A manutenção desse poder passava, então, a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra. O coronelismo era fruto de alteração na relação de forças entre os proprietários

---

<sup>46</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p 44.

rurais e o governo e significava o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel<sup>47</sup>.

Dessa forma, o coronelismo marcaria o período de decadência dos coronéis, que utilizavam de subterfúgios controversos para se manterem no poder. Essa decadência, ainda presente, não acabaria totalmente com o poder de barganha dos coronéis juntos às autoridades governamentais, apenas enfraqueceria o poder de mando desses senhores. “A melhor prova de que o ‘coronelismo’ é antes sintoma de decadência do que manifestação de vitalidade dos senhores rurais nos atemos neste fato: é do sacrifício da autonomia municipal que ele se tem alimentado para sobreviver”<sup>48</sup>.

É verdade que durante a Primeira República há a decadência de alguns proprietários rurais, devido à abolição e crises econômicas, mas há a ascensão de novos coronéis e o fortalecimento de outros já existentes com atividades econômicas extrativistas dinâmicas, como a carnaúba em Barra, a borracha em Barreiras, Santa Rita, Maracás, Xique-Xique e Pilão Arcado, o carbonato em Morro do Chapéu, o diamante em Lençóis e o cacau em Ilhéus e Itabuna. Ou seja, nem todos os coronéis estavam em declínio, alguns ficaram fabulosamente ricos nesse período. A tese de Leal pode ser válida para o caso paulista, mas não contempla a realidade complexa de outros lugares do Brasil, especificamente a Bahia.

As alianças com lideranças nacionais acirravam as disputas nos municípios, criando um cenário muitas vezes de caos, como, por exemplo, as tensões da Chapada Diamantina, com os coronéis Horácio de Matos e Manoel Fabrício.

As formas como as oligarquias estaduais iriam arbitrar e regular tais disputas poderiam tomar proporções de pequenas guerras civis. No município estavam as disputas de interesses, os faccionalismos, a política como disputa por recursos de poder local, ao fim e ao cabo (...). Mais que uma troca, o pacto coronelista organizava um amplo processo de negociação entre as facções políticas locais e a oligarquia estadual, permanentemente atualizado<sup>49</sup>.

Muitos autores afirmam que a exigência de o eleitor ser alfabetizado reduzia a quantidade de votos, uma vez que a maioria da população rural era analfabeta. Contudo, havia fraudes para burlar essa lei, e o poder do coronel era medido por outros elementos, como o seu domínio na região e as rivalidades com outros coronéis, exacerbadas pelas disputas de terras e

---

<sup>47</sup> CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em: 12 mai. 2020.

<sup>48</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto...** *op. cit.*, p. 74.

<sup>49</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo...** *op. cit.*, p. 106.

tensões políticas nas capitais dos estados. Como a tese de Castellucci mostra, conhecemos ainda muito pouco sobre eleições na Primeira República, de modo que afirmações sobre redução do número de eleitores são apenas hipóteses, para não dizer preconceitos<sup>50</sup>.

A desigualdade de poder resultava na exploração dos dependentes e na ascensão econômica e social dos proprietários. “Esse laço reforçou o paternalismo social, que o fazendeiro explorava habilmente com finalidades políticas, e usava rotineiramente para justificar exercício de poder no domínio público”<sup>51</sup>. Dessa forma, o fazendeiro utilizava o seu poder patriarcal para aumentar seu monopólio na esfera pública. Esses foram os elementos que precederam o surgimento do coronelismo. As colocações feitas por Pang levam para outro direcionamento quanto à definição do coronelismo, contrapondo a análise de Leal. Para Pang, o coronel tem uma função central e decisiva nas dinâmicas políticas locais e regionais. Na concepção do autor, as relações colaborativas estabelecidas pelos coronéis com políticos estaduais e nacionais eram importantes, entretanto os chefes locais tinham um poder indiscutível a nível local. O autor sintetiza o seu pensamento:

Em suma, o coronelismo é um exercício do poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseia em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem como elementos dominantes nas instituições sociais, econômicas e política, tais como as que prevaleceram durante o período de transição de uma nação rural e agrária para uma nação industrial<sup>52</sup>.

Para Eul-Soo Pang, os chefes exerciam grande controle, estabelecendo trocas de favores por votos, realizavam práticas de coerção, fraudes eleitorais. O exercício de mando desses chefes locais chegava a incluir, na maioria das vezes, o domínio de setores cruciais do município, particularmente a saúde, a segurança pública, o judiciário, entre outros, que eram liderados pelo próprio coronel, ou por uma lista de apadrinhados.

Destaca-se que o período de transição entre a monarquia aristocrática para a república democrática foi determinante para a consolidação do poder dos chefes rurais. Segundo Pang, o cenário de instabilidade política e econômica proporcionou o fortalecimento e a supremacia dos coronéis a nível local e regional, visto que nas regiões do interior do país a presença do sistema estatal era quase nula. Dessa forma, a figura do coronel surge como força política quando o Estado estava ausente. Esse é um dos pontos que se contrapõe com a teoria de Nunes Leal.

---

<sup>50</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, máquina pública e eleições na Primeira República**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

<sup>51</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943...** *op. cit.*, p. 22.

<sup>52</sup> *Ibidem.*, p.20.

Nunes Leal aponta um declínio do coronelismo nos anos finais da Primeira República. Em contrapartida, Pang defende que depois de 1933 coronéis burocratas baianos ainda assumiram atividades de destaque. Pang ainda cita que na década de 1960 havia no interior baiano um coronelismo mais local, restringido apenas ao espaço do município, não havendo redes de relações e nem confronto com autoridades governamentais. O autor afirma que “o coronelismo não declinou, mas evolui para uma nova forma de domínio oligárquico”<sup>53</sup>. Nessa perspectiva, o declínio do coronelismo iniciou na década de 1970 com uma nova organização social e com o enfraquecimento da política familiar.

Na discussão sobre relações de poder local, os conceitos de mandonismo e clientelismo são essenciais. Especialistas “reiteram a atualidade do tema e a necessidade de analisar as especificidades regionais não só no sentido de recuperar as histórias locais, mas também de exercer um ‘continuar’ da história, algumas vezes, esquecida nas grandes sínteses”<sup>54</sup>.

Comumente, esses conceitos são empregados como sinônimos de uma mesma dinâmica. Como alerta José Murilo de Carvalho, há muita confusão na utilização desses termos, de forma que eles necessitam ser analisados. O mandonismo aparece em muitos trabalhos com uma definição próxima de coronelismo, contudo, esse aspecto pode comprometer a produção. Carvalho salienta que o mandonismo:

Refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas<sup>55</sup>.

Nesse sentido, o mandonismo seria uma particularidade de uma política conservadora, um aspecto autoritário que envolve o ato de governar e que tem origem desde o início na formação brasileira, fazendo parte da gênese do país. Dessa forma, o mandonismo expressa-se por ser um fenômeno histórico que não apresenta uma delimitação temporal, visto que transcorreu desde o período colonial até a contemporaneidade. Por conseguinte, o mandonismo é uma característica do coronelismo. Por outro lado, o coronelismo foi uma fase pontual do fenômeno mais extenso, o mandonismo. Como ratifica Queiroz:

---

<sup>53</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943...** *op. cit.*, p. 62.

<sup>54</sup> IVO, Isnara Pereira. Mandonismo e contextos históricos. **ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História**, João Pessoa, 2003, p.1. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.313.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

<sup>55</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo...** *op. cit.*, 1997.

O coronelismo se integra, pois, como um aspecto específico e datado dentro do conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro - datado porque, embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República<sup>56</sup>.

Com fundamento nessas proposições, inferimos que os coronéis podiam ser homens que constituíram seu domínio através da indústria, comércio, sacerdócio e de outras atividades. Assim, os mandões não se restringiam na figura do coronel, já que poderia ser um indivíduo que tinha uma posição superior e que a utilizou para subjugar a população. A área de atuação desses chefes não se resumia à vida política, mas se estendia até a economia, o meio social e cultural. Carvalho considera que, ao passo que a sociedade vai se tornando justa e os direitos dos cidadãos vão sendo garantidos, as práticas do mandonismo podem findar.

Por outro lado, o conceito de clientelismo se relaciona diretamente com a vida política, mais precisamente com o período de eleição. Consiste na prática de privilegiar um grupo de pessoas, proporcionando vantagens públicas, como empregos, ou aumento de salários, em troca do voto no período eleitoral. O clientelismo consiste em um aspecto da política brasileira, que, dependendo do período histórico e da falta de uma legislação mais democrática era praticada amplamente, sem quaisquer limitações ou fiscalização.

O clientelismo se aproxima do fenômeno do mandonismo, no sentido de ser um processo que perpassa vários períodos históricos e políticos, não se limitando a uma fase. O coronelismo, fenômeno característico da Primeira República, possuía práticas clientelísticas e do mandonismo. “Não há dúvida de que o coronelismo, no sentido sistêmico aqui proposto, envolve relações de troca de natureza clientelística. Mas, de novo, ele não pode ser identificado ao clientelismo, que é um fenômeno muito mais amplo”<sup>57</sup>.

### 1.3 Consolidação do poder local em Lençóis

No período republicano surgiu o fenômeno do coronelismo, a partir da importância atribuída aos chefes políticos em relação ao poder do Estado em algumas regiões do interior brasileiro. É importante salientar que as relações de poder que passam a ser desenvolvidas estavam influenciadas intrinsecamente pelo processo de emancipação, visto que uma parte dos

---

<sup>56</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira...** *op cit.*, p. 177-178.

<sup>57</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo...** *op. cit.*, 1997.

indivíduos que mantinham uma relação de subordinação com os chefes locais eram ex-cativos ou seus descendentes.

Os estudos sobre as experiências regionais são importantes por permitirem uma análise mais específica e atenta sobre os fenômenos sociais e políticos, além de possibilitar o entendimento das relações que havia entre o poder central, estados e municípios. Os estudos regionalistas oportunizam identificar as mudanças e diferenças das formas e estruturas dos fenômenos nas diversas territorialidades, assim como conhecer a participação dos grupos sociais envolvidos nos processos históricos.

Os chefes locais nas Lavras Diamantinas eram, em parte, senhores de terras e escravos dos garimpos de cidades da região; em outra parte, eram homens abastados vindos de Minas Gerais e do Recôncavo Baiano. Esses chefes possuíam experiência política e econômica e passaram a reproduzir o modelo de sociedade pautada na dominação de uma categoria social sobre as outras. Inicialmente, controlaram a exploração das pedras preciosas e conseguiram enriquecer ainda mais; posteriormente, se transformaram nas principais lideranças regionais. Como ratifica Rosa:

Quase todos [os coronéis] acumularam atividades como fazendeiros e donos de garimpo. Quase todos consolidaram e aumentaram o capital investido. Formaram eles a classe dominante da sociedade que se organizava: a classe dos donos das terras e por assim dizer, dos homens que nelas viviam e trabalhavam<sup>58</sup>.

Dessa forma, foi sendo forjada uma rede de dependência das categorias sociais mais baixas, e esses chefes passaram a controlar o cenário político e social baseado no controle socioeconômico e político. E consequência, esse domínio se estendia para o mundo do trabalho, intensificando o grau de dependência. Nesse sentido, Moisés Sampaio afirma que:

Próximo da abolição, as grandes propriedades da Chapada Diamantina tinham a dinâmica produtiva calcada no trabalho dos agregados, e não mais essencialmente na mão-de-obra escrava. Algumas propriedades eram tocadas pelos lavradores sem a posse da terra. De uma maneira geral, as propriedades estavam concentradas nas mãos de poucas pessoas.<sup>59</sup>

Nos fins do século XIX e início do século XX, a Chapada Diamantina era comandada por diversos chefes políticos. No auge do seu domínio, os coronéis da Chapada integravam o grupo de chefes que na prática comandavam os rumos do interior baiano. Carvalho vai mais

<sup>58</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 20.

<sup>59</sup> SAMPAIO, Moisés de Oliveira. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)...** *op. cit.*, p.60.

além e afirma que “os partidos, Republicano da Bahia e Republicano Democrático, eram meras aglomerações de coronéis rivais”<sup>60</sup>.

Destacavam-se no cenário político da Chapada a família Sá em Lençóis e na Chapada Velha encontrava-se a família Matos. O coronel Militão Rodrigues Coelho era o chefe que controlava Barra dos Mendes no município de Brotas de Macaúbas. Cochó do Malheiro ficava sob direção dos Paula Ribeiro<sup>61</sup>. As famílias tradicionais comandavam a política e a administração local. A liderança era passada para membros da mesma família. Via de regra, uma mesma família permanecia no poder por décadas. As famílias tornavam núcleos de poder e por meio de casamentos aliavam-se às outras famílias tradicionais vizinhas.

Essa transição na liderança política da família e do extenso grupo de agregados a que estava relacionada era prática comum dentro do sistema coronelístico. Pang (1979) denomina essa tradição de “oligarquia familiar”. Para esse autor:

A maioria dos coronéis brasileiros situa-se nesta categoria. Caracteristicamente organizada pelo chefe de uma única família, ou clã, a esfera de influência existia dentro de um município. A participação numa oligarquia incluía a família em si, pessoas de uma mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados batismo ou de casamento e, às vezes, o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico<sup>62</sup>.

Em Lençóis, inicialmente a família Sá possuía o domínio. Proveniente de uma dita “nobreza” brasileira ainda do período colonial, liderados por Felisberto Sá e vindos de Diamantina (Província de Minas Gerais), já no final do império se destacava nessa região. Primeiro se instalou em Mucugê, mas, depois das descobertas de diamante no então povoamento de Lençóis, se dirigiu a esta localidade. De acordo com Walfrido Moraes (1963), Felisberto Sá entrou em disputa com o coronel Antônio Gomes Calmon em 1860, demonstrando que construía o seu poder.

Felisberto Sá consolida-se como líder político de Lençóis no início da República. Tornou-se chefe do partido serrano e acabou por entrar em disputas violentas pelo poder na região com o coronel Heliodoro de Paula Ribeiro, que era líder político da localidade de Cochó do Malheiro, localizada no município de Lençóis. A família Sá era autoridade máxima em

---

<sup>60</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo...** *op. cit.*

<sup>61</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 28.

<sup>62</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943...** *op. cit.*, p. 40.

Lençóis e recebia o apoio do governo do estado. Contudo, em 1920, Horácio de Matos assume o poder na região, pondo fim ao domínio da família Sá<sup>63</sup>.

Alcântara de Carvalho também foi um importante coronel de Lençóis, desenvolvendo significativas alianças na região, como a aliança que estabeleceu com o do coronel Horácio de Matos<sup>64</sup>.

Dentre os coronéis que governaram Lençóis, destaca-se, ademais, o Coronel Horácio de Matos, que se tornou chefe político da cidade em 1920. Horácio de Matos inicialmente não se interessou pelas disputas da família, mudando-se da Chapada Velha para a cidade de Morro do Chapéu, cidade que era comandada pelo coronel negro Dias Coelho<sup>65</sup>, e desempenhando atividades ligadas ao comércio e ao garimpo. A sucessão da chefia Matos foi passada para Horácio de Matos apenas em 1912. Seu tio Clementino de Matos não deixou a liderança para o seu filho. Considerado inapto para exercer tal função, Horácio, segundo o tio, reunia as características ideais para se tornar a maior autoridade familiar e comandar os interesses da família. Queiroz ratifica dizendo:

Assim, quando Clementino de Matos, grande coronel da Chapada Diamantina, sentiu que se aproximava a morte, mandou buscar seu sobrinho Horácio, que morava longe, para entregar-lhe a chefia da parentela, muito embora tivesse um filho varão; este foi preterido, mas aceitou docilmente a determinação paterna, reconhecendo a personalidade superior do primo<sup>66</sup>.

Horácio de Matos herda a chefia da Chapada Velha de seu tio Clementino e com ela sua clientela, dependentes, adversários e simpatizantes. Inicialmente, Horácio tentou estabelecer um cenário pacífico na região, propondo trégua ao coronel Militão Coelho de Barra dos Mendes, tradicional inimigo da família Matos, o que garantiu paz por um período na região da Chapada Diamantina. Contudo, era mantido um regime de atenção e de guarda armada nas Lavras. Horácio de Matos era um chefe respeitado e temido em toda a região. “O recrutamento

---

<sup>63</sup> CHAGAS, Américo. **Montalvão**. São Paulo: Bisordi, 1956. LENÇÓIS apud TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

<sup>64</sup> ARAÚJO, Delmar Alves. “Realidade imaginária e concretude realizada - Garimpendo as trilhas do cotidiano”. In: ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Rornaldo de Salles. **Bambúrrios e quimeras olhares sobre Lençóis**: narrativas de garimpos e interpretações da cultura. Feira de Santana, UEFS, 2002. p. 173-176.

<sup>65</sup> Sobre a história e trajetória de vida do Coronel Negro Francisco Dias Coelho, ver: SAMPAIO, Moisés de Oliveira. **O coronel negro**: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919). 2009. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local – Faculdade de Ciências Humanas- Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, BA, 2009.

<sup>66</sup> QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira... op.cit.**, p. 187.

de homens para as lutas se fazia entre os próprios trabalhadores do Coronel, e, sendo necessário, entre os seus amigos, também chefes políticos”<sup>67</sup>.

A intenção de pacificação das relações entre as famílias oligárquicas na Chapada por Horácio de Matos iniciou a construção no imaginário social do coronel como um grande líder local. A população via refletida seus interesses nas ações do coronel. A paz entre as famílias oligárquicas era um desejo da maioria dos populares.

A Família Sá, representada por Felisberto Sá e seus filhos, desenvolveram em Lençóis uma dinâmica em torno das eleições que garantiam uma relação de troca de benesses entre o poder local e o governo estadual. Os coronéis ficavam responsáveis por angariar votos da população nas eleições. Em troca, os governantes designavam homens escolhidos pelos coronéis para assumirem cargos ligados ao Estado existentes nos municípios (justiça, polícia, escola, fisco, dentre outros). Essa atividade fortalecia a rede de influência e a autoridade dos chefes políticos locais, torna-se importante salientar que essa era uma prática clientelística, fenômeno maior e que perpassou vários períodos históricos, que por vezes estava presente no sistema coronelístico.

Após a Proclamação da República, com as instituições e os mecanismos instituídos pelo novo modelo político, foi elaborada a Constituição de 1891, que determinou as diretrizes que regiam o processo eleitoral.

Nas eleições para intendente, cargo criado para designar o chefe administrativo do município, os conselheiros municipais eram os responsáveis pela mesa eleitoral. As mesas foram transformadas em dispositivos que, dependendo de sua composição, poderia garantir a vitória a um grupo político, pois os conselheiros poderiam falsificar, duplicar votos ou acrescentar eleitores fantasmas.

Nesta perspectiva, em muitos momentos a situação: as eleições eram pautadas em práticas de violência; chefes locais preparavam grupos armados aptos a ameaçar eleitores, adulterar atas, roubar urnas, entre outros; o sistema de verificação dos votos poderia modificar os resultados em instâncias superiores. Tudo isso tornava o processo eleitoral republicano duvidoso e questionável. Em síntese, as eleições eram mais uma manifestação da lealdade dos dependentes e da clientela política dos chefes locais do que um ato político espontâneo na época<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina...** op. cit., p. 51.

<sup>68</sup> SARMENTO, Sílvia Noronha. **A Raposa e a Águia:** J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República.... op. cit.

É importante salientar que o poder dos chefes locais não estava apenas na posse de grandes latifúndios: estava centrado principalmente no poder econômico e na reputação política, além da articulação que este realizava para conseguir aliados, visto que os coronéis das Lavras Diamantinas controlava uma região de exploração mineral, especialmente Lençóis, que ainda constava com uma pequena exploração de diamantes e de carbonato, que era uma atividade considerável.

Dessa forma, o êxito do “coronel como um oligarca local [...] [dependia] basicamente de sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos [...] Ele tinha que estruturar uma gama de promessas obsequiosas de modo que contentasse a maioria dos eleitores”<sup>69</sup>. Essas habilidades os coronéis baianos possuíam, tanto que alguns conseguiram reunir um número expressivo de aliados políticos e de luta.

Podemos inferir que o pensamento de Pang em desconsiderar a posse da terra como elemento principal para o poder financeiro dos coronéis surge a partir das transformações do meio rural na Primeira República, em que o comércio começa a se destacar. Contudo, evidenciado que no interior do país a posse da terra era um símbolo de riqueza, mesmo que não fosse a fonte principal do poder, a propriedade da terra representava prestígio.

Nas incursões políticas de Horácio de Matos, podemos destacar o levante chamado de Revolta Sertaneja, que aconteceu depois que José Joaquim Seabra saiu vitorioso para o cargo de governador estadual em 1920. Seabra tinha velhas rivalidades políticas que foram afloradas com a sua conquista, uma vez que em seu mandato anterior, entre 1912 e 1916, realizou uma reforma administrativa que contrariava os interesses dos coronéis, com medidas que interviam nas decisões políticas tomadas no interior da Bahia e questionava a autoridade dos chefes locais, o que incomodava os coronéis.

Dessa forma, vários coronéis, liderados por Horácio de Matos e Franklin Lins de Albuquerque, pediam a anulação da citada eleição. O levante buscava o fracasso do seabrismo por meio das armas. Os inconformados estavam com grupos munidos de arsenal bélico para confrontar J. J. Seabra, ameaçando invadir a capital estadual, Salvador, e cidades comandadas por correligionários de Seabra. A situação era crítica, dado que os coronéis possuíam aliados políticos importantes, como Rui Barbosa, opositor ferrenho à Seabra. Contudo, o governo federal interveio e defendeu a posse de Seabra, que se concretizou no dia 23 de fevereiro de

---

<sup>69</sup> PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias 1889-1943... op. cit.*, p. 47.

1920<sup>70</sup>. O governador eleito, Seabra, mesmo com apoio do governo federal, saiu enfraquecido do conflito.

No período da Revolta Sertaneja, o presidente era Epitácio Pessoa, que não mediu esforços para pôr fim ao levante, visto que estava receoso com a seriedade e com a extensão que a insurreição estava alcançando. Em fevereiro de 1920 deu-se início à intervenção federal que visava fortalecer a segurança no estado e promover negociações com os revoltosos. Assim, acabou-se com o conflito.

O debate historiográfico que gira em torno da revolta sertaneja e da intervenção federal na Bahia afirma que houve apoio da Associação Comercial da Bahia à revolta, fornecendo dinheiro e munições para os revoltosos, bem como também apoio da oposição em fornecer armas e recursos para que a insurreição se mantivesse e pudesse avançar rumo à capital do Estado<sup>71</sup>.

Em 09 de abril de 1920, os coronéis saem vitoriosos e o governo federal firmou acordos com os líderes locais, “através do qual comprometiam-se os coronéis a acatar e apoiar o novo Governador, recebendo, por outro lado, do Governo, uma série de favores e privilégios”<sup>72</sup>. Esses acordos consagraram o domínio e poder desses chefes em suas regiões. Com o Convênio de Lençóis, Horácio de Matos tornou-se Delegado Regional da Chapada Diamantina, recebendo apoio militar quando entrava em seus conflitos e tornou-se chefe absoluto da cidade de Lençóis, onde consolidou definitivamente seu núcleo poder e aumentou sua rede de dependência e clientela<sup>73</sup>.

Todavia, a nomeação de Horácio de Matos como chefe político de Lençóis desagradou a família Sá, que possuía extensas relações políticas na região. Walfrido Moraes apresenta que, com a indicação de Matos:

[...] não se conforma o Senador César de Andrade Sá, cuja família, desde o século pretérito, mantém, na fabulosa Capital das Lavras da Bahia, uma oligarquia dominante, irradiando a sua área de influência até os pontos mais remotos do sertão de cima. Além desse aspecto, é nas Lavras que estão os seus haveres, as suas vastas fazendas, as suas imensas terras diamantíferas, patrimônio econômico, enfim, do qual promana a sua riqueza<sup>74</sup>.

<sup>70</sup> CUNHA, Nayara Fernandes Almeida. **Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas em Feira de Santana (1907-1927)**... *op. cit.*; PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943**... *op. cit.*

<sup>71</sup> PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943**... *op. cit.* p. 90.

<sup>72</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**... *op. cit.*, p. 58.

<sup>73</sup> MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis**. A civilização do diamante nas lavras da Bahia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963.

<sup>74</sup> *Ibidem.*, p. 108.

Contudo, a ação do senador não surtiu efeito e Horácio de Matos passou a comandar a cidade de Lençóis e todas as Lavras Diamantinas. Horácio desempenhou várias atividades políticas na década de 1920 em Lençóis, entre elas foi nomeado vice-presidente e depois presidente do Diretório Municipal do Partido Republicano Democrata, em Lençóis (1926); presidente do Conselho Municipal de Lençóis (1927); intendente municipal de Lençóis, em 08 de janeiro de 1928; além de fundar o jornal “O Sertão”, em Lençóis (1929).

Jedean Leite chama a atenção para a possibilidade de atuação que o poder do Estado passou a obter com o coronelismo, podendo transferir para as regiões mais distantes as decisões deliberadas na capital e nos centros políticos. Dessa forma, segundo Leite, o coronelismo pode ser considerado para a época uma “ferramenta necessária para sanar uma das principais deficiências do império e dos primeiros anos de regime republicano, a dificuldade em alcançar os pontos mais distantes”<sup>75</sup>.

Como exemplo, podemos citar a convocação do governo federal aos principais coronéis do sertão baiano para a expulsão da Coluna Prestes. Em meados de 1920, o Batalhão Patriótico Lavras Diamantinas, compostos por jagunços armados criados e liderados por Horácio de Matos, juntamente a exércitos particulares de outros chefes, perseguiram a Coluna. Horácio seguiu todas as recomendações recebidas do general Álvaro Mariante e, munido de suas experiências em conflitos na região, conseguiu formular um plano de ataque, no qual dividiu o seu Batalhão em destacamento contendo aproximadamente 200 homens, que nos momentos certos investiram contra as tropas, conseguindo expulsar os revolucionários.

Esse episódio evidencia a troca de favores existente entre as esferas municipal, estadual e federal. Eram firmadas alianças e uma relação de reciprocidade, mesmo que por vezes temporária, uma vez que essas relações eram frágeis e oscilavam de acordo com o contexto político e social. Seguindo essa lógica, Isnara Pereira Ivo salienta que:

Analisando as relações entre o coronel e a ordem pública, demonstra como o sistema coronelista configura-se numa via de mão dupla. Em alguns momentos, os chefes locais, controlados pelo governo federal, são submetidos e condicionados aos interesses políticos regionais; em outros momentos, é o governo federal que se submete ao poder local, sendo obrigado a parlamentar com os chefes locais no sentido mesmo de garantir sua autoridade diante da força armada dos mandões locais<sup>76</sup>.

<sup>75</sup> LEITE, Jedean Gomes. “Terra do frio”, coronéis de “sangue quente”? Política, poder e alianças no Morro do Chapéu (1919-1926). Dissertação de mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2009, p.14.

<sup>76</sup> IVO, Isnara Pereira. **Mandonismo e contextos históricos...** *op. cit.*, p.3.

Contudo, isso acontecia quando as lideranças locais eram aliadas do governo. Quando os coronéis assumiam uma rivalidade com o governo, as consequências poderiam ser desastrosas. Temos como exemplo Horácio de Matos, quando antagonizou e liderou um levante contra o recém-eleito governador baiano, José Joaquim Seabra.

Nos conflitos empreendidos, Horácio dispunha de um exército particular de homens experientes em disputas, mas também eram recrutados trabalhadores do coronel, em períodos de conflitos eram recrutados garimpeiros, lavradores, meeiros e dependentes dos coronéis, e quando necessário entre os seus parentes e amigos. Obviamente, são os trabalhadores a categoria menos favorecida nesse cenário, visto que não tinham um preparo e se envolviam nos conflitos por serem dependentes do coronel. Vale ressaltar que as forças policiais em muitas regiões do interior da Bahia estavam subordinadas às ordens dos coronéis. As instituições legais estavam à mercê do mando dos coronéis e forjavam uma falsa estabilidade na região.

A figura de Horácio de Matos, por um lado, representava a ascensão de uma região e de sua população, muitas vezes projetando várias cidades interioranas ao cenário estadual e até nacional, ao mesmo tempo, que, representava a concentração de poder e riquezas por meio do controle político e da violência. A representação de Horácio de Matos como grande líder está presente na memória coletiva, suas ações tornaram referência das experiências dos sujeitos que vivenciaram o auge da consolidação do coronelismo em Lençóis.

Essa representação atribuída a Horácio poderia estar relacionada com uma estratégia política muito utilizada pelos coronéis nesse período, e apontada por Jeedan Leite em sua dissertação intitulada *“Terra do frio, coronéis de sangue quente? - política, poder e alianças em Morro do Chapéu (1919-1926)”*. Para o pesquisador, além de exercer sua autoridade e assegurar seu domínio através da utilização de violência e da estratégia de munir os seus dependentes, o coronel tem outras abordagens. Segundo Leite:

Mesmo dispondo de suas tropas com “cabras” e jagunços, em muitos casos a utilização desse mecanismo era evitada. O coronel preocupava-se com a sua imagem política. Além de chefe político, responsabilizava-se também pela população de sua área de mando. Assim, sua imagem não podia ser desgastada. Não abdicava de um braço armado, porém priorizava ações que desgastassem o mínimo possível sua imagem<sup>77</sup>.

A memória coletiva sobre o coronelismo na região associa a figura do coronel com a ascensão política de uma região e de sua população, principalmente após a decadência da exploração diamantífera. Dessa forma, devido à sua importância nas estruturas políticas e

---

<sup>77</sup> LEITE, Jeedan Gomes. **“Terra do frio”, coronéis de “sangue quente”?** Política, poder e alianças no Morro do Chapéu (1919-1926)... *op.cit.* p. 20.

sociais de seu tempo, tornou-se importante personagem da história regional da Chapada Diamantina. Contudo, a representação do coronel também é associada à concentração de poder e de riquezas por meio do controle político, aos confrontos armados e à situação de violência que muitas vezes se instalava na região. Assim, inferimos que o coronel foi um personagem ambíguo na história regional da Chapada Diamantina.

Nesse contexto, parte fundamental da dinâmica social eram os grupos formados pelas camadas mais pobres, aqueles que não possuíam destaque, mas que em grande parte eram responsáveis por movimentar a economia local. Dentro do universo de indivíduos que constituíam os grupos subordinados, elegemos as experiências dos garimpeiros e lavradores para análise.

No pós-abolição, a cidade de Lençóis enfrentava uma decadência da produção mineral de diamantes, porém, a mineração ainda representava importante aspecto econômico da região. Assim, registra-se de grande importância o trabalho dos garimpeiros, bem como dos lavradores, pois produziam alimentos para subsistência nas lavouras da região.

Nesse sentido, no capítulo II iremos abordar mais profundamente esses sujeitos para o contexto social, como suas sociabilidades e as experiências que produziram.

## CAPÍTULO II

### CARACTERÍSTICAS E EXPERIÊNCIAS DOS SUJEITOS SOCIAIS

Você não sabe  
 Qual é a vida do garimpo  
 É morar num ranquinho  
 Com a mulher que se quer bem  
 Lá no garimpo  
 A gente só pensa em riqueza  
 Mas vive com a pobreza  
 Satisfeito com que tem<sup>78</sup>

#### 2.1 O contexto do pós-abolição

A Proclamação da República instaurou uma nova organização institucional. O eco republicano se manifestava através dos movimentos contra a manutenção do regime monárquico, fortalecido pelo fim da escravização. O novo ideário foi oficializado a partir da década de 1870, com a divulgação do “Manifesto Republicano” no jornal “A República”. Ademais, foram articulados partidos políticos e clubes provinciais com o intuito de disseminar seus princípios e convicções em todo o país<sup>79</sup>.

A instauração da República no Brasil em 15 de novembro de 1889, em tese, marcava o início de uma importante transformação no cenário político, contudo, o projeto republicano que efetivou foi o que estava ligado ao PRP. As ideias tinham um viés liberal, mas pouco democrático, assim, não suficientes para interromper a influência exercida pelas oligarquias tradicionais no sistema político.

O contexto baiano de certa forma foi um reflexo da situação do Nordeste. Mesmo possuindo destaque na política nacional, visto que contava com uma tradição política e possuía uma bancada numerosa (tendo a segunda maior bancada do Congresso, igual à de São Paulo e menor apenas do que a de Minas Gerais), a Bahia conseguiu eleger um vice-presidente da República, Manoel Vitorino (1894-1898). Todavia, a Bahia não desfrutava da influência que exercia no período imperial e sua situação privilegiada sofreu grande derrocada.

---

<sup>78</sup> Trecho de uma canção na qual Coriolando Rocha de Oliveira relata um pouco sobre suas vivências no garimpo. Ver: JAMILIE SÁ [canal]. **Seu Cori: uma vida no garimpo** [vídeo]. Youtube, 26 de dez. de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8UDtohf6YJo&t=506s>. Acesso em: 16 ago. 2020.

<sup>79</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: **O Brasil Republicano O tempo do liberalismo oligárquico**: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 28-29.

O declínio político vivenciado pela Bahia no início do período republicano pode ser explicado através da fragilidade econômica que o estado enfrentava. Esse contexto de declínio econômico é evidenciado no livro “História da Bahia”<sup>80</sup>. Dias Tavares, para além de descrever os acontecimentos históricos que marcaram a Bahia, desde o período colonial até a promulgação da Constituição de 1988, no recorte sobre a Primeira República, apresenta importantes fatos políticos, destacando a análise que realizou sobre as condições econômicas enfrentadas pelo estado baiano.

Segundo Dias Tavares, a questão principal foi a estagnação industrial, resultante de um processo de predominância de capitais agromercantis e bancárias, que sufocavam outros setores econômicos. Outro problema era a existência de formas de trabalho semiescravo. Consequentemente, não havia movimentação do mercado interno de mão-de-obra e causava uma dependência do empregado<sup>81</sup>. Dessa forma, a indústria baiana possuía um limitado desenvolvimento, o que impossibilitava a economia desse estado competir com a dos estados sulistas.

Em parte, isso ocorria por não existir um único produto econômico, uma vez que a Bahia possuía uma economia diversificada, com quatro principais produtos: cacau, café, açúcar e fumo<sup>82</sup>. É importante salientar que mesmo com uma série de dificuldades, a Bahia contribuía significativamente para a balança econômica, a exemplo da relevância que teve o comércio em Salvador influenciado pelas movimentações realizadas através do porto.

A instabilidade política apontada por Consuelo Sampaio (1998) era facilmente observada pelas frequentes desavenças e divisões dos partidos baianos. Em grande parte do período da Primeira República, o contexto político baiano foi marcado por cisões, principalmente as lideradas por Rui Barbosa e Joaquim José Seabra (principal líder do Partido Republicano Dissidente - PRD), juntamente com seus aliados. Faz-se necessário, no entanto, o desenvolvimento de estudos que permitam analisar as camadas ditas “subalternas” neste período.

Este olhar para as camadas “subalternas” é o que sugere os estudos sobre o pós-abolição no Brasil, que estão assumindo novas perspectivas, procurando retirar os ex-escravizados e seus descendentes do papel de figurantes, destacando as experiências desses sujeitos nos processos

<sup>80</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo/Salvador: Unesp/Edufba, 2008.

<sup>81</sup> TAVARES, 1966 apud NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. **Mãe parálitica no teatro das oligarquias?** O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. *Varia História*, v. 29, n. 51, set./dez. 2013, p. 868.

<sup>82</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Edufba, 1998.

históricos. Nessa perspectiva, os trabalhos que utilizam o período da Primeira República como recorte temporal assumem a necessidade de problematizar os impactos que o fim do sistema escravista teve na organização social desse período.

O pós-abolição foi um processo que suscitou rupturas sociais, políticas e econômicas, sendo resultado de transformações que eram sentidas desde a segunda metade do século XIX, com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que determinava o fim do tráfico Atlântico. A aprovação dessa lei estimulou ainda mais os debates acerca do regime escravocrata, não obstante o fato de que o fim do regime só ocorreu décadas depois, em 1888.

Com o processo de emancipação concretizado, as relações sociais foram redefinidas e a sociedade passou por importantes mudanças. As produções historiográficas mais clássicas se dedicaram a compreender esse novo espaço social, contemplando as transformações políticas e econômicas, as modificações no sistema legal e a transição das relações de trabalho.

Esses estudos são importantes para a compreensão do período, contudo, os trabalhos mais recentes se propõem a problematizar o pós-abolição a partir das experiências e sociabilidades dos recém-libertos<sup>83</sup>. Dessa forma, ao se refletir sobre a sociedade brasileira no pós-abolição, tem-se em vista as mudanças e continuidades sociais provocadas pelo fim do sistema escravista nas trajetórias dos negros e dos mestiços. Para tanto, os trabalhos elaborados pelo historiador norte-americano Eric Foner fornece importantes elementos nessas novas discussões.

Foner analisou as contribuições dos ex-cativos para a organização política no Sul dos Estados Unidos, apontando a ativa participação e os diferentes significados que esse grupo conferia às estruturas escravistas e ao processo de emancipação. Tendo como marco a Guerra Civil, o autor aponta que:

Antes da guerra, os negros livres haviam criado uma rede de igrejas, escolas e sociedade de ajuda mútua, enquanto os escravos haviam forjado uma cultura semi-autônoma centrada na família e na igreja. Com a liberdade, estas instituições se consolidaram, expandindo-se e liberando-se da supervisão branca, e novas instituições — especialmente organizações políticas — ligaram-se àquelas como pontos focais da vida do negro [...] firmando posição em torno da independência econômica, e produzindo uma cultura distinta, os negros, durante a Reconstrução, lançaram as bases para a comunidade negra moderna, cujas raízes profundas encontram-se na escravidão, mas cuja estrutura e valores refletiram as consequências da emancipação<sup>84</sup>.

<sup>83</sup> Os trabalhos sobre as experiências de populações negras e mestiças após a emancipação ganharam maior fôlego nas últimas décadas, contudo, trabalhos mais antigos já abordavam essa temática. Sobre o contexto social de São Paulo ver: FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>84</sup> FONER, Eric. O Significado da Liberdade. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 8 n° 16, 1988, p. 11

Nesse aspecto, os libertos aproveitavam a recém-conquistada liberdade para realizar atividades corriqueiras que antes eram proibidas, buscando, de diferentes maneiras, “livrar-se da marca da escravidão”, com o objetivo de “destruir a autoridade real e simbólica” que era imposta pelos brancos, poder que era exercido contra os negros e acabava por controlar suas vidas. Alguns experimentaram atividades que externavam liberdade e que fugiam domínio rigoroso relacionado à escravidão. A troca de nome era uma das primeiras ações, visto que “refletiam as profundas esperanças inspiradas pela emancipação” e distanciava-os dos aspectos associados à escravidão<sup>85</sup>.

O historiador analisou principalmente os aspectos relacionados ao trabalho e à migração. Nos primeiros anos do pós-abolição, parte dos ex-cativos decidiram continuar seu trabalho nas fazendas. No entanto, mediando o estabelecimento de novas formas de trabalho, os libertos não permitiram que os abusos continuassem. Em contrapartida, os fazendeiros criticavam qualquer atitude contrária à obediência e à deferência, apontada por estes como “insolência” e “insubordinação” dos negros. Essas relações conflitantes formam, portanto, o cerne da análise de Eric Foner, que destaca o ponto de vista dos recém-libertados no processo de reestruturação das forças políticas e econômicas da nova conjuntura social.

Os movimentos migratórios foram explorados pelos ex-cativos como uma opção no pós-abolição. Muitos abandonaram o meio rural e buscaram os centros urbanos. Apesar disso, não encontraram boas oportunidades, visto que só conseguiam os empregos menos valorizados, o que consequentemente os impossibilitavam de obter boas moradias. Ato contínuo, “os migrantes negros viviam em favelas que se espalharam pelos subúrbios das cidades sulistas, nestes distritos de pobreza, sujeira e epidemias periódicas, os índices de mortalidade excediam de muito os relativos aos habitantes brancos das cidades”<sup>86</sup>.

No âmbito brasileiro, Rios e Mattos<sup>87</sup> salientam que a historiografia nacional promoveu grandes produções acerca do processo de escravidão no Brasil e na Bahia. Podemos destacar a produção intelectual de João José Reis, que em alguns de seus trabalhos investiga as relações familiares dos negros e as trajetórias de escravizados no cotidiano de Salvador do século XIX, dedicando-se a traçar as experiências individuais e as sociabilidades desses sujeitos, bem como os movimentos de resistências e as suas práticas culturais.

---

<sup>85</sup> FONER, Eric. O Significado da Liberdade. In **Revista Brasileira de História...** *op. cit.*, p. 12.

<sup>86</sup> *Ibidem.*, p. 15.

<sup>87</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas.** **TOPOI**, v. 5, n. 8, jan.-jun., 2004.

Reis, em seu livro “Domingos Sodré, um sacerdote africano”, discute aspectos importantes da conjuntura social da Bahia provincial, à medida que analisa as experiências vivenciadas pelo africano, desde as relações de poder e econômicas, elementos referentes ao tráfico de africanos, e perpassando os elementos religiosos, as redes de sociabilidade e as negociações.

A produção de Reis, para além de nortear os estudos do Brasil do século XIX, torna-se importante referencial acerca dos estudos sobre o pós-abolição, tendo em vista a abordagem utilizada pelo historiador, a de proporcionar visibilidade à participação e às trajetórias dos negros dentro da sociedade escravista. Nessa mesma perspectiva, os trabalhos sobre o pós-abolição, principalmente com pesquisas que ressaltam o ponto de vista dos recém-libertos, vem ganhando expressividade nos últimos anos na historiografia nacional.

A partir das décadas de 1970 e 1980, iniciam-se algumas produções no Brasil que se assemelham com interpretações realizadas sobre o pós-emancipação no Caribe Britânico, com ressalva para os aspectos políticos e econômicos:

As dificuldades de reter na grande lavoura a chamada “mão-de-obra livre nacional” nas áreas escravistas do Centro-Sul, enfatizada pela dependência dessas áreas dos fluxos internacionais de trabalho imigrante e pela desarticulação da lavoura escravista de alimentos da região, substituída pela formação de um campesinato negro, foi considerada, por alguns autores, função da fronteira agrícola ainda aberta nestas áreas, em oposição ao fechamento dela nas antigas áreas açucareiras do nordeste<sup>88</sup>.

Todavia, as autoras apontam um movimento que surgiu na historiografia brasileira nas últimas décadas, por meio do qual as análises sobre o pós-abolição se tornaram um problema histórico, visando ressaltar as experiências, trajetórias e sociabilidades dos ex-cativos, os novos arranjos e relações de trabalho, para a formação de um campesinato negro<sup>89</sup>. Nesse sentido, as novas abordagens e direcionamentos dos estudos sobre o sistema escravista e o pós-abolição permitiram uma ampliação das discussões, visto que passaram:

a enfatizar os embates entre as expectativas dos libertos, que se definiam na forma de um “projeto camponês”, e as condições políticas de acesso à terra e de garantia da sobrevivência em diferentes situações regionais. Especialmente, ficou empiricamente demonstrada que paralelamente à formação de um campesinato negro, manteve-se a centralidade do liberto,

---

<sup>88</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas** ... *op. cit.*, p.171.

<sup>89</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

enquanto força de trabalho, nas fazendas das antigas áreas escravistas do sudeste, nas décadas que se seguiram imediatamente à escravidão<sup>90</sup>.

Na Bahia, a produção historiográfica vem contribuindo para esse debate. Destaca-se o trabalho de Walter Fraga, que escreveu o livro “Encruzilhadas da Liberdade”, produto de sua tese de doutorado, analisando as trajetórias de escravos e libertos dos engenhos do Recôncavo Baiano entre os anos de 1870 a 1910, compreendendo, assim, o período anterior à abolição até os primeiros anos do pós-emancipação. O historiador apresenta elementos que evidenciaram de que forma as trajetórias individuais e familiares dos ex-cativos foram influenciadas pelas estruturas do regime escravista, e quais os elementos de rupturas e continuidades que nortearam as sociabilidades e os comportamentos após a conquista da emancipação<sup>91</sup>. Neste sentido:

As informações colhidas sobre o Engenho Pitinga e sobre outros engenhos do Recôncavo mostram que as populações oriundas da escravidão nas localidades rurais formavam comunidades sólidas. Forjados ainda sob a vigência da escravidão, os laços comunitários, tecidos a partir do parentesco entre ex-escravos do mesmo engenho ou de engenhos vizinhos, foram fundamentais para os egressos da escravidão recompor a vida em liberdade<sup>92</sup>.

A construção das relações familiares e laços de solidariedade foram fundamentais para estabelecer estratégias de sobrevivência através de negociações. Segundo Fraga, muitos dos engenhos da região, após o processo de consolidação da abolição, tornaram-se comunidades rurais. Os grupos familiares de ex-escravizados, mesmo após a alforria, permaneceram nas propriedades, por vários motivos.

Assim, no curso dos anos que se seguiram à abolição, os libertos buscaram ampliar as atividades independentes da grande lavoura de cana, cultivar gêneros de subsistência nas roças e vender o excedente nas feiras locais, diminuir o ritmo de trabalho, negociar melhor remuneração, enfim, forjar condições de vida que os distanciassem do passado de escravidão<sup>93</sup>.

Muitos libertos que conseguiram obter, ainda durante a escravidão, acesso às pequenas roças permaneceram no meio rural para garantir sua posse às terras, onde acreditavam que teriam melhores condições de trabalho. Dessa forma, as relações de trabalho no pós-abolição foram sendo modificadas. Os ex-escravizados recusavam qualquer tratamento que assemelhasse ao que lhes era destinado no período da escravidão, mas ainda assim era

---

<sup>90</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas ...** *op. cit.*, p. 172.

<sup>91</sup> FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, p. 25-26.

<sup>92</sup> *Ibidem.*, p. 296.

<sup>93</sup> FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**... *op.cit.*, p. 238-239.

necessária uma constante resistência para evitar abusos das antigas autoridades senhoriais escravistas.

Nessa nova conjuntura social, os conflitos eram constantes, visto que alguns ex-senhores recusavam a aceitar a emancipação dos negros e mestiços, querendo forçar a continuidade dos padrões de domínio. Assim, os ex-cativos compreenderam que para manter os direitos conquistados seria necessário lutar e resistir<sup>94</sup>.

Continuando o debate sobre o pós-abolição na Bahia, a historiadora Edinelia Souza apresenta importantes reflexões, salientando os aspectos da luta por espaços sociais e as experiências dos ex-escravizados. O objetivo do trabalho era analisar “os agenciamentos individuais ou coletivos fomentados pelos negros e mestiços recém-saídos da escravidão na Bahia, que, alimentados por motivações e interesses específicos, por sociabilidades e conflitos, configuravam o pós-abolição no Recôncavo Sul baiano<sup>95</sup>”.

A pesquisadora concentrou sua análise no contexto histórico do pós-abolição, salientando aspectos como as novas configurações familiares, o acesso à terra e as reconfigurações das relações de trabalho como mecanismos de atuação na conjuntura social que se desenhava. Ainda sobre o contexto político e social, ela afirma que:

Não resta dúvida de que muitas experiências vividas na escravidão estariam demarcando o contexto do pós-abolição, acentuado por relações de dependência, por lealdades e por tentativas de práticas do “mandonismo” e do “coronelismo” difundidos na Primeira República. É necessário, contudo, levar em consideração as complexidades que envolvem a identificação individual ou coletiva e a localização de negros e mestiços no pós-abolição, como também as marcas da diferenciação ou desigualdade entre estes e os fazendeiros, patrões ou comerciantes locais<sup>96</sup>.

Dessa forma, compreendemos que esse período foi marcado por novas configurações nas relações entre os sujeitos sociais e que práticas de dependência ainda ficaram presentes. Agora, é importante analisar os sujeitos do garimpo de Lençóis a partir de suas experiências e das relações que desenvolvem para entendermos os processos históricos em que estão inseridos.

## 2.2 Os grupos subalternizados em Lençóis

<sup>94</sup> Ver também: CRUZ, Ana Paula Batista Silva. **O pós-abolição no Recôncavo da Bahia: um estudo sobre a Freguesia de São Thiago do Iguape (1888-1930).** - Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/anapaulasilvacruz.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2022.

<sup>95</sup> SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia.** Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888/1930)... *op. cit.*, p.14.

<sup>96</sup> *Ibidem.*, p. 21.

O processo de mineração estabeleceu o ritmo de formação das principais povoações na Chapada Diamantina, visto que tal processo foi responsável pela migração de grupos vindos de várias partes da província. Assim, a composição social foi diretamente influenciada pelos numerosos grupos que se deslocaram para a região. Essa lógica migratória também foi determinante para a composição social em Lençóis. Inicialmente a atividade de extração aconteceu de forma tímida, com a ação de poucos garimpeiros que já exploravam minerais na região, porém, dentro de curto espaço de tempo a notícia do descobrimento se espalhou, dando início ao fluxo de sujeitos dos mais diferentes grupos sociais, que se dirigiam à região em busca de enriquecimento rápido.

A narrativa da descoberta de diamante em abundância promoveu um grande fluxo migratório para a região a partir de 1845, notícia vinculada por jornais baianos e de outras províncias. Homens abastados que controlavam garimpos em outras regiões da Bahia e de Minas Gerais se deslocaram para a região e iniciaram o processo de controle das terras com poder minerador.

Todavia, como aponta Rômulo Martins, o potencial minerador recém-descoberto não foi apreciado por todos. Alguns negociantes da capital e de cidades do sertão acreditavam que a “fuga” em massa de negociantes e trabalhadores poderia provocar escassez de mão-de-obra e gerar prejuízos para o comércio provincial.

O historiador analisou artigos de jornais que relacionava a mineração na Chapada com uma possível crise em Salvador. Nesse aspecto, “supostamente o empreendimento lavrista contribuiu para a crise monetária. A evacuação de negociantes da Praça da Bahia para o comércio dos diamantes, como no exemplo acima, seria uma das causas imediatas da crise”<sup>97</sup>.

Observa-se assim, que a mineração no primeiro momento beneficiava diretamente camadas sociais específicas, isto é, aqueles que possuíam tradição no trabalho com a mineração. No entanto, com o sucesso da mineração e a expansão das atividades auríferas, houve um crescimento vertiginoso da população que passa a agregar novos grupos, esses com sujeitos que exerciam outras atividades e ofícios, como negociantes, fazendeiros, artesãos, lavradores, prostitutas, artistas, etc. O povoamento que inicialmente se restringia a grupos específicos para o trabalho no garimpo passa a ganhar novos contornos. É evidente que a formação social de Lençóis foi composta por vários grupos, mas no caso específico e no recorte desse trabalho, compreender a origem dos garimpeiros e lavradores torna-se essencial.

---

<sup>97</sup> MARTINS, Romulo de Oliveira. “**Vinha na fé de trabalhar em diamantes.**” Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888)... *op. cit.*, p. 27 – 28.

O domínio dos territórios de garimpo ficou com fazendeiros da região, mas também foi controlado por “homens abastados, senhores de terras e escravos vindos de Minas Gerais e do Recôncavo. Traziam consigo, além dos seus bens e haveres, suas famílias e uma larga tradição na arte do mando e da política”<sup>98</sup>, que inicialmente invadiram e se apossaram das terras de garimpo, demarcando-as de maneira arbitrária e sem nenhuma fiscalização estatal. Assim, toda a exploração mineral passou a ser controlada pelos chefes recém-chegados e que traziam escravizados, obrigados a trabalhar na mineração de diamantes.

Para os homens livres, os senhores desenvolveram um mecanismo de autorização para desenvolvimento do trabalho de garimpagem, mediante a entrega de parte da produção de extração. Essa atividade proporcionou enriquecimento e controle social dos senhores sobre as camadas sociais mais pobres<sup>99</sup>. Em síntese, a maioria dos senhores de terras:

[...] acumularam atividades como fazendeiros e donos de garimpo. Quase todos consolidaram e aumentaram o capital investido. Formaram eles a classe dominante da sociedade que se organizava: a classe dos donos das terras e por assim dizer, dos homens que nelas viviam e trabalhavam<sup>100</sup>.

A pluralidade de anseios e as relações sociais dos homens (relações escravistas e de exploração do trabalho) modificaram o território. Os garimpos locais mesmo após o enfraquecimento da produção mineral, ainda representava importante atividade econômica, os garimpeiros procuravam entre as rochas diamantes e carbonatos que eram lavados nos rios que cortavam a cidade (Figura 2).

**Figura 2 - Garimpeiros trabalhando na lavagem do cascalho, Lençóis-BA**



Fonte: Revista do Brasil. Anno 3. Bahia, 15 de fevereiro de 1909. Número 15. p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=390062&Pesq=Len%c3%a7oes&pagfis=634>. Acesso em 15 mai. 2020.

<sup>98</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p.20.

<sup>99</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op.cit.*

<sup>100</sup> ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina...** *op. cit.*, p. 20

A imagem acima nos apresenta garimpeiros em um dia de trabalho na lavagem de cascalho, a partir do que era retirada das grunas, os trabalhadores faziam montes de cascalhos que posteriormente eram lavados na água, eles se debruçavam na separação das pedras preciosas retirando terras e demais detritos, mesmo que a imagem não sendo tão nítida, podemos perceber que o trabalho era difícil e demorado, a chance de encontrar uma pedra de grande valor era pequena.

Glaybson Silva aponta que inicialmente esses trabalhadores livres possuíam uma mobilidade, visto que deslocavam de região em região em busca de melhores territórios de exploração, por isso esses grupos se caracterizam como “garimpeiros volantes”<sup>101</sup>. Notícias veiculadas em jornais da época relataram essa prática e a mobilidade desses garimpeiros, como a que segue:

E em minas que parecem inexgotáveis, como sejam as do Paraguassú em que ora se trabalha; podendo-se o mesmo dizer das do Assuruá e Chapada, que estão despresadas, não porque se tenham empobrecido, porém porque é mania dos mineiros – o mudar de lavra, logo que aparece alguma com apparencias de mais rica<sup>102</sup>.

Essa informação do jornal “O Crepúsculo” corrobora com a afirmativa que esses sujeitos transitavam entre as regiões mineradoras e muitas vezes sem que estas fossem esgotadas. Contudo, esses grupos foram fundamentais para a expansão da exploração mineral da região de Lençóis, visto que eram sujeitos que já possuíam tradição no ofício.

Os trabalhadores eram explorados no trabalho árduo do garimpo, trabalhadores livres que se deslocaram para a região na esperança de melhores condições de vida. No entanto, no século XIX o trabalho escravo também foi introduzido na região, e essa relação de exploração contribuiu na exploração de diamantes na Chapada, enquanto os senhores detentores das terras usufruíam das riquezas do comércio dos diamantes.

Glaybson Silva<sup>103</sup> elaborou um trabalho a partir de inventários e escrituras de compra e venda de escravos, escrituras de bens, etc., em que aponta a presença de escravizados no povoamento de Lençóis e como o trabalho desses cativos foi considerável para a exploração mineral. O Recenseamento Geral do Brasil, realizado pela administração Imperial em 1872,

---

<sup>101</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op.cit.*, p. 33.

<sup>102</sup> O CREPUSCULO. Bahia, fevereiro de 1846. n.13.v. 2. p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=812897&pesq=Minera%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.br&pagfis=199>. Acesso em: 19 out. 2021.

<sup>103</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op.cit.*

aponta que, do total de 23.908 pessoas que ali habitavam, 740 eram escravizadas e 1.113 eram escravizados<sup>104</sup>. Silva, no decorrer de sua análise, expõe que a lei que acabava com o tráfico atlântico, sancionada em 1831, influenciou a origem dos escravizados que habitavam Lençóis, visto que a maior parcela desses cativos era oriunda da província baiana, como podemos constatar:

Os cabras, crioulos, mulatos e pardos perfaziam quase 80% da população cativa de Lençóis até a década de 1870. Mais uma vez esses dados corroboram a ideia de que a região da Serra Geral foi pouco dependente do comércio transatlântico de africanos. Vale ainda acrescentar que, a partir da análise das origens declaradas também nas escrituras de compra e venda, foi possível notar também que, quando os senhores decidiam formar ou aumentar seus plantéis, recorriam poucas vezes aos mercados de cativos do litoral<sup>105</sup>.

Dessa forma, observamos que houve a presença de trabalho servil na exploração mineral do diamante; que esses sujeitos formaram parcela significativa da população; que as experiências da escravidão moldaram a estrutura social e da formação de Lençóis como fator determinante nas relações sociais e de trabalho nas primeiras décadas do século XX.

A região não atraiu apenas homens livres e cativos, mas muitos escravizados fugitivos observaram a oportunidade de por meio do garimpo de diamantes conseguirem algo maior que o enriquecimento: a liberdade.

Na Lençóis oitocentista, alguns destes chegantes sonhavam com algo que talvez fosse tão ou mais importante que dinheiro: Nicollau e André aspiravam liberdade. E assim sucedeu para tantos outros escravos que fugiram do alcance de seus senhores e identificaram naquele lugar uma possibilidade de melhor viver. Talvez tenha sido essa a esperança que acompanhou os escravos da Villa do Urubu, que fugiram para os Lençóis, no ano de 1855<sup>106</sup>.

Esses homens, e outros, contavam a seu favor o fato que, ainda recente, a área de garimpo não possuía controle ou fiscalização das autoridades oficiais, tornando mais fácil a permanência desses homens nas terras controladas pelos donos dos garimpos. Dessa forma, no início da exploração, a localidade configurou-se como importante reduto na Bahia para os escravizados que fugiam.

A prática do garimpo encontra-se fundamentalmente presente na formação social de Lençóis. Foi a partir do ofício de homens livre e cativos que a cidade se desenvolveu e que foi

---

<sup>104</sup> BRAZIL. Recenseamento de 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhe>. Acesso em: 19 ago. 2021.

<sup>105</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op. cit.*, p 113.

<sup>106</sup> MARTINS, Romulo de Oliveira. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.”** Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888)... *op.cit.*, p. 36.

elemento característico por muito tempo. Para além de um trabalho, a “arte de garimpar” representava dimensões maiores, era característica da própria identidade daqueles sujeitos, abrangendo questões como a masculinidade. Dessa forma, os mineradores passaram a atribuir sentido e significado ao ofício, construindo uma memória coletiva que era transmitida entre as relações sociais e de geração a geração, sendo determinante para os costumes dos mineradores do início do século XX<sup>107</sup>.

Essa reflexão pode ser melhor analisada quando utilizamos as elaborações realizadas por de E. P. Thompson sobre costumes e trabalho na Inglaterra do século XVIII. O autor evidencia que uma prática ou ocupação está inserida nas relações sociais e por elas também são influenciadas.

É importante salientar que a análise realizada por Thompson trata de espaços geográficos e temporalidades diferentes. Suas preposições são aqui utilizadas como referência para entender outros contextos, visto que as manifestações dos costumes e as experiências sociais da “gente comum” são vivenciadas de forma diferente, pois são influenciadas por contextos sociais, políticos e históricos.

Esse panorama é importante para entendermos uma pequena porção da sociabilidade nas três primeiras décadas do século XX em Lençóis, visto que muitos dos garimpeiros, lavradores e posseiros que viviam na cidade nesse período eram descendentes de escravizados e dos aventureiros pobres que foram para a região no início de sua formação.

No início da década de 1900, Lençóis possuía uma população total de 25.251 pessoas. Esses dados foram coletados no Recenseamento Geral do Brasil, realizado pela administração Republicana em 1905. Do total de habitantes, 12.931 eram homens e 12.320 eram mulheres<sup>108</sup>.

Uma parte desses sujeitos eram descendentes dos antigos habitantes da cidade, mas também continham os oriundos de várias cidades. A partir da análise de inquéritos criminais e cíveis entre 1900 a 1930 pode ser observada uma pequena amostra da origem dessa população (Quadro 1)<sup>109</sup>.

**Quadro 1 - Origem da população de Lençóis**

Cidade	Quantidade	Cidade	Quantidade
Lençóis	47	Vielá Bela da Carneiras	2

<sup>107</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op. cit.*, p. 31.

<sup>108</sup> BRAZIL, Republica dos Estado Unidos do. *Synopse do recenseamento*. Typografia da Estatística. Rio de Janeiro, 1905, p. 14. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub>. Acesso em: 13 mai. 2022.

<sup>109</sup> Os dados do quadro corresponde a origem das testemunhas, réus e vítimas dos inquéritos analisados.

Macaúbas	8	Villa Guarauy	1
Brotas de Macaúbas	5	Pimentas	1
Andaraí	4	Não Consta	22
Campestre	3	Riacho Sant'Anna	1
Ituassú	2	Urubu	4
Itaberaba	2	Síria	1
Doutor Seabra	2	Salvador	1
Caetité	2	Povoado de Afrânio Peixoto	1
Brejinho Grande	2	Palmeiras	3
Mucugê	1	Xique-Xique	4
Morro de Chapéu	1	Wagner	1
Minas Gerais	1	Villa Nova da Rainha	1
Jacobina	1	Utinga	1
Estado de Goiás	1	Santo Antônio de Jesus	1
Curaçá	1	Rio de Contas	1
Conceição	1	Rio de Brotas	1
Carinhanha	1	Rio Branco	1
Brotas	1	Patrocínio de Coité	1
Bom Jesus	1	Natural do Estado	15
Amargosa	1	Mundo Novo	1

Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais e cíveis (1900 - 1930).

A partir desse quadro, percebe-se que, das pessoas que declararam sua origem, o maior quantitativo é composto de naturais de Lençóis ou de localidades próximas. Observa-se, ainda, que há um quantitativo significativo de pessoas oriundas de outras regiões, esse dado torna-se relevante a partir do momento que notamos que os homens e mulheres migraram de mais de 40 cidades para a cidade de Lençóis, mostrando que havia uma diversidade. Por outro lado, esses dados apontam que a cidade de Lençóis atraía novos moradores, podendo-se inferir que, mesmo com a decadência da exploração mineral, se configurava como um importante polo.

A mobilização populacional que pode ser observada em Lençóis se enquadra no quadro geral do que acontecia no Brasil no pós-emancipação. O debate acerca da mobilidade espacial no mundo rural tem aumentado significativamente na historiografia, como salientam Rios e Mattos:

As discussões sobre mobilidade espacial têm ocupado posições de destaque nas abordagens historiográficas sobre o devir do mundo rural do sudeste escravista e pós-emancipação. Ainda antes da abolição uma das preocupações centrais dos senhores era a possibilidade dos escravos deixarem as fazendas nos quais foram cativos. Dentre as estratégias senhoriais para evitar este abandono estava a de procurar ligá-los a si e às fazendas por laços de gratidão, antecipando-se à abolição e concedendo alforrias em massa. A possibilidade de despertar-lhes a gratidão ligava-se ao entendimento senhorial de que os escravos deveriam receber a liberdade de suas mãos, e não do Estado, e percebê-la como uma dádiva senhorial<sup>110</sup>.

<sup>110</sup> RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. **O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas...** *op. cit.*, p. 178.

Para além da mobilização geográfica, outro aspecto importante para compreender os sujeitos dessa sociedade é a cor declarada dessa população nos registros criminais e cíveis em Lençóis (Quadro 2).

**Quadro 2** - Cor das vítimas e dos réus em processos criminais e cíveis de Lençóis

Inquéritos criminais e cíveis em Lençóis (1900 - 1930)			
Cor	Vítima	Réu	Total
Não consta	22	27	48
Pardo	4	1	5
Mestiço	3	2	5
Preto	3	-	3
Branco	2	-	2
Mulato	1	-	1

Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais (1900 - 1930).

Percebe-se que há poucos dados acerca da cor dos sujeitos nos processos, pois em sua maioria não era relatada a cor das vítimas e dos réus, pelo que podemos afirmar que havia um silenciamento desse aspecto da sociedade. Hebe Mattos estudou a sociedade pós-escravagista rural do Sudeste e percebeu a dificuldade em resgatar as experiências dos ex-cativos, vistos que esses sujeitos não apareciam nas fontes da época. A autora encara essa questão como um problema histórico, visto que o silêncio acerca da cor desses sujeitos estava intrinsicamente relacionado com o próprio processo e desdobramento de emancipação:

Por outro lado, desde que os libertos deixam de ter um estatuto jurídico específico, nas antigas sociedades escravistas, torna-se bem mais difícil encontrá-los nas fontes de época. Essa é uma dificuldade geral nas pesquisas sobre a experiência histórica pós-emancipação nas Américas. No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência, desde a independência política, de práticas legais baseadas em distinções de cor e raça, mas também pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da Abolição e pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, da discriminação da cor de homens e mulheres livres nos registros históricos disponíveis. Processos cíveis e criminais, registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, na maioria dos casos, não faziam menção à cor e, mesmo nos registros civis, instituídos em 1888, em muitos casos, ela se faz ausente<sup>111</sup>.

Como salienta a historiadora, nos primeiros anos após a abolição não era prática comum declarar a cor e raça dos indivíduos nos registros de processos criminais e cíveis, o que evidencia um silenciamento sobre a questão étnica nesse período. Para a autora, a falta desses registros deve ser tratada como um problema histórico, que representa uma característica dessa sociedade recém-saída de um regime escravista, essa ausência dos dados desses sujeitos pode

<sup>111</sup> MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX) São Paulo. Editora: Unicamp, 2013. p.31.

estar relacionada com uma ideologia de branqueamento social ou com um apagamento desses grupos na construção histórica, idealizado e efetivado de forma autoritária.

As décadas seguintes ao processo de emancipação também são cruciais para entendermos como os ex-escravizados foram inseridos na sociedade, compreendendo-se que a nova organização era baseada em conflitos de poder, o que resultava em relações sociais e étnicas desfavoráveis aos libertos. Em Lençóis, os sujeitos egressos da escravidão ou descendentes de libertos passaram a exercer funções pertencentes ao mundo rural. Essas ocupações, em sua maioria, estavam associadas ao trabalho na terra, como rendeiros, meeiros, sitiantes etc.; e com a área da mineração, em sua maioria garimpeiros. Esses indivíduos passaram a negociar as condições de vida.

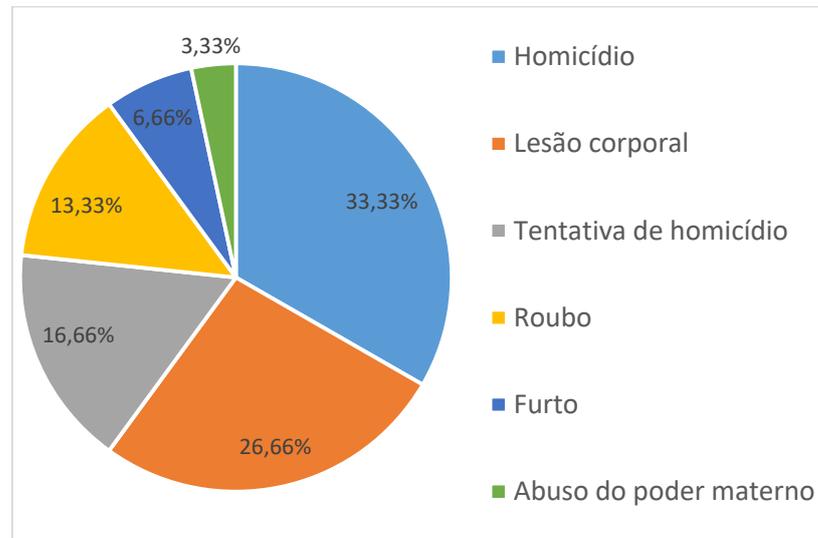
Aspecto importante que caracterizou a sociedade mineradora foi à violência, um artifício muitas vezes utilizado pelos homens do garimpo como forma de demonstrar virilidade. Observa-se a seguir (Tabela 1)

Tabela 1- Réu segundo o sexo

Sexo	Número absoluto	Porcentagem %
Homem	26	86,66
Não consta	3	10,00
Mulher	1	3,33
Total	30	100,00

Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais (1900-1930).

Os dados acima expostos, permitem delinear o perfil sexual dos indivíduos e visualizar certos aspectos da moralidade que norteavam o cotidiano da cidade. Em primeiro lugar, percebe-se que a maior parte dos acusados são homens, contendo apenas uma mulher no quadro. Logo, os homens seriam os principais responsáveis pela criminalidade. Essa maior propensão à violência por parte dos homens estaria relacionada com os costumes do período, pela necessidade de se demonstrar bravura diante dos outros sujeitos e de toda sociedade com o uso de atitudes agressivas, inclusive crimes, para afirmar a masculinidade. As disputas por território, pelo garimpo, e as relações afetivas, assim, contribuíram para a criminalidade na região (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Proporção dos crimes em Lençóis**

Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais 1900 a 1930.

Os altos índices de crimes violentos demonstrados no gráfico é um indicativo de que a violência era uma constante no cotidiano daqueles sujeitos. Esses conflitos envolvendo os garimpeiros e trabalhadores eram acentuados pela ausência e/ou negligência dos agentes de repressão. Há de se considerar também que nesse período o aparato judicial e policial estava por vezes submetido ao poder do coronel local, que desempenhava um papel de regulador. É importante salientar que a violência era aspecto que estava presente em toda sociedade, não sendo apenas característica das relações dos grupos subalternizados, a elite local também estava envolvida em diversos tipos e grau de violência, ações que utilizavam a força excessiva não era exclusiva aos garimpeiros e lavradores, em muitos casos, membros da elite local utilizava de seu poder para mobilizar e/ou impor que seus dependentes executasse os crimes em seu lugar. Isso exposto, o jornal “O Sertão” noticiava com frequência os crimes que aconteciam na região. No caso abaixo, o crime foi motivado por disputa de garimpo:

“Assassinato

Foi assassinado no lugar denominado Bacia do Marocas, neste termo, por questões de garimpo, o infeliz Antonio Carneiro, sendo autor do crime o individuo Lino de Tal, que em seguida evadiu-se.

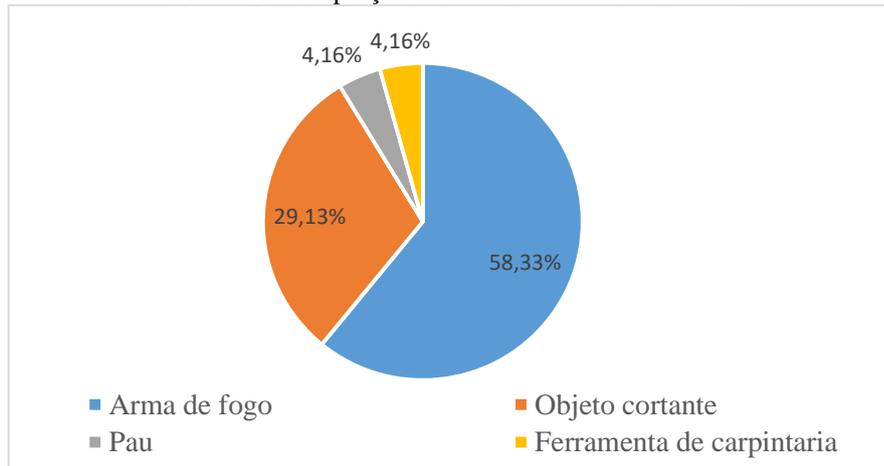
O major Joaquim Bibeiro dos Santos, 2º suplente de delegado de policia, em exervivio, tomou as providencias necessárias, abrindo inquérito respeito”<sup>112</sup>.

Observando-se os dados, percebe-se que a violência era prática que permeava as experiências dos sujeitos formados pelas camadas menos favorecidas, utilizada como estratégia

<sup>112</sup> **O SERTÃO.** Lençóis, Bahia, 9 de dezembro de 1928, n. 41. a. 8. Acervo do Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros, Seção Inquéritos criminais.

para a resolução de conflitos. No meio rural, os comportamentos violentos, para além estar presente nas relações de trabalho, eram recorrentes como forma de mediação das relações afetivas no meio doméstico. Dessa forma, bem como salientou E.P. Thompson em relação ao uso dos costumes na Inglaterra do século XVIII, a violência instituiu padrões de comportamentos que norteavam as práticas sociais<sup>113</sup> (Gráfico 2).

**Gráfico 2 -** Proporção de armas utilizadas nos crimes



Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais (1900-1930).

As armas que eram utilizadas para cometer os crimes também merecem destaque. De acordo com Boris Fausto, “os instrumentos utilizados [...] são indicativos dos padrões da atividade cultural de determinada sociedade, assim como da maior ou menor ‘democratização’ do porte de armas, sobretudo das armas de fogo”<sup>114</sup>. A partir dos dados observamos que a utilização de armas de fogo era comum, pois havia considerável circulação de armamento bélico nessa região, uma vez que muitos indivíduos portavam revólveres, espingardas. Até mesmo fuzis automáticos e metralhadoras eram operados eventualmente. O uso de armamento bélico no período da Primeira República estava relacionado a dois fatores principais: ao trabalho com pedras preciosas, prática suscetível a roubos e conflitos; e à formação de grupos armados dos coronéis da região.

Desse modo, observamos que esse conjunto de dados ajuda a conhecer um pouco melhor as características das camadas inferiores da sociedade. Aspectos como mobilidade, cor e uso da violência como mediadora de tensões contribuem para uma compreensão mais apurada das sociabilidades desses grupos sociais.

<sup>113</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional... *op. cit.*, p. 13 – 24; 86 – 149.

<sup>114</sup> FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). São Paulo: B 1984, p 110.

### 2.2.1 Garimpeiros e lavradores

O contexto social lençoisense do início do século XX era constituído por diversos grupos com diferentes hierarquias, desempenhando os sujeitos distintos papéis na sociedade. Dentro do universo que engloba os grupos subalternizados destacam-se os garimpeiros e lavradores, que contavam com importante função na dinâmica social, pois eram os principais trabalhadores nesse período, como podemos observar nas tabelas (2 e 3) a seguir:

**Tabela 2 - Vítimas segundo a profissão**

Profissão	Número absoluto	Porcentagem %
Garimpeiro	10	28,57
Não consta	6	17,14
Mineiro	4	11,42
Negociante	4	11,42
Trabalhadora doméstica	2	5,71
Soldado/prança do regimento policial	2	5,71
Proprietário	1	2,85
Lavrador	1	2,85
Dono de garimpo	1	2,85
Deputado Federal	1	2,85
Bandido notório	1	2,85
Artista	1	2,85
Administrador de garimpo	1	2,85
Total	35	100,00

Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais (1900-1930).

A tabela acima evoca a concentração do trabalho em áreas específicas. As profissões na cidade estavam atreladas à mineração e ao comércio das pedras (existiam os capangueiros<sup>115</sup>, lapidadores, donos de garimpo e negociantes), e em menor proporção lavradores que trabalhavam nas roças de subsistência.

<sup>115</sup> Capangueiro era o nome atribuído ao comerciante de diamantes. O capangueiro era o indivíduo que comprava o diamante bruto do garimpeiro, ou já lapidado, e revendia a ourives, donos de joalherias, ou a pedristas. O nome está relacionado à capanga, quem carregava levava os piquás (pequeno objeto feito de madeira, coco de dendê ou chifre de animais e onde se guardava os diamantes para serem comercializados). Ver: SENNA, R. S. Jarê – uma face do candomblé. Manifestação religiosa na Chapada Diamantina. Feira de Santana: UEFS, 1998.

**Tabela 3 - Réu segundo a profissão**

Profissão	Número absoluto	Porcentagem %
Não consta	12	40,00
Garimpeiro	10	33,33
Lavrador	6	20,00
Mineiro	2	6,66
Total	30	100,00

Fonte: FDCBV; Inquéritos criminais (1900-1930).

Os garimpeiros que viviam em Lençóis no início do século XX em parte eram compostos por forasteiros (por conta do fluxo de migrantes que a cidade recebia, ainda que pequeno comparado com outros tempos), outra parte por descendentes de ex-cativos e homens livres que povoaram a região.

É importante frisar que alguns grupos de garimpeiros possuíam a característica de serem volantes, ou seja, permaneciam nas regiões mineradoras apenas no período de maior produção, descolando-se ao final para outras regiões. “Este retrato do garimpeiro volante, verdadeiro jagunço, nada tem em comum com o garimpeiro morigerado, filho do Termo e n’elle estabelecido”<sup>116</sup>. Essa característica acabava por atrair uma carga negativa para esses sujeitos.

Essas categorias sociais na maioria das vezes não possuíam vínculo formal com os donos das terras nas quais trabalhavam, de forma que, com base nos quadros apresentados, pode-se inferir que parte significativa da população era autônoma. Essa prática se iniciou com o processo de mineração na cidade ainda no século XIX e continuou no século seguinte<sup>117</sup>. Em relação aos garimpeiros, existiam várias formas de desenvolvimento do trabalho:

(...) a literatura existente menciona diversas outras categorias de trabalhadores na região das Lavras, como os “alugados” – garimpeiros pagos pelo trabalho diário, sem direito algum sobre o produto extraído; o “meia-praça”, espécie de meeiro que, descontado o quinto (20% sobre o produto, de direito do dono ou arrendatário do terreno), tinha 50% do valor de venda bruto do diamante encontrado. Existiam, além dessas, outras modalidades de utilização da mão-de-obra, como a do “quarto até salvar”, que implicava a quase completa dependência do garimpeiro ou faiscador do seu “sócio” (...) Quando não era o caso do escravo – que dispensa comentários –, a taxa de exploração da mão-de-obra do garimpeiro tendia a se elevar ao máximo, já que esses sistemas descritos acima nunca existiram de forma pura. O “meia-praça” sempre trabalhava em sociedade com outros garimpeiros “fornecidos”;

<sup>116</sup> AGUIAR, Durval Vieira. **Descrições práticas da província da Bahia**: com a declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações... *op. cit.*, p. 141 – 142. Grifos do autor.

<sup>117</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)**... *op. cit.*, p 178.

diminuía, portanto, sua participação nos 50%, numa aritmética que mais se complicava quando era atrelada ao sistema de barracão<sup>118</sup>.

Alguns autores acreditam que a agricultura teria se formado em Lençóis após o período de decadência da atividade de mineração, surgida como uma alternativa econômica — essa linha é defendida por Ronaldo Senna<sup>119</sup>. Em contrapartida, Carlos Toledo<sup>120</sup> aponta em seu trabalho que as roças já estavam presentes na região antes do início da exploração dos diamantes.

Nas pequenas lavouras nas quais os trabalhadores eram donos das propriedades, eles se dedicavam ao cultivo de alguns produtos para subsistência e o excedente era comercializado nas feiras semanais. Os que trabalhavam em roças pertencentes a terceiros possuíam uma relação de dependência com os proprietários, não possuindo liberdade de decisão e atuação.

A vida cotidiana do garimpeiro era marcada pela pobreza, uma contradição para quem trabalhava com pedras preciosas, mas característica estrutural de uma sociedade marcada pela desigualdade social. Tendo em conta que parte da produção de extração era entregue para os coronéis que possuíam as terras, na maior parte das vezes, essa atividade proporcionou enriquecimento e controle social dos senhores sobre as camadas sociais mais pobres<sup>121</sup>.

## 2.4 Experiências e sociabilidades

No contexto social, os laços afetivos entre os indivíduos que compunham os grupos subalternizados em Lençóis foram sendo construídos a partir das particularidades e afinidades entre esses sujeitos. Porém, essas relações não eram unicamente baseadas na solidariedade, já que em muitos casos havia disputas. Eram inúmeros os motivos desses conflitos: relações familiares e afetivas, disputas por território, confrontos por causa de garimpo, etc. Algumas das experiências que marcaram o cotidiano desses sujeitos serão analisadas a seguir.

À exemplo, temos o caso envolvendo um notório criminoso da região, Marcionillo, conhecido como Tanajura. Este era responsável por diversos atos criminosos e sem que a força policial conseguisse deter, em uma das últimas de suas ações, violentou uma menina de nome

<sup>118</sup> FALCÓN, Gustavo Aryocara. O diamante. In: SEPLANTEC. **A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa, 1850 – 1899**. Salvador: SEPLANTEC, 1978, p. 115 apud SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op. cit.*, p.178.

<sup>119</sup> SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

<sup>120</sup> TOLEDO, C. A. **A região das Lavras Baianas**. Tese de Doutorado em Geografia – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

<sup>121</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op. cit.*, p. 177-179.

Ana, e passou a persegui-la e a seu pai, acuado o pai da jovem acabou por matar o agressor, como podemos observar no relato presente nos altos judiciais:

O réu alega que após Marcionillo, vulgo Tanajura, deflorou sua filha Ana Martins da Costa, não obstante ter praticado este ato, ferindo-lhe o coração de pai por ser o Tanajura casado civilmente, prometeu mata-lo, fazendo-lhe emboscada, que felizmente foram infrutíferas. Receoso por mais um possível ataque, por ser vizinho do Tanajura, decidiu ir morar com sua irmã Alexandrina. Quando voltava do povoado da Estiva, em um horário tarde, percebeu que o vulgo Tanajura havia feito uma emboscada para lhe assassinar, com uma pistola na mão, outras pessoas também foram alvejadas pelos disparos da arma de fogo, diante da situação o réu se defendeu, reagindo acertou Tanajura, e depois foi constatada a sua morte. O acusado levou o corpo da vítima para a residência do falecido. Após encaminhou-se a arma a polícia e declarou que não estava se entregando imediatamente por estar se recuperando fisicamente dos ferimentos sofridos no embate<sup>122</sup>.

Esse registro evidencia a vulnerabilidade que a mulher vivenciava em uma sociedade em que os principais responsáveis por atos violento eram os homens e como a violência estava presente nas relações sociais. Não foi encontrado nenhum processo sobre a violência sofrida pela menina, o crime foi apenas relatado no processo de homicídio cometido pelo pai, o este trabalhava como meia praça em um garimpo e acabou agindo por legítima defesa. Nas relações afetivas e familiares a violência era recorrente, nos processos criminais da época, as agressões contra mulheres iam desde defloramento até brigas entre casais.

Outro caso que despertou atenção foi o de uma adolescente que se envolveu com um garimpeiro casado e bem mais velho, nesse caso, segundo relatos da mãe a relação era consensual e tinha o apoio da progenitora, contudo, provocou a revolta de parentes que acionou a justiça para intervir, visto que os atos eram considerados “contrários à moral e aos bons costumes”. Nesse processo, a mãe Belisaria Macedo, foi acusada de não zelar pelo bem da menor, Ayda Medeiros, “sobre cuja honra pesam as mais terríveis dúvidas, em consequência de suas relações íntimas de amizade com o indivíduo Antônio Pereira”<sup>123</sup>. A mãe acabou por perder o pátrio poder sobre sua filha.

O referido processo nos mostra que a sociedade lençoisense tinha certos padrões de honra e moral, em parte, o patriarcado era responsável por apagamento da história de muitas mulheres, a imagem que se tinha das mulheres era de fragilidade, e de que possuíam debilidade moral, em muitos casos eram inferiorizadas e menosprezadas, acabavam por sofrer violência, abusos sexuais e agressões de seus companheiros ou familiares.

<sup>122</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 27. Ano 1928. Processo: 217.

<sup>123</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 30. Ano 1930. Processo: 345.

O papel social da mulher era por vezes restrito ao ambiente familiar, os trabalhos que desempenhavam estavam ligados as atividades domésticas, e na maioria das vezes, eram mal remunerados, reforçando o estereótipo de fragilidade feminina, a sociedade patriarcal tem entre suas características a violência e o poder masculino sobre os corpos femininos, contribuindo para a conservação da dominação masculina na sociedade.

No próximo relato, podemos observar o uso da violência como forma de mediação e resolução de tensão. Nesse caso ocorreu um duplo homicídio, o garimpeiro Valdivino Durães, vulgo 'Devino', assassinou sua amasia Joana de Tal e seu parceiro de trabalho, o garimpeiro Miguel Monteiro. O crime aconteceu na zona rural, próximo ao garimpo onde trabalhavam e atirou nas vítimas com um fuzil mauzer. Segundo uma das testemunhas, o crime foi motivado por ciúmes, visto que Devino tinha suspeitas da relação de Joana com Miguel<sup>124</sup>. Percebe-se a existência de crimes ligados a moral masculina, principalmente, havia uma noção de que ataques a honra deveriam ser respondidos com atos violentos, esse costume da sociedade também estava presente no entendimento acerca da virilidade dos homens mineradores.

## 2.5 Cotidiano e cultura

A memória é uma marca de historicidade. Os sentidos e os significados elaborados pelas memórias coletivas dialogam com os estudos propostos pela história e são fontes para análise do contexto social, cultural e político.

Dessa forma, com o estudo das memórias e experiências cotidianas nas primeiras décadas do século XX na cidade de Lençóis – BA foi possível observar que grande parte da produção sobre a região aborda as trajetórias de líderes e personalidades políticas, fazendo com que as memórias de outros sujeitos e grupos sociais não recebessem grande destaque. Por isso que, a partir de documentos e registros oficiais, buscou-se resgatar vestígios das memórias e das experiências dos grupos sociais silenciados.

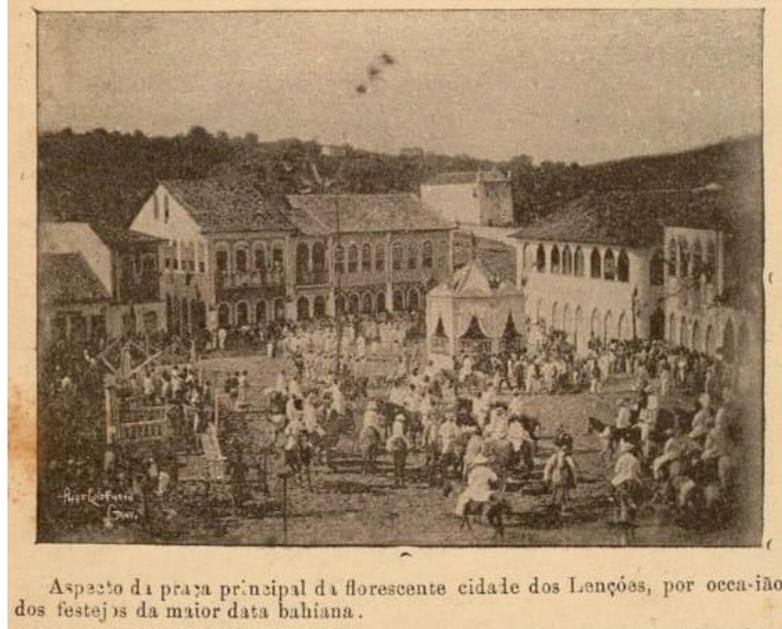
Cumprasse assinalar que o fenômeno cultural era elemento presente no cotidiano da população da cidade, produzindo experiências, ideias e valores que delineavam os contornos de Lençóis. Entre os costumes, podemos apresentar as festas religiosas e as comemorações cívicas.

As datas cívicas eram comemoradas na principal Praça de Lençóis, a Praça do Mercado, onde se reunia grande contingente de pessoas para comemorar festas como a de sete de Setembro e os festejos de dois de Julho, como podemos observar abaixo (Figura 3):

---

<sup>124</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 28. Ano 1929. Processo: N/C.

**Figura 3 - População reunida na principal praça da cidade nas comemorações da Independência da Bahia**



Fonte: **Revista do Brasil**. Anno 3. Bahia, 15 de julho de 1908. Número 4. p. 18. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=390062&Pesq=Len%c3%a7oes&pagfis=634>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

As comemorações do dois de Julho figuravam nos costumes da população da época e representava a coragem e a vitória dos baianos frente aos adversários, sendo utilizada como exemplo e motivação para a população. Como forma de fixar na memória da população a importância das comemorações cívicas, foi representada pela “*Revista do Brasil*” na coluna “*Vida Bahiana*”, que tinha o objetivo de evidenciar elementos, fatos e festas presentes na sociedade baiana. Esses festejos eram responsáveis por atrair todas as categorias sociais da cidade. As lideranças políticas se utilizavam desses momentos para assegurar sua autoridade. As camadas populares usufruíam do momento para compartilhar os dias vividos no trabalho. Os garimpeiros desciam das serras e se juntavam, aproveitando a oportunidade para gastar o que conseguiam nos bordéis e nas casas de prostituição da cidade.

Outro fenômeno cultural e de produção de memória da população que se destaca é a religiosidade. O artigo do jornal “*O Sertão*”, que tinha uma distribuição semanal e objetivava relatar os principais fatos que ocorriam na cidade de Lençóis e na região das Lavras Diamantina, relatou a realização de festejos em honra de Nossa Senhora da Conceição no dia 11 de outubro do ano de 1927. A festa, que reunia toda população, dava maior atenção para as autoridades políticas e sociais, aqueles que contribuíam financeiramente na realização dos festejos, “[...] agradecer, satisfeitos, em nosso nome e em nome de nossa Religião a todos aqueles – juizes, mordomos e particulares – que, proporcionalmente às suas condições, contribuíram, num gesto

nobre [...]”<sup>125</sup>, mostrando que a festa era dotada de aspectos de exclusão e hierarquização social. Dessa forma, as práticas culturais compreendem a dimensão da sensibilidade, pois apresentam símbolos e representações das atividades sociais rememoradas<sup>126</sup>.

Contrapondo a religião oficial, católica, as manifestações religiosas dos grupos populares descendentes dos ex-escravizados contemplavam na região o Jarê, variante do Candomblé de Caboclo. O Jarê possui influência do catolicismo rural e da religiosidade indígena e foi reinventada pelos escravizados trazidos para trabalhar forçosamente na extração diamantífera na região da Chapada Diamantina, sendo, portanto, muito presente na cidade de Lençóis desde o período de formação da cidade. O nome “Jarê” é uma referência a uma dança de caçadores da Nigéria, “provavelmente tem origem banto”<sup>127</sup>, essencialmente influenciada pelos nagôs, compondo as práticas religiosas dos africanos livres, ex-escravizados e seus descendentes.

Os povos nagôs (...), que chegaram em grande número no fim do século XVIII, conseguiram influenciar fortemente os cultos bantos menos estruturados. Sob o nome coletivo de nagô há diversas etnias iorubá: ketu, sahe, ayo, egba, egbado, ijesa e ijeba, de onde vieram muitos escravos desde o final do século XVIII. Sua chegada, relativamente tardia, porém maciça, talvez explique o papel predominante que esse culto desempenhou na Bahia<sup>128</sup>.

O Jarê surgiu no período de extração do diamante e continuou presente no cotidiano social ao longo das décadas do século XX. A prática religiosa se perpetuou por meio dos escravos e seus descendentes, mantendo-se vivo o Jarê. Os principais adeptos eram os garimpeiros e seus núcleos familiares. Posteriormente, as práticas se ampliaram para a região agrícola, por onde passou por modificações por meio dos lavradores dessas localidades, tendo em vista que esses indivíduos eram “advindos do catolicismo popular rural que não mais possuíam a ‘memória africana’”<sup>129</sup>.

<sup>125</sup> **O Sertão**. Anno 7. Lençóis, Bahia, 18 de dezembro de 1927. Número 39. Disponível no acervo do Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros. Seção: Processos criminais. Caixa ano 1927.

<sup>126</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 11-23.

<sup>127</sup> SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé**: manifestação religiosa na Chapada Diamantina... *op. cit.*, p. 71 .

<sup>128</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.429.

<sup>129</sup> SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé**: manifestação religiosa na Chapada Diamantina... *op. cit.*, p.36.

A religiosidade também estava presente nas relações de trabalho no garimpo, visto que os garimpeiros que passavam muito tempo sem conseguir bambúrios<sup>130</sup> recorriam aos terreiros e curandeiros para quebrar o “encosto” ou qualquer má sorte que lhe rodeava.

O Jarê, ao longo do processo de formação amalgamou tudo isso, criando uma religião distinta, com cosmogonia e rituais próprios [...] Para o garimpeiro, o Jarê era instrumental em dois aspectos. Primeiro, por oferecer esperanças no trabalho [...] O segundo aspecto instrumental se refere às habilidades curadoras dos sacerdotes [...] Em uma região onde médicos eram muito raros, os curandeiros gozavam de prestígio e respeito. Acima dos aspectos instrumentais, no entanto, o Jarê atende às necessidades existenciais dos homens em busca de apoio para acalmar seus anseios [...] Nesse processo, cria-se uma comunidade que se organiza à parte da sociedade “dos branco”.<sup>131</sup>

A religiosidade era muito importante no contexto social e no mundo do trabalho, estava intrinsecamente relacionada com os laços herdados da cultura africana e reforçava as alianças e relações entre os grupos sociais, por vezes era motivadora e esperança dos garimpeiros de melhorar as condições de vida enriquecendo através da mineração.

O pesquisador Ronaldo Sena salienta que “a população que se considerava branca tinha medo das nagôs, principalmente as senhoras mais velhas, que faziam simpatias para evitar feitiços”<sup>132</sup>. Como exemplificação do preconceito atribuído às religiões de matriz africana em Lençóis, temos a seguir reportagem do jornal “O Sertão”:

“Candomblé fatal

Alfredo Burgos, o Doutor Burgos, como era conhecido em Lençóis e que, depois de demorada ausência, nos apareceu formado em feitiçaria, aquele que, no ano passado, aqui tanto mistificou e iludiu o nosso povo e que ia até sendo herói num romance de amor com uma das meninas mais bonitas e boas de nossa terra, agora, acaba de ter um fim desastrado.

Em Santo Antônio do Arguim, em Castro Alves, escorraçado de Lençóis, o Doutor montou a sua máquina de mistificação.

Doutor, com companheiros reagiram, matando o Delegado e sendo morto a tiros pela escolta. Que sirva isto, de exemplo para os discípulos que Doutor deixou por aqui”<sup>133</sup>.

O título da reportagem já faz uma referência tendenciosa sobre a notícia, atribuindo um aspecto negativo à religião. No corpo da reportagem, observa-se no relato que o “fracasso” na vida do indivíduo e a morte com fim trágico são cominados às práticas religiosas. A falta de

<sup>130</sup> Na linguagem dos garimpeiros, seria conseguir obter pedras grandes ou uma grande quantidade de pedras de diamantes ou carbonatos.

<sup>131</sup> TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. **Chapada, Lavras, Diamantes**: percurso histórico de uma região sertaneja. Lauro de Freitas: Solisluna Editora, 2021. p. 259-260.

<sup>132</sup> SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé**: manifestação religiosa na Chapada Diamantina... *op. cit.*, p. 71.

<sup>133</sup> **O SERTÃO**. Lençóis, Bahia, 1 de junho de 1930, n. 14. A. 10. Acervo do Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros, Seção Inquéritos criminais.

conhecimento acerca da religião contribuía para aumentar o temor e preconceito com os praticantes.

As reflexões levantadas permitem compreender que costumes e práticas culturais são elementos fundamentais na formação social da população. Nesse sentido, foram apresentados vestígios de experiências dos sujeitos das camadas subordinadas com o intuito de conhecer melhor o cotidiano e as relações de sociabilidades dessa população, percebeu-se que muitas práticas culturais e sociais tinham relação ou influenciavam as relações de trabalho desses indivíduos.

## CAPÍTULO III

### TRABALHO, DINÂMICA SOCIAL E VIOLÊNCIA

#### 3.1 Relações de trabalho

Em Lençóis, além do gradativo esgotamento da mineração no final do século XIX, houve uma severa seca entre os anos de 1897 a 1899, a qual, além de castigar a região com fome extrema, inviabilizou a extração das pedras. Entretanto, a partir do ano de 1900, ocorreu um período de intensas chuvas, o que proporcionou um novo impulso no comércio diamantífero. Dessa forma, no início do século XX, mesmo com o declínio da mineração de diamante, ainda existia a prática da garimpagem, contudo em menores dimensões e abrangência, prática esta que contribuía para a economia local. A exploração do carbonato, substituto do diamante, passou a representar o principal produto da atividade mineral

Havia na cidade um considerável comércio de lojas e pequenos serviços, contando com feiras semanais nas quais eram negociados os alimentos cultivados nos pequenos roçados da região. Essas atividades foram responsáveis pela inserção dos ex-cativos e descendentes após a abolição. Com a emancipação, as relações entre os senhores e os ex-cativos foram transformadas, passando-se para uma relação em que se verificava certo grau de negociação, mesmo que ainda houvesse clara diferença de hierarquia social e de poder.

Nesse sentido, essa nova conjuntura se assemelha ao que Thompson (1998) observou na Inglaterra do século XVIII, ao afirmar que “o trabalho livre trouxera consigo um enfraquecimento dos antigos meios de disciplina social”<sup>134</sup>. Evidentemente, essas modificações nas relações de trabalho não ocorreram sem conflitos. Assim como no processo pela emancipação, os negros e mestiços tiveram que lutar para conquistar melhorias e maiores possibilidades dentro do âmbito da nova configuração de trabalho. Em que pese o acontecimento da abolição, era comum que ex-senhores, inconformados por perder mão-de-obra escrava, utilizassem mecanismos ilegais e violência para obrigarem os libertos a permanecerem em suas propriedades<sup>135</sup>.

Contudo, frente ao novo contexto social, os fazendeiros foram obrigados a aceitar que as relações de trabalho seguissem uma nova organização. Na Bahia, os ex-senhores passaram a

---

<sup>134</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional... op. cit., p. 45.

<sup>135</sup> Ver também: MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da Autonomia Escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão. In **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 8 nº 16, 1988. p. 144-145.

ter que negociar e realizar acordos para manterem os libertos nas antigas ocupações, como salienta Pinho sobre a realidade no Médio São Francisco, mas que pode ser utilizada comparativamente para observar a realidade de Lençóis:

Ex-cativos e suas famílias desempenharam importante papel na implementação do trabalho livre, não assalariado, uma vez que se colocavam como alternativas aos seus senhores, estando subordinados econômica e politicamente à mesma classe senhorial e, ainda, reforçando essa condição pela construção de laços de dependência pessoais forjados ao longo do próprio período escravista<sup>136</sup>.

Nesta perspectiva, é possível ampliar as abordagens de pesquisa para análises dos costumes e vivências históricas de outras populações marginalizadas, atentando para o fato de que essas experiências são múltiplas e diferentes. Utilizamos a fala do autor como norteador para entender outros contextos, em espaços geográficos e temporalidades diferentes, pois as manifestações das experiências da “gente comum” são vivenciadas de forma diferente, por serem influenciadas por contextos sociais, políticos e históricos específicos.

Nesse sentido, uma parte dos ex-cativos permaneceram nas propriedades rurais. Como aspectos que contribuíram para a continuação desse grupo, pode-se apontar: as dificuldades e falta de oportunidades para inserção no mercado de trabalho das cidades; a possibilidade de se adquirir posse de terras como próprias; e os vínculos afetivos desenvolvidos com outros libertos. Como bem aponta Edinelia Souza:

Com todas as dificuldades enfrentadas na tentativa de se inserirem em outros espaços de trabalho que não fossem as fazendas e engenhos, não há dúvida de que os libertos e os recém-saídos da escravidão fizeram uso da prerrogativa legal de indivíduos livres para decidirem sobre seus destinos. Sendo assim, ao optarem por permanecer nas fazendas esses trabalhadores livres, com maior possibilidade de controle sobre o tempo do trabalho, procuraram driblar a necessidade de servir por obrigação e, ao mesmo tempo, mantiveram dimensões de luta pelo acesso à terra, já iniciadas durante a escravidão, de forma que foram construindo cotidianamente sua sobrevivência e cidadania no pós-abolição<sup>137</sup>.

A historiadora destaca em suas análises que uma das formas de participação dos recém-libertos nas estruturas sociais foi através do trabalho rural. Após o processo de emancipação, muitos negros e mestiços decidiram continuar com o trabalho nas fazendas. O estudo dos

---

<sup>136</sup> PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, Quilombolas ou Meeiros?** Escravidão e cultura política no Médio São Francisco... *op. cit.*, p. 142.

<sup>137</sup> SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia.** Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888/1930)... *op. cit.*, p. 121.

movimentos desses sujeitos nas diversas propriedades rurais do Recôncavo Baiano foi fundamental para a compreensão das relações sociais e de trabalho desse período.

Já se sabe que em um primeiro momento a abolição da escravidão possibilitou aos escravos e seus descendentes o afastamento do lugar da memória do cativo, porém poucos foram aqueles que conseguiram “um pedaço de terra próprio” para o cultivo, ou um ofício nas vilas e cidades, o que teria feito com que grandes levas destes permanecessem ou voltassem às fazendas para redimensionar relações de trabalho, práticas sociais e/ou conquistas iniciadas durante a escravidão, muitas vezes, em virtude das próprias “vicissitudes das experiências de liberdade”<sup>138</sup>.

Edinélia Souza desenvolve suas reflexões sobre o contexto do pós-emancipação na Bahia, com o olhar voltado para a atuação ativa dos negros e mestiços. As análises realizadas pela autora, mesmo em se tratando do Recôncavo baiano, podem ser utilizadas para a análise de outros contextos regionais, mantendo-se os devidos cuidados com as especificidades de cada realidade estudada.

Partindo-se do entendimento de que parte dos trabalhadores que desempenhavam atividades no garimpo e nas roças eram descendentes não só de homens livres que tinham se dirigido para Lençóis como também de ex-escravizados, visto a mobilidade geográfica ocorrida no período: as mudanças conjecturais do pós-abolição foram sentidas igualmente nas relações entre esses trabalhadores e os proprietários de terras da região.

Levando-se em consideração, por outro lado, que as relações de trabalho eram não assalariadas, a negociação dos garimpeiros e lavradores com os proprietários das terras se realizava a partir da troca de mercadoria — nesse caso, na divisão das pedras de diamante e de carbonato que eram encontradas e na divisão do produto que era gerado a partir do trabalho nos roçados.

Em um processo criminal descrito como invasão de terras e roubo de animais datado de 1917, observa-se um exemplo de tensão de trabalho, o negociante e dono de terras Baldorino Bispo acusa o roceiro Marcolino Joaquim de Santa’ Ana de roubo e desistência do trabalho antes firmado pelas partes. O denunciante deu o seguinte testemunho presente no inquérito policial:

Perguntado como se deu o feito de que relatou na sua petição de queixa de folha? Respondeu que estando em sua casa de negócios em praça desta cidade no dia quinze de junho do corrente ano, chega um indivíduo que me era estranho comprando umas mercadorias em minha mão travamos em conversação o dito indivíduo disse me o nome e a onde ele morava dizendo também que a encontrasse um emprego aqui nesta cidade vinha trabalhar afim de ganhar o pão para seus filhos, tendo eu declarante um sítio em abandono e querendo fazer progredir o dito sítio combinamos para ele vir com a sua

<sup>138</sup> SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia**. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888/1930)... *op. cit.*, p.19.

família e um seu compadre e companheiro de trabalho para tomar conta do dito sítio para tirarem a meia dos produtos do sítio. Perguntado se havia roças ou chácaras frutíferas e pastagens que da li já pudessem colher alguns resultados logo que chegaram? Respondeu que no dito sitio apesar de estar abandonado a tempos e tudo no aberto ainda existia uma casa coberta com telhas uns pés de jaqueira, laranjas tangerina não existindo poços e nem frutas e nem tão pouco pastagens que dali pudessem colher proveitos logo que chegassem. Perguntado como foi feito os contratos logo que este indivíduo Marcolino e o seu compadre e companheiros Manoel Felipe? Respondeu que entregou da forma seguinte: Para eles deitarem roças e limparem vazantes para plantações de arroz e deitarem roças nos altos para plantarem mandioca e ele declarante dando a ele os necessários que precisarem para esses fins, como para seus provimentos sementes que precisarem, ferramentas, até quando houvesse os produtos das ditas roças para dividirem a meia, e na meia dos trabalhadores Marcolino e Manoel Felipe, para eu receber os que eles fornecia durante esta tal colheita. Perguntado se sabe motivo porque estes homens deixaram de trabalhar conforme a sua petição de queixa de folhas duas e a causa de ficarem lhe devendo esta quantia também, relatada na mesma petição? Respondeu que diz ele a razão de estar com toda a família doente de febre ignorando outro motivo. Perguntado se ele declarante foi olhar o trabalho feito por eles? Dizendo ele ter cerca de duas tarefas de terra limpa<sup>139</sup>.

A partir do relato observamos que fora estabelecida uma relação de trabalho baseada na divisão dos artigos produzidos em partes iguais, em que o lavrador entraria com a força de trabalho enquanto o dono das terras forneceria meios para desenvolvimento das atividades. Contudo, o reclamante aponta que após prover os recursos firmados, o lavrador desempenhou suas funções por pouco tempo e depois interrompeu o contrato firmado, ficando assim lhe devendo o dinheiro investido, cerca de 30,000 reis e seu companheiro de serviço outra quantia de 40,000 reis, além de terem roubado quatro animais que lhe pertenciam.

O acusado, Marcolino Joaquim de Santa'Ana, casado, natural de Santo Antônio de Jesus, lavrador, sobre a queixa apresentada contra ele respondeu que:

Chegado nesta cidade trazendo a família e meia praça me deparando com a venda de Baldorino Bispo e travando relações dizendo que tinha um com sitio para quem queria tomar conta de praça, eu Marcolino se assim for que ele vinha tomar conta da seguinte forma: que o senhor Balri todos os elementos necessário para os fins como dinheiro para despesas, ferramentas e as sementes enfim tudo que exigisse as despesas para quando houvesse os frutos da mesma lavoura depois de tirasse a sua meia o que tocasse ele declarante ser vendido para pagar o senhor Baldorino fornecimento que fizesse durante o período falando mais ele que dava para os seus trabalhos quadro animais para carregar a lenha, de meia o que não cumpriu. Perguntado como foram feito os contratos e se foi feito por escrito? Respondeu que não fora feito por escrito.

É possível observar contradições nas narrativas apresentadas, ambas as partes acusam a outra de quebra do contrato verbal que tinham firmado, percebe-se que havia tensão na relação

---

<sup>139</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 25. Ano: 1925. Processo: 328.

estabelecida, e informações que eram opostas, como a divergência em relação ao fornecimento dos animais para o trabalho. Uma prática percebida nesse processo e em outros é que os acordos realizados eram firmados oralmente, sem o registro por escrito o que de certa forma contribuía para o desencontro de informações.

Outro aspecto que chama a atenção é o motivo para interrupção do serviço, a família fica doente e buscando um tratamento o sr Marcolino decide deixar o trabalho. Afirmou “que esteve por quatro meses e tanto e retirou-se devido sua família ficarem doentes e com recursos de tratamento e devido os contratos não serem como foram principados”<sup>140</sup>, a notícia não foi bem recebida por Baldorimo achando que levava um golpe. O desfecho do processo aconteceu a partir da negociação de um acordo entre as partes, ficando o dinheiro investido como forma de pagamento do serviço até então prestado, contudo, o lavrador se comprometia em devolver os animais que fora levado.

O capital comercial, representado, na maioria dos casos, pelos coronéis, fornecia aos garimpeiros meios para exploração do diamante e depois para a aquisição do produto, mas evidentemente o coronel determinava as condições e os valores dessa negociação. Aos roceiros restava o trabalho nas fazendas, ao qual estavam subordinados aos desmandos de seus chefes. Nesse contexto, o coronel tornou-se a personificação do capital comercial na região, e mais: ele centralizava o domínio das propriedades de terras e representava o Estado, mas para a manutenção dessas condições faziam uso do poder de violência<sup>141</sup>.

Os garimpeiros e lavradores, por sua vez, possuíam apenas sua força de trabalho como forma de enriquecimento, porém “esta meta só poderia ser alcançada mediante uma sorte extraordinária” e, mesmo que o garimpeiro livre achasse a grande pedra, “os acessos ao segmento mais alto não se abriam”<sup>142</sup>. A sociedade era bem demarcada, mesmo conseguindo uma grande quantidade de dinheiro com a venda de diamantes era muito difícil alcançar uma ascensão social. “Por esse motivo, só lhe restava gastar sua fortuna advinda do bambúrio em grandes farras, fazendas finas, bebidas e mulheres, ‘por necessidade de imitação dos salões dos pedristas’”<sup>143</sup>.

Circunscreve-se que nessa discussão a categoria do trabalho se compreende a partir das elaborações feitas por Marx. Neste sentido, a abordagem do materialismo histórico refere-se à configuração da organização humana nas diversas sociedades ao longo da história, ou seja, como

<sup>140</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 25. Ano: 1925. Processo: 328.

<sup>141</sup> TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas...** *op. cit.*, p. 216.

<sup>142</sup> SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé:** manifestação religiosa na Chapada Diamantina... *op. cit.* p. 47.

<sup>143</sup> *Ibidem.*, p. 48.

foram construídas as relações sociais humanas. Partindo-se dessa premissa, a ação que possibilita a produção das condições materiais de vida é o trabalho, logo, conseqüentemente, o desenvolvimento da produção e a reprodução da vida por meio do trabalho são temas que possuem destaque, uma vez que o modo de produção da vida material é elemento basilar para a compreensão dos aspectos sociais, políticos, intelectuais e econômicos.

O conceito de trabalho na discussão marxista é entendido de forma ampla, através de seu caráter filosófico, sendo a atividade central na dinâmica das relações dos homens entre si e com a natureza, pois é uma ação vital, essencial para o desenvolvimento da sociedade. Inicialmente os indivíduos retiravam da natureza apenas o que necessitavam, posteriormente, passaram a serem produzidos os excedentes, o que propiciou a criação da divisão social do trabalho.

O método materialista histórico-dialético é utilizado pela historiografia para a análise de diversos fenômenos históricos. Contudo, Marx elaborou sua teoria a partir da sociedade que o inquietava, ou seja, a sociedade europeia capitalista. Ao utilizarmos a abordagem do materialismo histórico para análise de outros fenômenos e em contextos históricos diferentes, faz-se no sentido de o utilizarmos como filosofia da história, como referência de estudo para a compreensão de uma determinada sociedade.

Guardadas as devidas ressalvas, ao analisarmos o contexto social lençoesense, percebe-se que havia um movimento no qual os indivíduos, donos das terras, se apoderaram das condições de produção e do produto e determinaram os mecanismos de exploração dos trabalhadores. Observa-se que, mesmo que os trabalhadores tivessem algum poder de negociação, essa relação era alicerçada no desequilíbrio de forças, uma vez que “o domínio dos possuidores dos meios de produção não se restringe à esfera produtiva: a classe que detém o poder material numa dada sociedade é também a potência política e espiritual dominante”<sup>144</sup>. Contudo os trabalhadores não eram alheios às movimentações sociais, pois a:

[...] subordinação representava uma adaptação a novas realidades. Fica claro que os indivíduos ou os segmentos sociais agem, política e estrategicamente, dentro de um determinado contexto histórico, sem deixar de se influenciar pelos elementos culturais de suas formações nos momentos de tomada de decisões. Assim, diferente de expressarem uma forma de alienação política, as readaptações realizadas no quadro de subordinação ao poder expressaram as opções políticas tomadas diante de uma dada conjuntura. Essa é uma das faces do ser político, agente do seu próprio destino, que, mesmo de forma caótica, avalia as condições das conjunturas e construções sociais de forma

---

<sup>144</sup> QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O. e OLIVEIRA, M. G. M. **Toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber...** *op. cit.*, p.40.

objetiva, e é levado, por sua consciência, a tomar decisões que correspondam aos seus interesses imediatos<sup>145</sup>.

É imperativo compreender que a subordinação desses grupos não deve ser tida como aspecto totalmente limitador de suas ações, visto que não é cabível presumir que os trabalhadores livres não estariam preparados para realizar movimentações que lhes beneficiassem.

Em um processo cível datado de quatro de fevereiro de 1930, encontra-se uma disputa pelo valor da venda de uma pedra de carbonato. O garimpeiro Apríjio Leão Macedo, que tinha encontrado um carbonato no valor de onze contos de reis, entregou um quinto do valor ao dono da terra, o Coronel Horácio de Mattos; após, tentou entregar a quantia correspondente a um quarto de seu serviço no garimpo ao negociante Fernando Madureira; este, por sua vez, recusou a receber o valor, alegando que deveria receber meia parte do valor; o garimpeiro alegou ter vendido apenas um quarto do serviço, através de um acordo verbal entre as partes. Assim, houve uma divergência entre as partes e o garimpeiro realizou um requerimento para depositar em juízo o valor resultante da venda do minério, até que o conflito fosse resolvido, ação orientada pelo Coronel Horácio de Mattos<sup>146</sup>.

A partir desse caso, observa-se que o coronel, por vezes, era mediador de tensões, possuindo autoridade política, a qual utilizava para validar decisões. A representação do grande líder está presente na memória coletiva, porque suas ações se tornaram referência das experiências dos sujeitos que vivenciaram o auge da consolidação do coronelismo em Lençóis. Observa-se com o relato presente no processo que muitos garimpeiros não se calavam diante de situações desfavoráveis, já que recorriam a maneiras e recursos na tentativa de minimizarem as situações que consideravam injustas.

Na prática os donos de terras tinham o privilégio em optar em explorar ou não pedras preciosas em suas propriedades. Quando escolhida a opção pela exploração, por vezes as áreas eram arrendadas para os denominados *donos de garimpos*, que tinham que pagar ao proprietário uma percentagem calculada sobre a quantia oferecida pelo capangueiro na compra dos minerais, em subdivisão do *quinto*.

Os garimpeiros trabalhavam como diaristas ou como meia-praças. Na primeira modalidade, o diarista trabalhava para o dono da propriedade, ganhando por dia trabalhado, e o garimpeiro deveria pagar um *quinto* das pedras encontradas. Os diamantes e carbonatos

---

<sup>145</sup> PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, Quilombolas ou Meeiros?** Escravidão e cultura política no Médio São Francisco... *op. cit.*, p. 142.

<sup>146</sup> FDCBV. Seção: Processos cíveis. Pasta. 331-335. Ano: 1930. Processo: 338.

tinham que ser vendidos aos capangueiros ou aos mosquitadores. Na venda para os mosquitadores, havia a possibilidade de burlar a necessidade de pagar o quinto, uma vez que as pedras eram pequenas e poderia ser ocultada a existência delas<sup>147</sup>.

A relação de trabalho na qual o garimpeiro era meia-praça, no primeiro momento, aparentava certa liberdade para os trabalhadores, visto que eles poderiam escolher com quem negociar as pedras. Contudo, posteriormente foi estabelecida uma nova relação, e que se tornara a mais regular,

O fornecedor é uma espécie de empresário do garimpeiro. Por meio de acordo verbal, ele se compromete a pagar uma quantia semanal ao garimpeiro, quer ele *bamburre* (encontre boas pedras) ou *infuse* (encontre apenas pedras de baixo valor ou nenhuma pedra). Quando o garimpeiro encontra pedras, ele as repassa ao fornecedor. Após extraído o quinto, de direito do dono de serra, e efetuada a venda das pedras, o valor é dividido ao meio<sup>148</sup>.

Nessa relação o fornecimento, em grande parte dos casos era o próprio dono da propriedade em que o garimpeiro explorava diamante, obrigava o garimpeiro a negociar a venda das pedras diretamente com ele, seu fornecedor.

Tudo isto posto, o que se propôs neste tópico foi apresentar uma breve discussão desses referenciais teórico-metodológicos utilizados para jogar luz sobre as experiências comuns das camadas populares e contradições entre os coronéis, enquanto detentores do poder local, e os lavradores e garimpeiros, enquanto categorias de trabalhadores subalternizados. Podem-se utilizar os conceitos apresentados como norteadores da análise de outros fenômenos em outros contextos históricos, neste caso especificamente, ao pensar as dinâmicas sociais estabelecidas a partir do fenômeno do coronelismo no interior baiano, entre os grupos subalternizados e os coronéis, daí a necessidade de se ter uma filosofia da história para fundamentação do processo de análise desse tema.

### 3.2 Dinâmica social dos trabalhadores

Ao estudar sobre Lençóis a partir dos anos 1900, entende-se que era uma cidade que possuía uma extensa região rural, na qual a força de trabalho era representada por diversas categorias de trabalhadores, e havia concentração de propriedade e controle político e social centrado nas famílias oligárquicas. Vale salientar que a distância dos grandes centros urbanos

<sup>147</sup> TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas...** *op. cit.*

<sup>148</sup> MANGALI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos:** o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)... *op. cit.* p. 76.

e a falta de instituições fiscalizadoras do Estado contribuía para a consolidação de redes de alianças e de dependência da população mais carente com os coronéis do interior. Sobre o contexto regional desse período, Souza expõe que:

Não resta dúvida de que os primeiros tempos da República Brasileira foram marcados pelo domínio político das oligarquias agrárias. Mas também foi naquele contexto que se configurou o campesinato negro mestiço, através de diferentes categorias de trabalhadores rurais. Logo, é através da evidência dos traços característicos das relações estabelecidas entre estes e os proprietários rurais que se pode reavaliar o tão difundido fenômeno do “coronelismo”, concebido como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”<sup>149</sup>.

Nesse sentido, o dever social “imposto”, e “esperado”, da população pobre nessa relação era o de seguir as orientações e as exigências do chefe local. A dinâmica social funcionava de certa forma que o coronel tinha um controle sobre seus subordinados. Assim, essa figura tornou-se relevante nesse contexto, pois o coronel personificava o poder na região, sendo o principal detentor das terras que eram utilizadas para a exploração mineral e desenvolvimento de roçados. Dessa forma, ficou estabelecida uma estrutura de exploração do trabalho dos garimpeiros e lavradores. É importante salientar, tal qual Pinho apontou para a realidade sertaneja, e que pode ser utilizada para reflexão da realidade social analisada, que:

A herança histórica e social desses agentes políticos foi utilizada na adoção do trabalho livre em bases pré-capitalistas. O paternalismo, associado à violência, parece ter dado origem a relações de poder, seja de caráter econômico, baseadas em relações de trabalho livre não-assalariado, que sobrevivem até os dias de hoje no alto sertão baiano, seja de caráter político, em relações de clientelismo que se expressa no coronelismo, ou ainda se manifestam como parte da cultura política<sup>150</sup>.

Em análise comparativa que contribui para a reflexão, Thompson afirmou sobre a realidade inglesa no século XVIII que, “o paternalismo pode ser [...] um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais”<sup>151</sup>. O conceito de paternalismo pode ser aplicável no contexto do coronelismo para se compreender a dinâmica que era estabelecida entre os coronéis e seus apadrinhados e clientela, visto que os proprietários de terras utilizavam o seu poder de mando para aumentar seu monopólio na esfera pública.

<sup>149</sup> SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia**. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888/1930)... *op. cit.*, p.19.

<sup>150</sup> PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, Quilombolas ou Meeiros?** Escravidão e cultura política no Médio São Francisco... *op. cit.*, p. 142-143.

<sup>151</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional...** *op. cit.*, p. 32.

As tensões políticas por vezes envolviam os trabalhadores, como foi o caso do atentado a tiros contra o Deputado Estadual Manoel Alcântara de Carvalho, apoiador de Horácio de Mattos. Segue trecho do relato da vítima:

Perguntado se os referidos indivíduos são garimpeiros ou trabalhadores de alguém? Respondeu que são garimpeiros de Victoriano Matta. Perguntado se sabe ou presume o motivo da agressão de que se diz ter sido vítima? Respondeu que é pública e notória nesta cidade e região a animosidade e despeito tanto de Vitoriano Matta como de outros amigos do Cel. Cesar contra ele respondente, isto, nem só por motivos políticos (...) ele respondente chegou com a circulação do periódico desta cidade, O Sertão de quinze do corrente, que trouxe nesse só um artigo exprobando o proceder do Capitão Motta Coelho, então Comandante da Companhia Regional por agir protegendo escancaradamente os camaradas e jagunços de Victoriano Matta, aos quais permitia andar em ostensivamente armados insultando e atirando nas ruas desta cidade<sup>152</sup>.

Os acusados do atentado eram João de Rosalia e Militão, homens que trabalhavam como garimpeiros na propriedade do Cel. Victoriano Matta. Este fazia parte do grupo sazinista, tendo grande rivalidade com o deputado e com Horácio de Mattos. O atentado foi orquestrado por Matta e tinha o consentimento do capitão João da Mota Coelho, contudo, após o afronte, as forças horacistas invadiram a cidade de Lençóis e expulsaram o capitão. Com essa passagem, percebemos que os garimpos quando requisitados agiam como jagunços dos coronéis, realizando ações criminosas e violentas.

A desigualdade de poder resultava na exploração dos dependentes e na ascensão econômica e social dos coronéis. Por vezes os donos locais utilizavam de sua influência para ‘driblar’ as leis federais e estaduais que obrigavam a legalização das minas e jazidas.

Na Bahia, por exemplo, na época dos coronéis, dos quais Horácio de Mattos foi o pontífice, com corte na cidade de Lençóis, ‘Capital da Chapada Diamantina’, por muitos anos, a lei efetiva era a que impunha, com força militar própria, constituída de jagunços. Os coronéis, nas suas respectivas áreas, eram, de fato, os legisladores, juízes e o Governo, e alguns paternalistas humanitários<sup>153</sup>.

As relações entre os proprietários de terra e os trabalhadores eram baseadas no domínio, no emprego de violência e em tensões inerentes ao próprio sistema local. A exploração mineral acontecia em pequena escala, por meio da exploração individual. Isso se devia ao fato de que a distribuição dos diamantes e carbonatos era esparsa. Nos momentos em que a produção era

<sup>152</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 29. Ano: 1922. Processo: 303.

<sup>153</sup> CATHARINO, 1986, 217-2018 apud TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas...** *op. cit.* p. 221.

muito pequena, principalmente influenciada por períodos de estiagem, tornava-se comum o deslocamento para atividades em lavouras.

Havia muita instabilidade na mineração da região e que afetava diretamente os trabalhadores, isso ocorria por causa do tipo de exploração que era adotado, o qual necessitava dos fluxos de água dos rios para a lavagem do cascalho, assim nos períodos de seca a produção caía consideravelmente<sup>154</sup>.

Chegou a formar-se um processo de migração sazonal, acompanhando o ciclo das águas. Estas eram as alternativas durante a seca, trabalhar de *alugado* ou ir para a roça. As possibilidades de inserção social para os trabalhadores na região são, portanto, roça ou garimpo. A forma das relações de com que o trabalho se insere na região de mineração é marcada pela alternativa da vida na roça<sup>155</sup>.

Os garimpeiros e lavradores faziam parte das categorias de trabalhadores responsáveis pela movimentação da economia da cidade.

Para transformar diamantes e carbonatos em riquezas é necessário vendê-los, e para vendê-los é necessário ir à cidade. É a partir da cidade que se é rico e é neste ponto que a diferença entre garimpeiro e roceiro, observável nos personagens, é obscurecida pelas relações regionais de trabalho: pertencem à mesma classe social, os expropriados, livres como pássaros<sup>156</sup>.

Dessa forma, ambos os tipos de trabalhadores citados eram pertencentes à mesma categoria social, com a diferença de que o garimpeiro tinha a perspectiva de que um dia poderia obter um enriquecimento, mesmo que momentâneo, através dos bamburros. Os garimpeiros que trabalhavam na área rural se deslocavam para a cidade quando encontravam pedras que podiam ser vendidas para algum capangueiro, e quando isso acontecia muitas vezes gastavam o dinheiro que com tanto sacrifício conseguiram em jogos, bordeis e bebedeira.

“Com o fim da escravidão, o trabalho no garimpo” passou a novas configurações, passando a exigir “o trabalho em grupo, denominado “companhias”, para substituir a mão de obra escrava [...] eram compostas por garimpeiros trabalhavam juntos e dividiam tarefas, de acordo com a experiência de cada um”<sup>157</sup>.

Neste caso, o lucro auferido após a venda era dividido pelo coletivo por acordo definido anteriormente. Aqui vale a palavra, ou o “fio do bigode”, seja porque

---

<sup>154</sup> SOUZA, Edinelia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia**. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888/1930)... *op. cit.*, 2012;

<sup>155</sup> TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**... *op. cit.*, p. 172, grifos do autor.

<sup>156</sup> *Ibidem.*, 172.

<sup>157</sup> NOLASCO, Marjorie Cseko; ROCHA. Antônio José Dourado. O garimpo na Chapada Diamantina: 1800-2020. *In*: PINHO, José Ricardo Moreno; NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Capítulos de História da Bahia Formação econômica**. Salvador: EDUNEB, 2020, p. 343.

a maioria dos garimpeiros é analfabeta, seja por conta de código de conduta que permitem violentas ações em caso de descumprimento de acordos, com a anuência de todos e o silêncio absoluto sobre a ocorrência. Tais características podem ser o motivo de se considerar, até hoje, terras de garimpo violentas ou sem lei, o que não é exatamente verdade<sup>158</sup>.

Ainda sobre essas relações tensas que permeava o ambiente de trabalho no garimpo, segue o relato de um processo sobre invasão e furto na propriedade de Cel. Victoriano Matta, acusação feita pelo administrador e zelador coronel e intendente Armando Spínola. Segundo os relatos, no garimpo denominado Onça, cerca de meia légua da cidade de Lençóis, o garimpeiro Ludugerio e seus companheiros teriam se apossado de um monte de cascalho; que, após a lavagem deste, teriam encontrado vários diamantes; e que estes teriam sido vendidos sem se entregar o quinto das pedras ao proprietário da serra.

Um dos garimpeiros, que também trabalhava no garimpo, relatou que “(...) ele testemunha pegou três mosquitos<sup>159</sup> e deu-lhes para vendê-los nada porem recebendo ele da vendagem”. Outra testemunha, ao ser questionado “se seus companheiros de garimpo havia retirado da gruna diamantes e depois tivera vendido”, afirmou que “sabia por lhe haverem dito seus outros companheiros”. A testemunha continuou seu depoimento afirmando que o acusado, após “feito dinheiro com o garimpo ali perdeu em jogo nesta cidade”. A descoberta de que os trabalhadores perderam todo o valor da venda em apostas de jogos na cidade provocou ainda mais a raiva do coronel. Outra testemunha do caso “declarou [...] que encontrou Ludugerio lavando um cascalho pertencente a eles, e que o mesmo Ludugerio declarava que não continuava naquele serviço mais”<sup>160</sup>.

O caso fica mais interessante quando analisamos o depoimento do acusado:

Ele respondente fora lavar um cascalho dentro de uma gruna que dizem ser pertencente ao cidadão Victoriano Matta no garimpo do Onça mais que elle respondente sabe que não pertence a ele Victoriano pois é terreno devoluto conforme lhe informara o Dr. Paulo, Diretor de Terras e Minas nesta cidade, lá chegando na gruna com seus companheiros Francisco Felix e Joaquim Abbade de Macêdo lavaram o cascalho (...) e na apuração pegaram três diamantes sendo dois mosquitos finos e uma pedra defeituosa de quatro grãos

<sup>158</sup> NOLASCO, Marjorie Cseko; ROCHA. Antônio José Dourado. **O garimpo na Chapada Diamantina: 1800-2020**. *Op. cit.*, p. 343.

<sup>159</sup> As pedras preciosas pequenas eram chamadas de mosquito.

<sup>160</sup> FDCBV. Seção: Processos cíveis. Pasta 23. Ano: 1923. Processo: N/C.

e um quarto que ele respondente vendeu, esta, por cento e cinquenta mil reis a um capangueiro de Palmeiras (...) e os dois mosquitos por quinze mil reis<sup>161</sup>.

O processo não foi finalizado, havendo apenas o inquérito policial, mas contém importantes informações. A princípio se tratava de invasão e roubo de diamantes, contudo, a fala do denunciado aponta que havia um impasse com relação à posse do garimpo. Segundo ele, a área não pertencia ao coronel, visto que se tratava de terras devolutas, ou seja, pertencentes ao Estado, portanto não integrando o patrimônio particular. Esse processo demonstra que havia tensões nas relações entre subordinados e a elite econômica, e que nem sempre os trabalhadores eram subservientes. Percebe-se também que a tal sonhada ascensão social que muitos indivíduos buscavam no garimpo não era alcançada, porque, mesmo obtendo resultado do trabalho nas serras, os ganhos deles eram utilizados para manter vícios e outras atividades.

Em outro processo pode ser observado uma tentativa de roubo:

Alfredo, o denunciado, tendo premeditado assassinar alguém para roubar, convidou a diversos negociantes de diamantes, como fossem João Moreira, Antônio Alvares Barretto e Antônio Bibeiros Anjos, para irem a certo ponto comprar um carbonato de um individuo, de sua facção com certeza, o qual não podia entrar nesta Cidade, por ser criminoso. Não tendo estes negociantes acedido ao malvado convite do denunciado, este dirigiu-se a Francisco José de Sousa, a quem conhecia, há dois anos, pouco mais ou menos, a que vezes vendia diamantes, e referiu-lhe que tinha um grosso carbonato para vende-lhe, porem ocultamente, por quanto o verdadeiro dono estava impossibilitado de entrar na Cidade, sendo portanto preciso realizar o negocio fora. Francisco, mais corajoso [...] pôs-se a caminho [...] e em chegada no sítio denominado \_Companhias\_ separa para melhor examinar o carbonato e poder pesa-lo; quando o denunciado dá-lhe um lenço amarrado dizendo-lhe: O carbonato está dentro. No ato de Francisco principiar a desamarra-lo [...] Alfredo, que se conservava de pé, em frente à sua vítima, fez-lhe um ferimento com arma de fogo, cujo projétil, lesando-o [...] não tendo o paciente tempo para repelir a ofensa; e não tendo morrido, como deseja o seu agressor, foi ainda pelo mesmo furiosamente agarrado pela garganta afim de asfixia-lo; estabelecendo se entre os dois uma luta titânica, podendo felizmente Francisco livrar-se da sanha daquele bárbaro, perversamente lhe queria arrancar a existência; alvejando depois o outro tiro na sua vitima quando corria para longe das garras do seu desumano agressor<sup>162</sup>.

No processo encontra-se a seguinte descrição do acusado: “Alfredo Pereira Maciel é garimpeiro pobre, de maus costumes, pede dinheiro a um e a outro; é, outrossim, dado à mentira, e propende para a pratica de atos, que além de reprováveis, se acompanham de violência”<sup>163</sup>.

<sup>161</sup> FDCBV. Seção: Processos cíveis. Pasta 23. Ano: 1923. Processo: N/C.

<sup>162</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 16. Ano: 1914. Processo: N/C.

<sup>163</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 16. Ano: 1914. Processo: N/C.

Em alguns casos, pode ser visto que alguns garimpeiros que não conseguia enriquecimento através do trabalho e acaba por efetuar alguns crimes em busca de algum ganho.

Portanto, nesta zona diamantífera, que compreende varias comarcas, vivendo-se essencialmente da extração de diamantes e do carbonato, indústria que atraem para esta vasta e opulenta região do Estado, grandes capitães estrangeiros e nacionais, certamente eles se haviam de retrair [...] se um ladrão que tenta matar e roubar [...] ficasse impune<sup>164</sup>.

Nos autos do processo não há o testemunho do acusado, visto que é afirmado que ele tinha fugido para o termo de Paramirim para trabalhar na fazenda de um parente, e não sendo recuperado pela força policial.

Dessa forma, as relações entre os grupos subalternizados e o poder local eram estabelecidas principalmente por meio do trabalho e suas negociações. Em algumas situações, os trabalhadores, subordinados aos seus patrões, acabavam se envolvendo em ações violentas, principalmente quando o contexto político se acirrava. Os trechos retirados dos processos mostram que é nas ações concretas, nas experiências conscientes dos sujeitos reais que são encontrados os costumes, em uma sociedade marcada por práticas agrárias e que as relações entre os diferentes grupos são ligadas à terra.

### **3.3 Cotidiano e violência**

Ao refletirmos sobre a realidade na Chapada Diamantina, é possível observar que uma parcela dos garimpeiros e trabalhadores rurais se agrupava a partir de experiências compartilhadas entre si e de suas vivências em comuns. Constatamos, ainda, a variedade entre as categorias sociais, e que muitas delas estavam sujeitas a subalternidade.

Essas experiências desses sujeitos foram transmitidas ao longo do tempo. Os garimpeiros e roceiros possuíam histórias e saberes que eram partilhados entre seus pares, muitas vezes relacionados ao âmbito do trabalho, como aspectos ligados à extração de minérios e ao manejo com a terra. Essa realidade pode ser refletida a partir de algumas colocações de Thompson a respeito de noções como: experiência e trabalho na realidade inglesa do século XVIII, visto que o processo de aquisição de conhecimento de uma nova atividade traz consigo princípios sociais, que passam por transformações lentas e que acabam por moldar as experiências dos indivíduos e a transmissão dessas entre as gerações.

---

<sup>164</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 16. Ano: 1914. Processo: N/C.

Na sociedade rural, mas também nas áreas manufatureiras e mineiras densamente povoadas (as regiões produtoras de tecido do Oeste da Inglaterra, o território dos mineradores de estanho da Cornualha, o Black Country), encontramos uma herança importante de definições e expectativas marcadas pelo costume. O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe à sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismos de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não têm um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade.

As práticas e as normas se reproduzem ao longo das gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes. As tradições se perpetuam em grande parte mediante a transmissão oral, com seu repertório de anedotas e narrativas exemplares <sup>165</sup>.

No cenário regional estudado, o garimpo representava uma possibilidade de conseguir alguma conquista material capaz de melhorar as condições de vida dos desfavorecidos. Os garimpeiros muitas vezes tinham roças de subsistências ou trabalhavam e recebiam diárias na lavoura. O inverso também acontecia: muitos lavradores se aventuravam na exploração mineral e a alternância entre as atividades ou mesmo o desempenho delas concomitantemente era frequente <sup>166</sup>.

É importante salientar que a posse das propriedades de terras na Chapada Diamantina, região na qual Lençóis está inserida, em sua maior parte, pertencia a um coronel ou indivíduo semelhante, contudo, eram estabelecidos acordos entre os donos e os garimpeiros, para que esses últimos pudessem trabalhar e estabelecer moradia. “Na Chapada o dono da terra poderia doar terreno para o garimpeiro morar ou fazer sua casa, e esta casa, enquanto estivesse ocupada pertencia àquele para qual foi feita a doação e a seus descendentes. O terreno, porém continuava sendo daquele que doou” <sup>167</sup>.

Característica relevante sobre o trabalho no garimpo era que alguns dos utensílios e ferramentas utilizados, além do significado prático, possuíam um aspecto social, a exemplo do picuá ou piquá, feito de cipó e utilizado para guardar e proteger os diamantes encontrados nos leitos dos rios e nas grunas (Figura 4).

<sup>165</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional... *op. cit.*, p.17-18

<sup>166</sup> TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**... *op. cit.*,

<sup>167</sup> NOLASCO, Marjorie Cseko; ROCHA. Antônio José Dourado. O garimpo na Chapada Diamantina: 1800-2020. *Op. cit.*, p. 351.

**Figura 4 - Picuás, objetos utilizados para guardar os diamantes**



Fonte: Disponível em: <http://blogmiaira.blogspot.com/2012/10/diamantes-na-chapada-diamantina-bahia.html>. Acesso em 15 fev. 2022.

Porém, o picuá também era usado para não haver contato físico entre o garimpeiro e o coronel no momento da partilha dos diamantes, expondo, assim, a hierarquização e marginalização social daquela época<sup>168</sup>.

Para continuar a análise das tensões, também se torna necessário recorrer às diversas experiências da população. A categoria da experiência passa a ser vista como elemento importante para se compreender as relações sociais. Entendendo a experiência a partir de uma perspectiva dialética<sup>169</sup>.

A dialética marxista desconsidera o idealismo, estabelecendo-se na reflexão do movimento real. Dessa forma, a partir do pensamento de Marx, entende-se que “a análise da vida social deve, portanto, ser realizada através de uma perspectiva dialética que, além de procurar estabelecer as leis de mudança que regem os fenômenos, esteja fundada no estudo dos fatos concretos, a fim de expor o movimento do real em seu conjunto”<sup>170</sup>. Nesse sentido, o princípio da contradição aponta que ao refletir sobre a realidade deve-se partir do empírico, isto é, da realidade dada, mediante reflexões teóricas, para alcançar uma compreensão mais elaborada.

O método materialista da história, parte do entendimento que o modo pelo qual os homens constroem suas condições de vida, e, em última instância, suas relações materiais são

<sup>168</sup> SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé**: manifestação religiosa na Chapada Diamantina... *op. cit.*, 1998; MANGILI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos**: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)... *op. cit.*, p. 64; MARTINS, Romulo de Oliveira. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.”** Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888)... *op. cit.*, p. 37.

<sup>169</sup> ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. In TUCKER, Robert C. (org.) **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 07 dez. 2022.

<sup>170</sup> QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O. e OLIVEIRA, M. G. M. **Toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber... *op. cit.*, p. 28.

determinantes para estabelecer o conjunto das demais relações em uma dada sociedade, e, que, uma vez erguidas às bases ideológicas, infraestrutura e superestrutura passam a se intercalar simultaneamente.

A violência, no contexto de centralidade oligárquica, era utilizada como recurso de dominação de uma classe sobre outras. Destarte, os coronéis faziam uso de força para reforçar as relações de dependência e controle. Nos períodos eleitorais, os coronéis utilizavam de toda sua autoridade e poder para influenciar os resultados, e por vezes fraudá-los. É importante salientar que, em muitos casos, ações brutais dos chefes locais eram protegidas pelas autoridades governamentais, recebendo um “status” de legalidade. Nos processos há uma incidência maior de crimes realizados por garimpeiros, contudo, não quer dizer que a elite não praticava atos criminosos, em muitos casos os proprietários de terras mandavam outros sujeitos executarem os crimes.

Entre os garimpeiros, caixeiros, pequenos comerciantes, e tantos outros sujeitos que compunham os estratos mais baixos da sociedade local, os enfrentamentos e os combates físicos eram constantes. Isso contribuía para a maior frequência desses sujeitos entre os processos crimes. Contudo, os expedientes combativos parecem não ter sido exclusividade dessas camadas. Entre a elite, a violência adquiria outras feições. Esses sujeitos geralmente contratavam outros homens para perpetrar ações dessa natureza em seus nomes<sup>171</sup>.

Glaybson Silva realiza seu trabalho sobre a sociedade lençoense de meados do século XIX, contudo, seus apontamentos podem ser utilizados para refletir sobre o contexto republicano, visto que algumas características e estruturas foram mantidas, como a forma em que os homens pertencentes às categorias mais altas agiam frente às tensões, ao contratar indivíduos para executar ações criminosas.

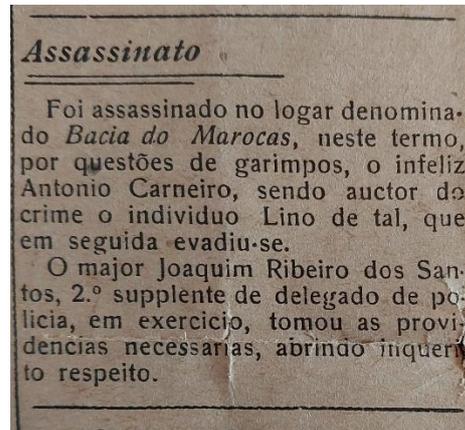
Assinala-se, ainda, que a violência era um aspecto presente no cotidiano da sociedade lençoense no geral, permeando o ambiente de trabalho, os períodos eleitorais, e sendo utilizada como instrumento de mediação da dinâmica social e recurso de dominação de uma classe sobre as outras, mas que estava presente em todas as categorias sociais. Podemos perceber que a violência vivenciada foi uma “herança” dos tempos coloniais e que continuou sendo reproduzida no período republicano<sup>172</sup>.

<sup>171</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)...** *op. cit.*, p. 21.

<sup>172</sup> Glaybson Guedes Barboza da Silva em sua dissertação intitulada **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis: virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)**. Dissertação. Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. 2012. Glaybson analisou a sociedade lavrista no período da escravidão, e apontou a virilidade, valentia e violência como aspectos, que em muitos casos, eram característicos dos homens da região. Ver também o trabalho de MARTINS, Romulo de Oliveira, “**Vinha na fé de trabalhar em**

Como exemplo temos a reportagem publicada no jornal O Sertão, no qual noticia o assassinato de um garimpeiro na região rural da cidade (Figura 5).

**Figura 5 - Reportagem sobre assassinato, Lençóis-BA**



Fonte: **O Sertão**. Anno 6. Lençóis, Bahia, 2 de janeiro de 1927. Número 41. Disponível no acervo do Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros. Seção: Processos criminais. Caixa ano 1927.

Mesmo que breve, a partir da reportagem podemos concluir que em alguns momentos o trabalho no garimpo e a negociação de pedras preciosas por vezes demonstrava ser uma atividade perigosa, em algumas situações discussões e desentendimentos entre os garimpeiros no ambiente de trabalho poderia gerar ações bem violentas, para além da reportagem é possível observar essa situação a partir do relato presente no processo datado de 1924, no qual o garimpeiro Graciliano de Souza Rego, conhecido como “Passarinho”, orquestrou uma emboscada contra o negociante Claudionor Rodrigues.

Sobre este acontecimento comentado, o acusado, que tinha a confiança do negociante, afirmou que existia “uns garimpeiros que tinham um carbonato grosso para vender, a vítima inocente acreditando ser uma verdade apanhara uma balança e muniu-se de dinheiro e saiu de braços dados com o denunciado para o lugar por este indicado”<sup>173</sup>. Ao chegar a um lugar ermo, a vítima foi atacada com vários tiros e punhaladas. O agressor fugiu levando consigo o dinheiro e as vestimentas da vítima. Contudo, o acusado foi capturado por trabalhadores e jagunços de vários coronéis da região e levado para a delegacia, passou por julgamento e foi sentenciado pelo crime de homicídio.

---

**diamantes.”** - Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888). Dissertação de Mestrado – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, 2013.

<sup>173</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 24. Ano: 1924. Processo: N/C.

Nesse período era comum o registro de desentendimentos entre os garimpeiros, essas tensões eram observadas ainda no período escravista em Lençóis e percebemos que seguiram presentes no século XX.

A violência ultrapassava os limites dos estratos sociais, com modos operacionais diferenciados e que era um aspecto bastante valorizado na construção social das masculinidades [...] A observância dessas condições foi fator especial para o entendimento das relações masculinas em Lençóis na segunda metade do século XIX. Esses estratos sociais menos favorecidos utilizavam a violência como forma de mediação de conflitos e tensões. Nesse sentido, os símbolos de masculinidade estavam entrelaçados com a capacidade combativa dos sujeitos<sup>174</sup>.

Entre os motivos que despertavam essas desavenças podemos citar: as disputas de áreas de trabalho, divergência nos valores da partilha das pedras, por tensões afetivas. Como exemplo, temos um processo entre dois sócios de garimpo, Marcolino José dos Santos e Alexandre Gomes, companheiros de trabalho que se envolveram em uma briga por causa de um relacionamento. “Perguntado se entre ele e o respondente existia alguma inimizade anteriormente com Marcolino? Respondeu que não porquanto Marcolino era acostumado entreter relações amorosas com Victalina sua amasia as escondidas, e de modo que ele respondente ignorava”<sup>175</sup>. As agressões foram iniciadas ainda no ambiente de trabalho e continuaram na casa da mulher. Esse processo ainda nos mostra como a sociedade lençoense mantinha estruturas do patriarcado e da violência, tendo ainda presente a ideia do poder masculino sobre o corpo e a vida da mulher.

Em outro processo criminal podemos constatar que em alguns momentos as relações entre os garimpeiros eram marcadas por desentendimentos e tensões, como na denúncia contra o garimpeiro Octaviano Pereira Telles por tentativa de homicídio.

Na manhã do dia 21 de outubro do ano próximo passado, no garimpo Canoãom há pouco distancia desta Cidade, o denunciado Octaviano Pereira Telles, quando Antônio Ferreira Lima ali trabalhava, passando umas pedras, emboscada desumana e perversamente, disparou no mesmo um tiro de pistola, que, tendo-lhe feito o ferimento descrito, lhe determinou a morte imediata”<sup>176</sup>

A agressão foi motivada por disputa de espaço de lavagem de cascalho, o acusado afirmava que a vítima tinha invadido seu espaço no garimpo e estava retirando pedras que por

---

<sup>174</sup> SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)... op. cit.**, p. 21.

<sup>175</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 28. Ano: 1929. Processo: 227.

<sup>176</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 15. Ano: 1912. Processo: N/C.

direito lhe pertenciam. Agindo por raiva e impulso acabou por ir armado para o trabalho e efetuado tiro contra Antônio Ferreira.

Esses crimes que envolviam o mundo do trabalho era influenciado pela riqueza que poderia ser retirada da atividade mineradora. Como já afirmado, a violência esteve presente no cerne da sociedade escravista e que continuou profundamente arraigada na sociedade republicana. As tensões envolviam todas as esferas e categorias sociais, a exemplo temos o fato exposto em um processo criminal, no qual há o relato do roubo dos livros de votação, processos crimes e cíveis no ano de 1924, no qual houve o crime de arrombamento do cartório da cidade e foram subtraído os autos eleitorais do cartório e que foi praticado por oficiais públicos, negociantes proeminentes insatisfeitos. Os peritos apontaram:

Que examinando a porta do Cartório Crime e Civil desta cidade no comando onde se acha instalado por baixo do Paço Municipal próximo a rua do Taboão verificaram que das duas portas existentes a porta principal foi forçada a fechadura a qual foi substituída por outra nova, com chave que funcionando regularmente. Portanto respondem; Ao 1º quesito: Sim. Há vestígio de violência na porta<sup>177</sup>.

Para além de levarem os livros de votação os denunciados: Américo Fontenelle, Abílio de Castro, Marcionelio Franklin de Queiroz, José Guedes de Oliveira, Manuel Quirino da Annuciação e do soldado de polícia Lindolpho Ferreira de Carvalho, tomaram posse ilegalmente da casa onde funcionava o cartório da cidade, em uma expressa ação de descontentamento com a perda do cargo de 1º suplente após viagem do então juiz de direito e a não sucessão de Américo Fontenelle como 1º suplente do juiz da comarca. O então juiz da comarca estabeleceu que quem deveria assumir seu lugar seria o segundo suplente, visto que, Américo não havia passado por todos os critérios jurídicos para assumir o cargo, contudo, o arrombamento aconteceu com a conivência de um oficial de justiça e de um soldado de policial apontando que as forças que representam o Estado na cidade estavam divididas.

Foi uma demonstração de força política e judicial na cidade, o grupo encabeçado por Fontenelle assumiu o comando do cartório, em sua fala no auto de qualificação o proprietário afirma que: “ele na qualidade de primeiro suplente assumiu o exercício do cargo e em virtude dos escrivão do civil e crime cometido a falta de fornecer uma certidão falsa suspendeu o mesmo, o referido escrivão desobedecendo, alegando ter somente que acatar e reconhecer como superior o segundo suplente”<sup>178</sup>.

---

<sup>177</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 24. Ano: 1924. Processo: Não consta.

<sup>178</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 24. Ano: 1924. Processo: Não consta.

Os livros não foram devolvidos, visto que o acusado alegou que não havia subtraídos, assim, observamos que as divergências eram resolvidas por meio de crimes, e quando envolviam autoridades locais não havia uma responsabilização efetiva.

Nesse sentido, a violência configurava mecanismo para a manutenção de poder e estava presente no cotidiano da cidade. O garimpeiro Herminio Vieira dos Santos e seu parceiro sofreram um atentado a tiros de outro garimpeiro, temos o relato da vítima a seguir:

Indo de viagem para o garimpo com meu sócio denominado Pé Mangueira dentro desta cidade, recebeu dois tiros dos quais um lhe empregou, e que em seguida e seu sócio Silvestre correu atrás do atirador que era Joaquim Café, mais não podendo pegar o referido assassino.

Perguntado se não tem algum motivo que explica a razão porque este já referido Joaquim Café lhe atirasse?

Respondeu que foi porque ele Café tinha indo para Santo Antônio matar um rapaz e os seus, e ele ofendido e Silvestre meia praça do Senhor Rodolpo, e chegando ele ofendido e Silvestre na casa do senhor Rodolpho, este lhe perguntara por Joaquim Café então ele ofendido e Silvestre responderam que desde terça feira que ele Café tinha ido para Santo Antônio matar um rapaz, quando onde estava? Ele Café disse que estava no garimpo então o senhor Rodolpho disse que não lhe fornecia mais [...] jurou que definitivamente hoje matava a Herminio e o seu companheiro Silvestre por terem dito que elle não trabalhara durante a semana<sup>179</sup>.

Importantes informações podem ser destacadas a partir desse relato, em alguns casos, o garimpeiro tinha em suas mãos armas de fogo que eram utilizadas para cometer crimes, a região de Lençóis era conhecida por ter em circulação na sociedade um grande número de armas, era comum os trabalhadores rurais e garimpeiros possuírem armas no ambiente de trabalho. Nesse caso específico, podemos perceber que Joaquim Café possuía um histórico de crimes e suas ações há algum tempo já incomodava a sociedade.

Perguntado se Joaquim Café é processado neste termo, que outro dia foi preso pelo Delegado de Policia e que o senhor Rodolpho Marques e o Senhor Aristides Barboza, requereu habeas corpus afim de porem este perverso na rua?

Respondeu que sabe que Joaquim Café é criminoso processado neste termo e que sabe que foi o senhor Rodolpho e Aristides que empenharam para este ser posto em liberdade e depois cometer diversos delitos dentro desta cidade desrespeitando as autoridades deste termo, até que miseravelmente tentou roubar sua vida<sup>180</sup>.

Nesse trecho, observamos que em alguns casos o coronel ou fornecedor do garimpeiro agia em favor do trabalhador, como no caso acima em que foi destinado um advogado para liberar o acusado, de forma implícita podemos observar que há uma relação de solidariedade,

<sup>179</sup> FDCBV. Seção: Processos criminais. Pasta 18. Ano: 1917. Processo: 157.

<sup>180</sup> Ibidem.

na qual há troca de benesses entre os envolvidos, apesar de que ela não é constante, visto que, o proprietário do garimpo encerrou a relação de trabalho em virtude da falta do garimpeiro no serviço e o motivo que o levou ao abandono.

Joaquim Café possuía fama de criminoso e suas passagens pela delegacia reforçavam essa ideia. O acusado estava preso na cadeia municipal enquanto o julgamento estava em andamento, contudo, o processo não apresenta a sentença final, assim não sabemos se o acuso foi mantido em custódia ou liberado.

A violência esteve no cerne da sociedade escravista e continuou profundamente arraigada na sociedade republicana. As tensões envolviam todas as esferas da sociedade, contudo, nesse trabalho destacamos experiências violentas que ocorrem com determinados grupos sociais, lavradores e garimpeiros. É importante evidenciar que a violência não era aspecto presente apenas no cotidiano dos grupos subalternizados, as categorias sociais mais abastadas também praticavam atos violentos, em alguns casos eles patrocinavam ou impunham seus subordinados, em muitos casos garimpeiros e lavradores, a cometerem os crimes.

Em síntese, buscou-se nesse capítulo refletir sobre as relações de trabalho envolvendo os garimpeiros e lavradores se desenvolviam em Lençóis nas primeiras décadas do século XX. Refletindo que essas relações são influenciadas pelo contexto de concentração de terras e riquezas por meio do controle político, dos confrontos armados e de situação de violência frequentemente instalada na região da Chapada Diamantina.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo de estudo da História, as relações sociais e de poder são refletidas a partir de uma diversidade de concepções e filosofias que contribuem para construção de um pensamento crítico e consciente acerca da sociedade e das experiências humanas. Este é o exercício ao qual o Historiador deve sempre se sentir desafiado.

No processo de ocupação de Lençóis, a mineração foi fator importante, responsável pelo grande fluxo populacional com a mobilização de garimpeiros para as áreas diamantíferas descobertas em meados do século XIX. O comércio de diamantes sofreu uma crise com surgimento de outros locais de exploração na África do Sul, mas a extração de diamantes seguiu consolidada até 1871, quando entrou em decadência e houve o início do esgotamento. Dessa forma, o auge da exploração de diamantes aconteceu entre 1845 a 1871.

No início dos anos 1900, o comércio de diamantes ganhou novo fôlego, uma vez que após um período de seca ocorreu fortes chuvas na região. Assim, houve uma nova mobilização de garimpeiros para a cidade, entusiasmados com essa nova fase.

Ao longo desta dissertação, buscou-se observar os aspectos da vida cotidiana das categorias de trabalhadores; as experiências dos sujeitos subalternizados, que muitas vezes envolvia a violência; as relações de trabalho e negociação com os proprietários de terras. Por meio desses aspectos que essa dissertação foi construída, na tentativa de proporcionar visibilidade à participação e às experiências dos garimpeiros e lavradores em Lençóis nos tempos dos diamantes e exploração do carbonado.

Em síntese, o trabalho foi elaborado a partir da premissa de abordar o processo de formação social de Lençóis, apontando os elementos que constituíram as bases da sociedade. Dessa forma, o que se propôs foi situar diacronicamente o espaço no qual os sujeitos históricos objeto desse trabalho se localizavam.

Na sequência do trabalho, foi elaborada uma amostra do perfil social desses sujeitos, o que se propôs foi identificar características desses trabalhadores, algumas práticas culturais e religiosas que eram desenvolvidas e que influenciavam esses grupos. Nesse processo da escrita foi de suma importância a análise de os artigos de jornais, processos criminais e cíveis foram de, visto que foram eles os responsáveis por permitir um pequeno vislumbre das experiências desses indivíduos.

Por fim, preocupou-se em analisar as condições sociais desses sujeitos enquanto trabalhadores, dessa forma, na primeira seção foi discutido a participação social desses grupos para a economia local. A partir de fragmentos de experiências desses sujeitos contidos nos processos criminais e cíveis foi possível identificar algumas informações importantes, como: aspectos das relações de trabalho, como a violência era utilizada como forma de mediação das relações sociais, entre outras.

Nesse sentido, ao propor estudar as relações sociais, os comportamentos e as experiências de grupos subalternizados em uma determinada sociedade, a obra do marxista inglês E. P. Thompson tornou-se marco teórico obrigatório, visto que se trata de um autor que estudou e evidenciou experiências e a ação social com esses aspectos, abordando as sociabilidades e os costumes da “gente comum” no contexto da Inglaterra do século XVIII. E foi nessa perspectiva que a obra do autor foi destacada, por compreender os “sujeitos comuns” como ser social, e por contemplar a diversidade de atores sociais envolvidos nos fenômenos históricos.

Mesmo em se tratando de realidades distintas, as interpretações de Thompson foram prismas para análise desse contexto histórico, possibilitando conjecturar sobre as relações sociais de diferentes sociedades. Foi dessa forma também que as interpretações do historiador inglês foram utilizadas, visto que, ao refletirmos sobre a realidade social dos trabalhadores rurais e garimpeiros em Lençóis no início do século XX, há correlação em alguns aspectos com as análises feitas por Thompson.

Nesse sentido, o conceito de experiência foi utilizado ao longo desse trabalho como norteador da análise das vivências de uma pequena parcela dos grupos sociais subalternizado. O termo experiência, a partir do entendimento thompsonian, possibilita uma compreensão da história concreta dos sujeitos, realizada cotidianamente e que possui características e elementos materiais e não-materiais que passam a se complementar<sup>181</sup>. Podemos compreender melhor esse conceito, a partir da fala do próprio Thompson, na qual esclarece que:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o "ser" está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a "consciência" (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas

---

<sup>181</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica do pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados<sup>182</sup>.

A realização desse trabalho sobre a história dessa região foi motivada pela intenção de se conhecer um pouco da participação social de outros sujeitos que vivenciaram o auge da consolidação do coronelismo em Lençóis. Isso revela, por outro lado, a ausência, o esquecimento dos sujeitos que viveram nos subúrbios e nas zonas rurais, os quais foram condenados ao desaparecimento ou à marginalização frente às grandes figuras políticas. Ficou entendido que, mesmo em um cenário marcado pelo poder e centrado nas mãos de poucos homens, estes agiram de forma implacável, pois havia solidariedade entres os garimpeiros e lavradores.

Nas análises realizadas sobre o coronelismo é conferido muito destaque para a figura do coronel, contudo, devemos considerar que se trata de um fenômeno heterogêneo e multifacetado que possui outros sujeitos sociais, entre esses indivíduos se destacavam os trabalhadores rurais e garimpeiros, que dentro da lógica social tiveram funções importantes no cotidiano social da cidade, mas que tiveram suas atuações não tão evidenciadas.

As classes antagonizavam em um espaço de contradições proporcionado pela interpretação dos costumes e experiências. Como salienta o Thompson, “o costume também pode ser visto como um lugar de conflito de classes, na interface da prática agrária com o poder político”<sup>183</sup>. Os trabalhos desenvolvidos por impulsionou por E. P. Thompson incentivou os estudos relativo à uma nova perspectiva sobre a história de grupos das camadas econômicas e sociais subalternizadas, partindo da ideia de compreender “as potencialidades da história social do trabalho, uma vez desligada de seu caráter institucional mais antigo, e de parte da resistência intelectual e oficial”<sup>184</sup>.

Essa discussão pode ser pertinente para os estudos contemporâneos, ao ponto que propôs o estudo de uma região conhecida pelo domínio de grupos oligárquicos na perspectiva dos grupos sociais marginalizados, além de contribuir para as pesquisas historiográficas de uma

---

<sup>182</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** (uma crítica do pensamento de Althusser)... *op.cit.*, p. 17.

<sup>183</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional...** *op. cit.*, p. 95.

<sup>184</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A história vista de baixo.** As peculiaridades dos ingleses e outros artigos... *op. cit.*, p. 198.

região historicamente importante para a Bahia. O contexto histórico da Primeira República e as relações sociais e cotidianas do período é tema presente na história e memória da população da região em destaque, dessa forma, estudá-los torna-se essencial para compreender o processo de consolidação política, social e cultural dessa região.

A motivação para a elaboração desse trabalho, está na ressignificação de um tema muito discutido, propondo contemplar uma pequena parte da diversidade de atores sociais envolvidos nesse processo histórico. Para tanto, buscou-se priorizar as experiências dos sujeitos historicamente silenciados, na tentativa de compreender as relações sociais e uma fração do cotidiano da população interiorana.

Na tentativa de analisar as experiências de uma parcela de grupos sociais subalternizados foi que esse trabalho se construiu, evidentemente, trata-se de uma discussão que não abrangeu todas as categorias de trabalhadores e muito menos teve a pretensão de generalizar os comportamentos e práticas desses sujeitos, buscou-se a partir de fragmentos contido nas fontes, entender aspectos do cotidiano dos garimpeiros e lavradores nas primeiras três décadas no século XX.

Este trabalho, afinal, não pretendeu encerrar as discussões sobre as classes subalternizadas em Lençóis-BA entre os anos de 1900 a 1930, mais precisamente, os grupos de garimpeiros e lavradores. Pelo contrário, o que se propôs foi realizar uma análise que permitisse dar continuidade com as discussões aqui levantadas, para que as experiências individuais e coletivas, práticas cotidianas, festas e linguagem desses sujeitos históricos possam ser tema de futuras pesquisas e procurando evidenciar o papel desses grupos e categorias populares na história da região.

## 5. FONTES

### FONTES MANUSCRITAS

FDCBV – Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros (Lençóis);  
30 processos criminais (1900-1930).

### JORNAL

Acervo de Periódicos da Biblioteca Nacional

Jornal O Guaycuru. Anno 3. Bahia, quarta-feira 18 de junho de 1845. edição número 101. p. 1-2. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/709794/131>>. Acessado em 15/05/2020.

Falla que recitou o Presidente da Província o Conselheiro Antonio Ignacio d’Azevedo, dirigida a Assembleia Legislativa da Bahia, na abertura da sessão de 2 de fevereiro de 1847, p.9. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/432>>. Acessado em 15/05/2020.

Falla do Presidente da Provincia da Bahia, Dezembargador João José de Moura Magalhães na Assembleia Legislativa em 25 de março de 1848. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1823 a 1889, p. 45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/130605/526>. Acessado em 15/05/2020.

A Manhã: Propriedade da Sociedade Anonyma "Diario de Noticias (BA). Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

O Combate. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Revista do Brasil. Anno 3. Bahia, 15 de julho de 1908. Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

“O Sertão”. Fórum Desembargador Carlos Benjamim de Viveiros em Lençóis.

### FONTES IMPRESSAS

AGUIAR, Durval Vieira. **Descrições práticas da província da Bahia.** Com a declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1979.

CHAGAS, Américo. **Montalvão.** São Paulo: Bisordi, 1956. LENÇÓIS apud TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas.** Tese de doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

LINS, Wilson. **O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros.** São Paulo; Brasília: Companhia Editora Nacional; INL, Fundação Nacional Pró- Memória, 1983.

MORAES, Walfrido. **Jagunços e Heróis.** A civilização do diamante nas lavras da Bahia. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia, 1997.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. Memoria Historica e Descriptiva do Município dos Lençoes (Lavras Diamantinas). In ARAÚJO, D. A; NEVES, E. F; SENNA, R. S. **Bambúrrios e quimeras: olhares sobre Lenções: narrativas de garimpo e interpretações da cultura.** Feira de Santas: UEFS, 2002.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina:** trechos de um diario de viagem (1879-80). São Paulo: Escolas Professionaes Salesianas, 1905.

SPIX; MARTIUS. **Viagens Pelo Brasil (1817-1820).** São Paulo: Melhoramentos, 1976.

## 6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Delmar Alves de; NEVES, Erivaldo Fagundes; SENNA, Rornaldo de Salles. **Bambúrrios e quimeras olhares sobre Lençóis**: narrativas de garimpos e interpretações da cultura. Feira de Santana: UEFS, 2002.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. *In: Fontes históricas*. Carla Bassanezi Pinsky org. São Paulo: Contexto, 2008.

BARBOSA, Daiana Silva. **“Do que é teatro a Bahia”**: disputas por cargos e jurisdição no sertão do São Francisco (1878-1880). Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 2018.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação**. São Paulo: Edusp, 2009.

BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1971.

BRANDÃO, Marcos Sampaio. O sistema de produção da Bahia sertaneja no século XIX: uma economia de relações não-capitalistas. *In Campo - território: Revista de geografia agrária*, v.2, n. 4, p. 62-81, ago. 2007.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Cidades, 2017.

BRASIL. IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Vol. I, Bahia. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARONE, Edgard. **Coronelismo. Definição Histórica e Bibliografia**. Revista de Administração de Empresas, vol. 11, nº 3, 1971, pp. 85-89.

CARONE, Edgard. **Coronelismo. Definição Histórica e Bibliografia**. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 11, nº 3, 1971, pp. 85-89.

CARONE, Edgard. **Coronelismo: Definição Histórica e Bibliografia**. **Revista de Administração de Empresas**. vol. 11, nº 3, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. **Trabalhadores, máquina pública e eleições na Primeira República**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CHAGAS, Américo. **Montalvão**. São Paulo: Bisordi, 1956. LENÇÓIS apud TOLEDO, Carlos de Almeida. **A região das Lavras Baianas**. Tese de doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008

CHALGOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. São Paulo: UNICAMP, 2001.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. In: **Revista História e Luta de Classe**, nº 9, p. 74, 2010.

CUNHA, Nayara Fernandes Almeida. **Os coronéis e os outros: sujeitos, relações de poder e práticas em Feira de Santana (1907-1927)**. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana, UEFS, 2013.

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. In TUCKER, Robert C. (org.) **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. pp. 760-765. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)**. São Paulo: B, 1984, p 110.

FONER, Eric. **O Significado da Liberdade**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 8 nº 16, 1988, p. 11.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006, p. 25-26.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

HOBBSAWM, Eric. A história de baixo para cima. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 280-300.

HOBBSAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IVO, Isnara Pereira. **Mandonismo e contextos históricos**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2ª ed. São Paulo: 2012.

LEITE, Jeedan Gomes. **“Terra do frio”, coronéis de “sangue quente”?** Política, poder e alianças no Morro do Chapéu (1919-1926). Dissertação de mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2009.

MANGILI, Liziane P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos:** o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia). Tese de Doutorado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área de Concentração em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2015.

MARTINS, Romulo de Oliveira. **“Vinha na fé de trabalhar em diamantes.”** Escravos e libertos em Lençóis, Chapada Diamantina-BA (1840 – 1888). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013.

MATTOS, Hebe. A vida política. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo: 1889 – 1930.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 85 – 132.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. **Bahia, século XIX:** uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

MELLO, Maria Alba Guedes M. **História política do Baixo Médio São Francisco:** um estudo de caso de coronelismo. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1989.

NEGRO, Antonio Luigi; BRITO, Jonas. Mãe paralítica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite. In **Varia História**, v. 29, n. 51, p. 863-887, set./dez. 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Apogeu minerais: Chapada Diamantina, séculos XVIII e XIX. In: PINHO, José Ricardo Moreno; NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Capítulos de História da Bahia Formação econômica.** Salvador: EDUNEB, 2020.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio: um estudo de história regional e local.** Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil:** Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII e XIX. Salvador: EDUFBA, Feira de Santana: UEFS, 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Sertões da Bahia:** formação social, desenvolvimento político econômico, evolução política e desenvolvimento. Salvador: Arcádia, 2011.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja, da sesmaria ao minifúndio:** um estudo de história regional e local. Salvador/Feira de Santana: EDUFBA/EDUEFS, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta. (Orgs.). **Caminhos do Sertão:** ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Salvador: Editora Arcádia, 2007.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: **O Brasil Republicano O tempo do liberalismo oligárquico:** da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

NOLASCO, Marjorie Cseko; ROCHA. Antônio José Dourado. O garimpo na Chapada Diamantina: 1800-2020. In: PINHO, José Ricardo Moreno; NUNES, Antonietta d’Aguiar. **Capítulos de História da Bahia Formação econômica.** Salvador: EDUNEB, 2020.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias 1889-1943: a Bahia na primeira República brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007, p. 11-23.

PINHO, José Ricardo Moreno. **Escravos, Quilombolas ou Meeiros?** Escravidão e cultura política no Médio São Francisco. Salvador: Eduneb, 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O. e OLIVEIRA, M. G. M. **Toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.-jun., 2004.

ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 1973.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Edufba, 1998.

SAMPAIO, Moisés de Oliveira. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Universidade do Estado da Bahia, 2009.

SANTOS, Igor Gomes. **A horda heterogênea: crime e criminalização de “comunidades volantes” na formação da nação, Bahia (1822-1853)**. Niterói: UFF, 2017.

SANTOS, Márcio. Notas sobre as fronteiras do sertão baiano entre 1650 e 1750. In: ADAN, Caio Figueiredo Fernandes; REIS, Adriana Dantas (Org.). **Estudos em história colonial: a Baía de Todos os Santos e outros espaços luso-americanos**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

SARMENTO, Silvia Noronha. **A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SENNA, Ronaldo de Salles. **Jarê - uma face do candomblé: manifestação religiosa na Chapada Diamantina**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

SHARPE, Jim. A história vista por baixo. In: **A escrita da história: novas perspectivas**. Peter Burke (org.). Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 39-63.

SILVA, Glaybson Guedes Barboza da. **Homens com sonhos de riquezas inexauríveis virilidade, ambição e violência nas minas de diamantes de Lençóis (1850 – 1870)**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2012.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. **Pós-abolição na Bahia**. Hierarquias, lealdades e tensões sociais em trajetórias de negros e mestiços de Nazaré das Farinhas e Santo Antônio de Jesus (1888/1930). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TAVARES, Luis Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: Editora UNESP: Salvador, Ba: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz. **Chapada, Lavras, Diamantes**: percurso histórico de uma região sertaneja. Lauro de Freitas: Solisluna Editora, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 2. ed. Trad: Deneise bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A história vista de baixo**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. São Paulo: UNICAMP, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros (uma crítica do pensamento de Althusser)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOLEDO, Carlos de Almeida.. **A região das Lavras Baianas**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VISCARDI, Cláudia. **O teatro das oligarquias**. Belo Horizonte: Com Arte, 2001.